



Revista

DESPIERTA

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 8, número 09, jan-jul. 2021

Nº 09

ISSN 2359 - 5868

Dossiê

**CAPITALISMO
E CRISE CONTEMPORÂNEA**

SUMÁRIO

**BUROCRACIA E POLÍCIA: UMA RACIONALIZAÇÃO PELA MANUTENÇÃO DA
ORDEM SOCIAL BURGUESA03**

Vyctor Hugo Guaita Grotti

**TERCEIRO SETOR, CLUBES DE TROCAS E CLASSES PAUPERIZADAS NA
ARGENTINA: COSTUMES SOCIAIS E PRÁTICAS INSURGENTES15**

Juliano Locatelli Santos

O LAZER E O CONSUMO NO GAME RUST48

Guilherme Figueiredo Pires Corrêa

O CAPITAL ABANDONA OS TRABALHADORES51

Atanásio Mykonios

NEOLIBERALISMO E REPRESSÃO POLICIAL LETAL NO PARANÁ (2007- 2018)71

Murillo Amboni Schio

**ARAUTO DA MISÉRIA: ELEMENTOS DO DISCURSO DO ESTADO NEOLIBERAL NOS
EDITORIAIS SOBRE REFORMA TRABALHISTA DA GAZETA DO POVO92**

Alexsandro Teixeira Ribeiro

**BRASIL, CHILE E AS REFORMAS NEOLIBERAIS: O CONSENSO EM
QUESTÃO139**

Meire Mathias

Rodolfo Sanches

BUROCRACIA E POLÍCIA: UMA RACIONALIZAÇÃO PELA MANUTENÇÃO DA ORDEM SOCIAL BURGUESA¹

Vyctor Hugo Guaita Grotti*

Introdução

A análise acerca da burocracia na polícia se apresenta de fundamental importância para o estudo sobre a repressão. Isso porque, sendo o Estado um aparato da classe burguesa para a proteção e reprodução dos seus interesses, ele precisará de (classes) auxiliares para desempenhar esse papel. A burocracia, nesse sentido, servirá para essas pretensões de dominação da classe dominante (VIANA, 2017; BRAGA, 2016).

Para estudá-la, partiremos de Max Weber e Karl Marx, escolha esta que não se deu por um acaso. Max Weber foi um dos primeiros a sistematizar o estudo sobre a burocracia, em especial após a sua passagem como gestor de um Hospital na Alemanha durante a Primeira Grande Guerra. Ele vai procurar conceituar burocracia, apresentar suas características e suas correlações com o Estado capitalista. Por outro lado, crítico do modo de produção capitalista, Karl Marx não apresentou um estudo sistematizado sobre a burocracia, mas sim reflexões dispersas. Contudo, sua importância para a crítica do capital e suas instituições demonstraram ser de grande valor para a análise do objeto proposto, em especial de como a classe dominante vai exercer o seu domínio sobre as classes inferiores.

Em Max Weber, tomaremos como base os seus escritos sobre a burocracia em *Ensaio de Sociologia* (1982), uma vez que nesta obra conseguimos verificar elementos fundamentais acerca do seu pensamento sobre o tema proposto. No entanto, para entender o pensamento de Weber como um todo, até mesmo para poder compreender como o autor entende a burocracia, buscamos o auxílio de outras duas obras, *Ciência e Política: duas vocações* (2013) e *Metodologia das Ciências Sociais* (2016). Em Karl Marx, de igual modo, serão utilizadas as suas obras *A ideologia alemã* (2019) e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2011), pois no

¹ Artigo desenvolvido com base em resultados parciais da pesquisa do mestrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

* Mestrando em sociologia pela UFPR. Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

primeiro ele começa a fazer suas primeiras incursões na questão das classes sociais e, no segundo, faz abordagens sobre a burocracia quando da análise dos acontecimentos revolucionários na França (1848-1851). Ainda, para ajudar na compreensão do diálogo proposto, serão utilizados outros autores, como Maurício Tragtenberg (2006) e Nildo Viana (2017).

Max Weber, de modo geral, deixou explícita a sua fé no modo de produção capitalista, apesar de algumas preocupações (KALBERG, 2010). A sistematização dele sobre a burocracia vai permitir traçar alguns elementos que vão servir de base para análise e crítica, já que ele está analisando esse fenômeno em momento posterior a Marx e com o capitalismo em estágio mais avançado. Por esse motivo, rompendo com a questão cronológica dos autores, Weber será analisado em um primeiro momento para, posteriormente, adentrarmos no pensamento de Marx.

Após, buscaremos fazer uma relação entre burocracia e polícia, traçando suas especificidades no exercício da repressão para a garantia da ordem social burguesa. Com esse paralelo, tentaremos responder uma das questões principais deste artigo: a polícia é uma instituição burocrática?

A burocracia em Max Weber e Karl Marx

Como uma de suas preocupações centrais, Max Weber buscará compreender as relações entre os indivíduos e a sociedade, procurando entender o comportamento do indivíduo e a dinâmica da sociedade. Para tanto, ele desenvolveu um dos conceitos-chave: o de ação social. Esta é focada no seu aspecto relacional, pois vai orientar a conduta dos indivíduos considerando o sentido determinado pelo seu respectivo autor. É a partir do sentido que as pessoas dão às suas respectivas condutas e comportamentos que Weber tentará compreender os significados dados às relações sociais. A ação social é, portanto, “o fundamento explicativo das relações entre indivíduo e sociedade ou aquilo que no contexto contemporâneo é entendido como o dilema estabelecido entre estrutura social e a ação individual” (SILVA, 2016).

Weber considerava a realidade como algo infinito e, para a compreensão de um determinado problema, ele propôs ao pesquisador a criação de tipos ideais como recurso metodológico. Assim, quanto às ações sociais, Weber apontou quatro tipos ideais básicos:

A ação social, como toda ação, pode ser: 1) racional com relação a fins: determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de

outros homens, e, utilizando essas expectativas, como “condições” ou “meios” para o alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos; 2) racional com relação a valores: determinada pela crença consciente no valor – interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma – próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito; 3) afetiva, especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais atuais; e 4) tradicional: determinada por costumes arraigados. (WEBER, 2016, p. 636)

Nesse ponto, importante destacar o conceito de dominação em Weber, que é a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem (2016, p. 543). Essa dominação tem seus fundamentos de legitimidade em três tipos ideais puros: a dominação carismática, a tradicional e a legal. A primeira está relacionada a uma devoção afetiva a uma pessoa e ao seu carisma, à crença em suas qualidades excepcionais; a segunda, em razão da crença de resoluções dos problemas, pelo tempo, dos ancestrais. A dominação legal ou burocrática, por sua vez, funda-se na obediência à regra instituída.

Na dominação legal ou burocrática, a qual nos interessa, os sentimentos em relação à pessoa ou aos antepassados não são considerados. Nesse tipo de dominação, há regras racionais e impessoais, de ordem objetiva. É na dominação legal que o Estado vai se apoiar, entendido aqui como uma comunidade humana que, considerando um determinado território, reivindicará o monopólio do uso legítimo da violência física. O Estado, assim, será a única fonte de violência legítima em uma comunidade, justificando sua dominação (WEBER, 2013). O sujeito não poderá optar por não ser submetido ao poder estatal, pois a sua sujeição é intrínseca ao próprio conceito de Estado, o qual vai fazer valer a sua “vontade” contra seus governados, ainda que seja feito coercitivamente.

A possibilidade de exercer a violência legitimamente possibilitará ao Estado o exercício do seu domínio sobre uma comunidade. Para tanto, a burocratização se encaixa como uma luva na gestão do Estado, pois conferirá uma racionalidade ideal a esse propósito. Essa racionalidade instrumental, inclusive, vai estruturar toda a sociedade, de modo que seus indivíduos absorverão nos seus respectivos cotidianos (FARIA; MENEGHETTI, 2011, p. 437) e vão naturalizar as relações daí provenientes. Soma-se a isso o fato da burocracia buscar impessoalizar as suas ações e dar poderes e meios materiais aos gestores para que seja cumprido o seu fim. Isso gerará o dever de obediência, o qual está “graduado numa hierarquia de cargos, com subordinação dos inferiores aos superiores, e prevê um direito de queixa que é regulamentado. A base do funcionamento técnico é a disciplina” (WEBER, 2016, p. 545). Esse aparato administrativo,

que visa exercer racionalmente a dominação, é o que podemos entender como burocracia em Weber, lembrando que ele não nos oferece uma definição precisa sobre ela (SILVA, 2016).

A burocracia será regulada conforme as leis e demais normas regulamentadoras, que serão o fundamento e o combustível das ações dos burocratas (funcionários) do Estado. O caráter da impessoalidade será uma das principais características da burocracia e isso possibilita a criação de uma hierarquia entre os burocratas, cada qual desempenhando seu respectivo papel e em obediência ao superior hierárquico, que ocupa tal função em razão de uma nomeação legalmente amparada.

Para Weber, a burocracia sempre existiu, sendo pré-existente ao capitalismo, mas ela, “assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo” (WEBER, 1982, p.229). Podemos perceber que, para Weber, tem-se nas sociedades modernas a necessidade de desenvolver um aparato burocrático em sua forma mais ideal possível.

Segundo Silva (2016), Weber aponta seis princípios necessários para o funcionamento ideal de uma burocracia na sociedade moderna: competência; hierarquia de cargos e sequência de instâncias; necessidade de documentos inscritos; treinamento especializado e completo; evolução do cargo; e, por último, funcionamento com base em regras gerais.

Esses princípios podem ser explicados resumidamente da seguinte forma: elaboram-se regras para criar cargos e a fixação das respectivas atribuições, escalonadas em níveis hierárquicos, com instâncias de supervisão, cujos atos serão documentados em forma escrita por pessoas contratadas e treinadas para tanto, as quais poderão progredir na carreira. Desse modo, os funcionários, público ou privado, em uma organização burocrática, vão se orientar por tais princípios e, em especial, pelo da impessoalidade. Amparados no cargo, obedecerão a ordens do superior hierárquico não pela qualidade pessoal deste, mas porque o regulamento assim determinou e porque foi determinado por instâncias superiores. Será do funcionário exigido o máximo de especialização possível. Para o desempenho de suas funções, receberá ele um salário.

Relatado de forma sucinta como Weber apresentou alguns pontos sobre a burocracia, é importante ressaltar que, além de uma mera otimização procedimental e uma excelência técnica dos funcionários, como não poderia deixar de ser em razão de sua natureza, essa forma está

inscrita nas relações de poder, em especial do Estado e das empresas. O nosso foco aqui, contudo, é no Estado. A burocracia, portanto, permitirá que este exerça o seu poder de dominação de uma forma otimizada, pois terá um aparato técnico a seu favor para assim proceder. Esse conjunto de técnicas e funcionários não será empregado de forma desnorteada, mas sim visando determinadas finalidades que, diante da amplitude entre os meios e os fins – característica esta da burocracia –, serão suavizadas ou veladas. Portanto, a burocracia serve também como uma intermediadora (nada) oculta nas relações entre o Estado e a comunidade.

Justamente por exercer determinados poderes, os funcionários e dirigentes dos aparatos burocráticos desfrutam de uma *estima social específica* em comparação com os governados (WEBER, 1982, p. 233), predominando “uma diferenciação social forte e estável, vindo o funcionário, predominantemente, das camadas social e economicamente privilegiadas devido à distribuição social do poder” (WEBER, 1982, p. 233). Além de permitir o exercício dessas relações de poder, a burocracia criará também condições de manutenção do poder estatal e dela própria, transformando seus interesses particulares em públicos, de modo a possibilitar a continuidade e ampliação do aparato burocrático no Estado (WEBER, 1982, p. 256). A burocracia, assim, vai fincar raízes cada vez mais profundas dentro do Estado, protegendo

uma generalidade *imaginária* de interesses particulares. As finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta se transformam em finalidades do Estado. A burocracia é sinônimo de toda casta, seja hindu ou chinesa. Ela possui o Estado como sua *propriedade*. A autoridade é sua ciência e a idolatria da autoridade, seu sentimento mais profundo. (TRAGTENBERG, 2006, p. 28)

Considerando, assim, que a burocracia é um tipo de poder, que deixa velado mesmo os seus propósitos ante o excesso de formalismo intrínseco ao próprio aparato burocrático, até mesmo Weber encarou a expansão da burocracia como um perigo à sociedade (TRAGTENBERG, 2006, p. 171), pois comprometeria a liberdade individual ante o seu domínio sob a sociedade. Quem controla a burocracia, assim sendo, está controlando um aparato do poder, cujas consequências dependerão do direcionamento dado a ela. O burocrata individual não poderá, de algum modo, deixar de fazer funcionar toda essa estrutura, uma vez que a burocracia está sempre em movimento para e pela própria burocracia:

O burocrata individual não pode esquivar-se ao aparato ao qual está atrelado. (...) o burocrata profissional está preso à sua atividade por toda a sua existência material e ideal. Na grande maioria dos casos, ele é apenas uma engrenagem num mecanismo sempre em movimento, que lhe determina um caminho fixo. O funcionário recebe tarefas especializadas e normalmente o mecanismo não

pode ser posto em movimento ou detido por ele, iniciativa essa que tem de partir do alto. O burocrata individual está, assim, ligado à comunidade de todos os funcionários integrados no mecanismo. Eles têm um interesse comum em fazer que o mecanismo continue suas funções e que a autoridade exercida socialmente continue. (WEBER, 1970, p. 265)

Podemos perceber, então, que Max Weber entendia que a burocracia se apresentava como algo além de mera forma. A forma, no caso, serviria para um determinado fim. Ter o controle dos meios, através das técnicas mais eficientes, com um aparato legal para dar legitimidade a toda engrenagem, também faz com que haja controle, de algum modo, dos fins. A burocracia não é neutra, ou seja, o meio como fim, mas o meio para atingir determinados fins. No caso do Estado, para Weber, a burocracia servirá de aparato racional, com todo o seu conhecimento técnico-administrativo e princípios intrínsecos, para exercer a dominação legítima do Estado, usando a violência, quando necessário.

A relação entre burocracia e Estado fica evidente: ela serve para que o Estado exerça seu domínio, da forma mais ideal possível em termos de eficiência, além de tentar “por um véu” sob a percepção dessa dominação ante o distanciamento entre meios e fins. Isso tudo é possibilitado pela organização burocrática desenvolvida no Estado moderno capitalista.

É necessário, a partir de agora, analisar o pensamento de Marx acerca dessa questão. Ele, como dito, não abordou esse assunto de forma sistematizada, sendo considerado por Nildo Viana uma senectude, ou seja, “elementos que surgiram posteriormente ou então que se desenvolveram após a produção teórica de Marx e que, por isso, não estão contemplados ou não estão devidamente desenvolvidos em sua concepção de classes” (VIANA, 2017, p. 162). Assim, antes de adentrarmos no papel da burocracia na sociedade capitalista e no Estado, sob a perspectiva de Marx, é necessário compreendermos o conceito de classe social para, posteriormente, fazermos essa análise. Isso porque é através da compreensão do conceito de classes sociais e suas dimensões, inseridas no modo de produção capitalista, é que poderemos analisar a importância da burocracia para o capitalismo, tornando-a, inclusive, uma classe social.

Ocorre que Marx também não desenvolveu uma construção teórica a respeito do conceito de classes sociais (VIANA, 2017; BRAGA, 2016), motivo pelo qual recorreremos a esses dois autores para ajudar na compreensão desse conceito desenvolvido por Marx. No entanto, para podemos tentar compreender o conceito de classes sociais, é necessário destacar a importância da divisão social do trabalho na sua formação, pois ela também é sinônimo de

propriedade (MARX; ENGELS, 2019, p. 28) e vai determinar as relações entre as pessoas e o processo de produção. A separação entre a *cidade* e o *campo* será considerada por Marx como a maior divisão do trabalho material e intelectual (MARX; ENGELS, 2019, p. 51), e como

a cidade implica, ao mesmo tempo, a necessidade de administração, polícia, impostos, etc, em suma, a necessidade da municipalidade e, portanto, da política em geral. Aqui se mostra, primeiramente, a divisão da população em duas grandes classes, baseada diretamente da divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. (MARX; ENGELS, 2019, p. 52)

Desse modo, na *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2019), Marx e Engels vão sustentar que a divisão do trabalho vai determinar a relação dos indivíduos entre eles sob diversos aspectos, em especial no processo de produção. A divisão do trabalho vai engendrar também as relações sociais, pois será absorvida pelos indivíduos e reproduzida no seu cotidiano, até mesmo no âmbito familiar. O exercício de uma atividade durante o processo de produção, com a divisão do trabalho, será involuntário e essa “*fixação de atividade oferece ao indivíduo o seu pertencimento de classe*” (VIANA, 2017, p. 23).

De acordo com Braga, na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels vão apresentar três condições para o pertencimento de classe, permitindo sua identificação: “*possuir um modo de vida comum (modo de vida de classe), interesses comuns (interesses de classe), e o estabelecimento de enfrentamento/aliança (enfrentamento/aliança entre classes) com outras classes sociais*” (2016, p. 22). Esses elementos, contudo, não são estáticos, mas históricos, a depender das circunstâncias de uma determinada classe em um determinado período.

Toda a história da propriedade privada não é outra coisa a não ser a história da luta de classes, que tem no seu fundamento duas classes sociais antagônicas. A existência de tais classes antagônicas – já que é um pressuposto o seu aspecto relacional – não significa a impossibilidade de haver mais que duas. No entanto, Marx chama de classes fundamentais aquelas determinadas pelo modo de produção dominante.

No caso do capitalismo, em que se baseia na produção de mercadorias com valor de uso e troca (MARX, 2017), as duas classes fundamentais serão compostas pela burguesia e pelo proletariado. A classe burguesa é aquela constituída pelos detentores dos meios de produção, desenvolvendo-se gradualmente na Idade Média (MARX; ENGELS, 2019, p. 56), possuindo interesses e modos de vida comuns. Por outro lado, como classe antagônica à burguesia, tem-se a classe proletária, esta responsável pela produção, despojada de capital e que vai vender a sua força de trabalho para assegurar a sua própria existência.

À vista disso, a burguesia terá que assegurar a continuidade de sua dominação sobre a classe proletária, o que pode ocorrer de diversos modos, inclusive pela produção intelectual, já que as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, ideias dominantes (MARX; ENGELS, 2019, p. 46). O pensamento da classe dominante está submetido tão somente aos interesses de sua classe e vai reproduzir as relações de dominação.

Como visto anteriormente, a forma de organização burguesa encontrada para a defesa dos seus interesses de classe é o Estado. Organizar-se de tal modo permitirá à burguesia defender seus próprios interesses não somente a nível local, mas sobre extensas áreas. O Estado, por sua vez, será constituído por instituições e leis, a fim de assegurar a propriedade privada:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei é baseada na vontade, mais precisamente na vontade *livre*, despojada de sua base real. De igual modo, o direito é, por sua vez, reduzido à lei. (MARX; ENGELS 2019, p. 69)

A existência de classes fundamentais, como dito, não significa a inexistência de outras. Pelo contrário. Quando Marx afirmou serem a burguesia e proletariado as classes fundamentais, deixou implícito a não exclusividade destas. Assim, as demais classes seriam derivadas dessa relação, pois só criariam condições para a reprodução das relações de produção, não participando dela. Cita-se como exemplo de classe social a intelectualidade, o lumpemproletariado (BRAGA, 2020) e a burocracia (VIANA, 2017).

A classe burocrática, dessa maneira, não faz parte do processo de produção, sendo, portanto, improdutiva. Ela, *enquanto atividade*, consiste em um conjunto especializado de técnicas a serem utilizadas para gerir os interesses da classe dominante (burguesia), possibilitando o seu controle e organizando as relações daí decorrentes. Assim, ela se torna uma classe auxiliar da burguesia:

Porém, sob a monarquia absoluta, durante a primeira revolução, e sob Napoleão, a burocracia foi apenas o meio para preparar a dominação de classe por parte da burguesia. Sob a restauração, sob Luís Filipe e sob a república parlamentar, ela foi mero instrumento de classe dominante, por mais que ela também aspirasse poder próprio (MARX; ENGELS, 2011, p. 141).

O aumento da burocracia pelo Estado para defender os interesses do próprio capital foi bem comentado por Marx e Engels:

Esse Poder Executivo com a sua monstruosa organização burocrática e militar,

com a sua máquina estatal multifacetada e artificiosa, esse exército de funcionários de meio milhão, essa terrível corporação de parasitas, que envolve o organismo da sociedade francesa e entope todos os seus poros, *surgiu no tempo da monarquia absoluta*, na época da decadência do sistema feudal, para cuja aceleração contribuiu. (...) Napoleão aperfeiçoou essa máquina do Estado. Essa monarquia legítima e a Monarquia de Julho nada acrescentaram além de uma maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho no interior da sociedade burguesa criava novos grupos de interesse, ou seja, novo material para a administração estatal. (MARX; ENGELS, 2011, p. 140-141 – grifos meus)

Neste trecho, podemos perceber que Marx e Engels consideram que, ao contrário de Weber, a burocracia nasceu com a sociedade capitalista e foi se desenvolvendo conforme o desenvolvimento do próprio Estado. A classe burocrática surgiu em decorrência da necessidade burguesa de gerir os seus interesses, auxiliando-a na luta de classes, exercendo, assim, a dominação sobre a classe proletária, lumpemproletária, dentre outras (VIANA, 2015).

Desse modo, a burocracia, com o seu crescimento no desenvolvimento do Estado capitalista e defendendo os interesses da burguesia através dele, passou a ter um modo de vida comum, com hábitos e valores próprios, “marcada pela atividade dirigente e o papel de controle, numa situação de dependência assalariada da burguesia, o que, entre outras coisas, faz uma classe auxiliar desta” (VIANA, 2017, p. 203). O seu papel na divisão social do trabalho está ligado às atividades de gestão e controle, portanto. Seu modo de vida comum tem a característica de estar vinculada à sua função, motivo pelo qual seus interesses e enfrentamentos com outras classes derivam disso (BRAGA, 2016).

A burocracia também vai desenvolver interesses próprios e vai elaborar sua forma de consciência a partir das relações sociais estabelecidas, por sua posição nela. No entanto, considerando que a aspiração de toda classe é se tornar dominante (MARX; ENGELS, 2019, p. 30), é através da apresentação de interesses próprios de classe como sendo universais que uma determinada classe vai buscar se tornar dominante.

Como apontado por Viana (2017), a burocracia tem interesses imediatos, que é a sua ampliação, mas também tem interesses futuros, os quais, com a sociedade extremamente burocratizada, é se tornar a nova classe dominante. Todavia, por não conseguir instaurar novas relações de produção, a burocracia “se metamorfoseia em burguesia de Estado e implanta um capitalismo estatal, que, caso se generalizasse pelo mundo inteiro, permitiria a constituição de um novo modo de produção comandado pela classe burocrática” (VIANA, 2017, p. 215). Podemos perceber, assim, que a classe burocrática vai se unir à burguesia e, escorada no Estado,

tomará este como seu aparato justamente para ajudar na gestão dos interesses da classe dominante em detrimento dos da classe explorada, o proletariado².

Compreendemos, portanto, a constituição da burocracia como organização, controle e poder (FARIA; MENEGHETTI, 2011). A burocracia é organização, porque ela racionaliza a produção, é um instrumento que contém técnicas impessoais, formais e com profissionalismo; a burocracia é controle porque ela está presente tanto no âmbito da produção (empresas) quanto no Estado, contribuindo para a reprodução da lógica do capital; a burocracia, ainda, é poder porque

sua condição de estabelecer relações de dominação, seja formatando as relações sociais ou instituindo a informalidade em favor de elites que detém o aparelho burocrático, possibilita a reprodução dos indivíduos nas suas posições sociais ou das organizações da lógica de dominação política e econômica. (...) sendo o poder um atributo coletivo, de grupos organizados, a burocracia torna-se instrumento de dominação e de controle social. (FARIA; MENEGHETTI, 2011, p. 437).

No âmbito do Estado, desse modo, será a classe burocrática uma das principais auxiliares da burguesia, pois vai gerir os seus interesses com maior profissionalismo, possibilitando a reprodução da lógica do capital e estabelecendo seu poder e dominação sob a classe explorada (VIANA, 2015). Por esse motivo, Marx e Engels sustentavam que a máquina burocrática deveria ser extinta através da revolução proletária, e não aperfeiçoada, como aconteceram nas revoluções burguesas: “A república parlamentar, por fim, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar os meios e a centralização do poder do governo para implementar as medidas repressivas. Todas as revoluções somente aperfeiçoaram a máquina em vez de quebrá-la.” (MARX; ENGELS, 2011, p. 141).

Diante do que foi exposto, podemos perceber que Max Weber e Karl Marx viam a burocracia de modos distintos.

Max Weber, entusiasta do capitalismo, que, apesar das suas preocupações a respeito das “leis do livre mercado” não gerarem uma fraternidade ética ou compaixão, acreditava na livre competição e iniciativa privada como fatores geradores do dinamismo na sociedade (KALBERG, 2010). Por isso, não concordava com o socialismo e sustentava que a estatização nas mãos de um Estado socialista geraria um aumento no nível de burocratização

² Apesar de não ter sido devidamente comentado, é importante pontuar que a classe burocrática também se manifesta no campo empresarial, a qual vai administrar os negócios da empresa e garantir a produção e reprodução do capital. Não se desenvolveu o presente tema porque iria ampliar de sobremaneira o debate aqui apresentado,

(TRAGTENBERG, 2006). É verdade, contudo, que a visão de Weber sobre socialismo está baseada na social-democracia alemã, em que aquele é alcançado segundo reformas estatais realizadas por uma maioria parlamentar socialista, o que não condiz com a teoria marxista.

Weber, após sua passagem pela administração de um Hospital da Alemanha durante a I Guerra Mundial, o qual era administrado por pessoas não especializadas, começou a estudar a burocracia de forma mais profunda, sistematizando-a. Assim, ele vai entendê-la como “um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vista a fins. A ação racional burocrática é a coerência da relação entre meios e fins visados” (TRAGTENBERG, 2016, p. 171).

A burocracia, então, será considerada uma forma de dominação, a qual, aliando-se ao formalismo, às normas, à hierarquia, à divisão do trabalho e à impessoalidade, apresentar-se-á como uma técnica ideal para esses propósitos. A burocracia vai racionalizar uma ação que visa um fim determinado, otimizando-a. Ela vai se encaixar no seu conceito de Estado, que é considerado por ele como o monopólio do uso legítimo da força (WEBER, 2013), ou seja, Weber oferece apoio intelectual na legitimação do Estado, seus auxiliares e suas finalidades.

Ocorre que os fins almejados em uma sociedade capitalista não se dão de uma forma neutra ou sem qualquer espécie de valor em seu conteúdo. No sistema capitalista, age-se para reproduzir a lógica do capital e defender os interesses da burguesia e ocultar a exploração do proletariado. Ora, a burocracia não é técnica pela técnica, mas uma técnica para o exercício de poder e dominação. Tentar ocultar – e aumentar – a exploração da burguesia sob o proletariado, através de técnicas burocráticas, é um dos motivos pelo qual os burocratas prosperaram. Obviamente, apresentando-se como um modo de gestão ideal, de forma a tentar ocultar cada vez mais a relação de exploração, a burocracia se emaranhou no Estado, criado justamente para a defesa da classe dominante.

Marx foi mais contundente quanto à análise da burocracia e sua função em um Estado capitalista. Para ele, a burocracia se apresentava como ferramenta complexa para, junto do Estado, poder defender os interesses da própria burguesia. Os burocratas constituem, assim, uma classe social, pois possuem modo de vida comum, interesses comuns e enfrentamento/aliança com outras classes. Ele vai perceber a sua importância na gestão dos interesses da burguesia e, com seu crescimento, terão interesses próprios, apresentando-os como se fossem de toda sociedade.

Para Marx, a evolução da classe burocrática e sua ampliação está diretamente ligada às necessidades da classe burguesa em gerir seus interesses de uma forma sistemática e a nível não somente local, mas nacional e até mesmo universal. A burocracia será a classe improdutiva que se juntará à burguesia e ao Estado para estabelecer a administração dos seus interesses e controle sobre a classe proletária.

A burocracia, desse modo, pode ser encarada como organização, controle e poder a serviço dos interesses da classe dominante. Eventuais reformas, por exemplo, em procedimentos, na verdade, somente a aperfeiçoariam esse sistema de dominação – talvez o tornando mais oculto ainda –, dado que a sua estrutura permaneceria determinada a um fim, uma vez que quaisquer alterações desse tipo não permitiriam modificar a estrutura solidificada do capitalismo e dos interesses da classe dominante.

Instituição policial: uma burocracia repressiva

Vimos acima algumas questões que, sob uma perspectiva weberiana, o Estado detém o monopólio do uso legítimo da força, raciocínio este que faz convalidar o seu domínio sob uma dada comunidade. Conferindo uma racionalidade organizacional a esse domínio, surge a burocracia, entendida como organização, poder e controle, além de se tornar uma classe social, possuidora de interesses próprios, modos de vida próprios e estabelecer estratégias de enfrentamento e alianças para defesa dos interesses.

A burocracia, desta forma, vai se emaranhar no Estado e vai se organizar nele a partir de suas instituições, estabelecendo-se, através de leis, poderes e meios materiais para determinados fins e se organizando de acordo com os princípios da impessoalidade, hierarquia, disciplina, dentre outros. Diante desse contexto, a questão que pretendemos responder: a polícia é uma instituição burocrática?

Para respondermos essa questão, primeiro precisamos entender que a polícia é uma criação histórica da modernidade, surgindo diante das necessidades decorrentes do modo de produção capitalista. A polícia, no modo pelo qual entendemos hoje, não tem essa mesma forma ou função desde sempre, pois não é universal e anistórica. A necessidade de um corpo organizado e constante decorreu do próprio advento do capitalismo e sua consolidação como modo de produção dominante. A desorganização de um corpo armado, como era inicialmente, ia de encontro à expansão do capital, uma vez que não lhe conferia segurança a esse fim. A

indisciplina e corrupção foram um pretexto para uma reorganização da polícia, que era ineficiente para as finalidades pretendidas pelo capital (REINER, 2004).

Nesse contexto, o primeiro corpo armado que foi reformado e passou a se organizar burocraticamente, contratando funcionários para fins de patrulhamento, foi a polícia inglesa, através do ministro da justiça Robert Peel, pela “lei sobre a polícia metropolitana” no ano de 1829 (REINER, 2004, p. 40). Robert Reiner, ao apresentar o ponto de vista denominado por ele de revisionista, em oposição à visão ortodoxa – ambas criticadas por ele³ –, vai dizer que

A ineficiência individual, a indisciplina e a corrupção permanecem endêmicas entre os policiais da polícia moderna. A novidade da “nova” polícia era a de ser uma força burocraticamente organizada, encarregada com um mandato para “prevenir” o crime por meio da patrulha e da vigilância regulares de toda a sociedade (mais especificamente os participantes das “classes perigosas”- Saint James [São Tiago] deveria ser protegido vigiando Saint Giles [Santo Egídio]). A aplicação da lei de forma intermitente e irregular, dependente da iniciativa privada, foi substituída pelo policiamento estatal contínuo, financiado pelo bolso público. O controle dependente da legitimação pelas tradições particulares de respeito pessoal, foi substituído pela autoridade impessoal, legitimada por valores racionais de legalidade e universalistas. “[A] burocratização do trabalho pela polícia colocou as operações diárias do sistema de controle nas mãos de desconhecidos agentes do Estado, homens que não mais operavam em seu próprio interesse, mas (presumivelmente) no interesse geral” (SPITZER E SCULL apud REINER, 2004, p. 58)

A colocação do Estado como possuidor de certos interesses em substituição aos privados, mas ainda na defesa destes, foi comentado por Marx em *Os despossuídos* (2017) ao realizar a crítica sobre a lei referente ao furto de madeira na Alemanha. Desvelando o verdadeiro interessado nessa lei, o proprietário florestal, o Estado usou-se do direito para defesa dos interesses daquele e vai contratar funcionários, autoridades do Estado, para servir ao proprietário florestal como seu guarda particular:

Como funcionário encarregado da segurança, ele é o gênio protetor personificado da madeira. A proteção, e mais ainda a proteção pessoal e física, exige uma relação de amor ativa e efetiva entre o guarda-florestal e seu protegido, uma relação em que ele, por assim dizer, concreta com a madeira. Esta deve ser tudo para ele, deve ter para ele o valor absoluto. (2017b, p. 94).

No Brasil, podemos perceber que as necessidades organizacionais de um corpo armado também obedeceram demandas específicas, sendo ausente no Brasil colonial uma

³ Robert Reiner (2004), ao falar sobre a história da polícia inglesa, vai apresentar dois pontos de vista sobre esse fenômeno, denominados por ele de ortodoxo e revisionista: o primeiro de cunho mais conservador; o segundo, sob uma perspectiva crítica. Após apresentar essas duas “correntes”, ele expõe seu ponto de vista, de forma intermediária e diplomática, ressaltando as deficiências dessas duas correntes.

estrutura de polícia profissional e uniformizada cuja

vigilância rudimentar ficava a cargo de “guardas” civis desarmados, contratados pelo conselho municipal da cidade para fazer ronda e vigiar atividades suspeitas, e de “quadrilheiros”, inspetores de bairro designados pelos juízes. Estes funcionários sequer mereciam o rótulo de “oficiais”, não tinham mais poderes para prender do que qualquer cidadão comum. Seu papel na sociedade era qualitativamente diferente do das forças policiais desenvolvidas no início do século XIX. (HOLLOWAY, 1997, p. 44)

A polícia brasileira começou a se organizar enquanto instituição somente alguns anos antes do processo de independência política (1822), quando da transferência da família real portuguesa para o Brasil, quando em 10 de maio de 1808, criou-se a Intendência Geral da Polícia da Corte. Em 1809, organizada sob a doutrina militar e baseada na manutenção da ordem (COTTA, 2012), criou-se a Guarda Real, cuja função era manter a “tranquilidade pública”, mas que tinha como preferência reprimir e manter os escravos sob dominação, em especial sob o açoite (conhecido como “ceias de camarão”) (HOLLOWAY, 1997), contribuindo-se para a manutenção do modo de produção escravista⁴.

Foram criadas, ainda, a Guarda Municipal (1831), Guarda Nacional (1831) e também a Polícia Militar⁵ (1831), esta substituindo a Guarda Real de Polícia, que fora extinta, e assumindo a tarefa repressiva. Ela recrutava seus homens especialmente das “classes inferiores desempregadas da população não-escrava da cidade” (HOLLOWAY, 1997, p. 96). Por outro lado, com a criação da Secretaria da Polícia em 1833, desenvolveu-se a Polícia Civil, que também tinha papel repressivo, mas não sujeito à hierarquia e disciplina militar (HOLLOWAY, 1997).

Durante o século XIX, percebemos o esforço para a construção de um Estado moderno brasileiro e isso refletiu nas polícias, pois

À medida que a sociedade foi-se tornando mais complexa, fluida e impessoal, novas técnicas se fizeram necessárias para suplementar o controle dos senhores sobre os escravos e para estender esse controle às crescentes camadas sociais inferiores livres. O novo Estado tratou de suprir essa necessidade, e o sistema policial herdado no final do período colonial evoluiu para reprimir e

⁴ Sustenta Cotta que: “Com a instalação da Corte Lusitana no Rio de Janeiro, pretendia-se *civilizar* a cidade, organizar seus espaços e disciplinar os costumes de sua população, segundo o paradigma da civilização europeia. A Intendência Geral da Polícia assumiria concretamente o papel de *agente civilizador* daquele espaço colonial. Para além das funções de manutenção da ordem, ela teria funcionado como uma instituição privilegiada do Estado para difusão de valores e códigos de comportamento social, condizentes com a “*ordem social renovada* que se pretendia fundar no Brasil a partir de 1808”. (COTTA, 2012, p. 69).

⁵ O nome de Polícia Militar foi fixado somente no ano de 1920, sendo originariamente seu nome era Corpo de Guardas Municipais Permanentes, mudando em 1866 para Corpo Militar de Polícia da Corte.

excluir aquele segmento da população urbana que pouco ou nada recebia dos benefícios que o liberalismo garantia para a minoria governante. O sistema de controle construído e modernizado para fazer frente a virtuais rebeliões políticas ou de escravos urbanos foi mantido e ampliado, ainda que a razão original de sua existência tenha ficado grandemente comprometida com a consolidação política e o lento declínio da escravidão. (HOLLOWAY, 1997, p. 251).

Já na virada do século XIX para o XX, observou-se a continuidade da construção de uma polícia moderna e servidora de interesses políticos-econômicos. A profissionalização na polícia nesse período, inclusive com a participação da França no início do século XX (DALLARI, 1977), significou também a inserção do aparato repressivo aos preceitos burocráticos, institucionalizando a burocracia, implicando na reorganização de cargos e hierarquias e estabelecendo padrões para promoções e mérito (HUGGINS, 1998, p. 15). Huggins entende que a profissionalização da polícia foi essencial para moldá-la como uma instituição burocrática “legal-racional” complexa, criando a impressão geral do “império da lei”, bem como aparentando-a mais justa e menos inclinada à violência (HUGGINS, 1998, p. 16):

Essa “taylorização científica” da ação policial (isto é, o aumento da racionalização e segmentação do trabalho policial) a subdivide de maneira tão minuciosa que isso também contribui para dissimular o relacionamento da polícia com o poder político. (1998, p. 18)

A polícia brasileira, desse modo, vai, cada vez mais, se consolidando enquanto organização profissional, atrelada aos interesses político-econômicos, passando por diversos períodos e formas⁶, que vão culminar nas instituições policiais que temos atualmente: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpo de bombeiros militares, polícias penais federal, estaduais e distrital. Há também as guardas municipais que, apesar de não ser considerado um “órgão de segurança pública”, estão cada vez mais desempenhando funções específicas de policiamento.

É importante ressaltar que a forma atual está relacionada ao regime de acumulação consolidado após os anos 70, qual seja, de acumulação integral (VIANA, 2009), em que emerge o Estado neoliberal, o qual procura se afastar dos compromissos sociais, garantindo-se as relações de mercado e, por outro lado, aumentando a repressão (HARVEY, 2014). Em outros termos: Estado mínimo para uns e máximo para outros tantos. Desse modo, as polícias

⁶ Nesse ponto, citamos as obras de Elisabeth Canceli (1993), Thaís Battibulgi (2010) e Marcos Luiz Bretas (2018)

brasileiras do Estado neoliberal têm sua organização, distribuição de cargos e funções próprias para o exercício da repressão, que, não por outro motivo, aumentou após o término da ditadura militar 1964-85 (CHEVIGNY, 1995). Para fins de análise, interessa-nos o estudo de duas delas em razão do seu efetivo no Brasil: a polícia militar e a civil.

Em relação às polícias civis, não há um estatuto nacional propriamente dito, pois cada unidade federativa elabora a organização da sua respectiva polícia, uma vez que ela é atrelada aos governadores. Elas são chefiadas pelos delegados de polícia, os quais exercem funções gerenciais e também investigativas, coordenando as investigações através dos inquéritos policiais. Os dirigidos desta instituição são as carreiras auxiliares, que também não têm uma uniformidade nacional. No Estado do Paraná, por exemplo, ela é composta por investigadores de polícia, escrivães de polícia e papiloscopistas. Cada uma dessas carreiras auxiliares possui uma função específica no inquérito policial, como por exemplo, o investigador de polícia deve realizar diligências investigatórias e formalizá-las, ao passo que ao escrivão de polícia cabe cumprir os despachos do delegado, dentre outras.

Já em relação às polícias militares, as quais também estão subordinadas ao governador, possuem leis próprias de cada Estado, mas em razão de seu caráter militar, são consideradas forças auxiliares e reserva do exército, demonstrando o seu vínculo com as forças armadas. Os policiais militares dividem-se em dois “tipos”: praças e oficiais. As praças são compostas por soldados, cabos, sargentos e subtenentes; os oficiais, por tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis. A grande parte dos seus componentes são praças, que têm a função de executar as funções de comando vinda do oficialato.

Na polícia militar, os princípios da hierarquia e disciplina são mais exaltados, cujas obrigações dos subordinados são mais ressaltadas do que daqueles que comandam, não cabendo aos comandados a análise do mérito da ordem. Isso ficou bem evidente quando da explicação de Wilson Odirley Valla, coronel da polícia militar do Estado do Paraná, na obra especialmente destinadas às praças⁷ *Deontologia policial militar II*, sobre a obediência:

Como princípio, somente à lei é que se deve obediência, pois é a única autoridade impessoal à qual a dignidade pessoal pode submeter-se sem constrangimento. Na vida militar, porém, existem circunstâncias especiais decorrentes dos valores da hierarquia e da disciplina (...). Quem recebe uma ordem tem o direito e o dever de apenas analisar se de quem ela parte tem poder de superioridade, isto é, se entre eles existe aquela relação de

⁷ Há outra obra destinada a oficiais: *Deontologia Policial Militar* (VALLA, 2013b)

dependência hierárquica sobre a qual se fundamenta o dever de obediência. Entretanto, quando a ordem de superior contrariar preceito regulamentar ou legal, o executante poderá solicitar a sua confirmação por escrito, cumprindo à autoridade que a emitiu atender à solicitação. **Ainda assim, terá de cumprila.** O superior pode equivocar-se, e pode até incorrer em erro, mas não pode a estrutura militar deixar ao subordinado o julgamento quanto à ilicitude das ordens que recebe, sem o risco de graves prejuízos à eficácia das ações a realizar ou em andamento. (2013a, p. 72)

Dentro da estrutura organizacional dessas duas instituições, há duas “castas”: na PM, entre oficiais e praças; na polícia civil, entre delegados e os agentes. Diz-se “castas” porque, no plano de carreira, um oficial jamais será praça e um delegado jamais será agente, de modo que o inverso também é verdadeiro. A única exceção é a realização de concurso público, mas internamente essa evolução na carreira não é prevista – dirigidos jamais serão dirigentes. Isso gerará uma oposição de interesses. Ao mesmo tempo em que os dirigentes vão buscar a ampliação da própria instituição junto ao Estado, vão lutar contra a vontade dos dirigidos em serem dirigentes. Ambos vão se associar quando há interesses em comum, como o aumento salarial, mas vão se confrontar quanto às disputas pelo poder dentro da própria instituição.

Percebemos que dentro da própria estrutura das polícias há distintas frações de classes, comandadas por seus dirigentes (oficiais e delegados), mas que deixam a prática da função repressiva para os seus subordinados (praças e agentes) – os “policiais de ponta”. Isso ocorre devido à própria divisão do trabalho no exercício da repressão, já que a uns cabem a sua organização e, a outros, a sua execução propriamente dita.

A repressão é exercida pelo Estado através da polícia para a manutenção da ordem social burguesa, isto é, para garantir a propriedade privada e as relações comerciais. Inicialmente, com a consolidação do Estado de direito, a ordem se tornou sinônima de lei e resultou em uma restrição do poder da polícia ao mero cumprimento da lei, sendo ela ser organizada profissionalmente a fim de garantir a segurança das relações burguesas estabelecidas (NEOCLEOUS, 2010). A *segurança* aparece aqui como segurança da garantia da propriedade, da ordem social burguesa. Disfarça-se, com isso, a “insegurança” da própria propriedade, que está atrelada à própria questão de classes. Por isso, o Estado vai atuar com a intenção de impor a segurança na sociedade civil mediante o exercício do poder de polícia, apresentando-a como sinônimo de segurança.

Quando se lança um projeto nesse sentido, como dito, está por detrás desse discurso a *insegurança*. No contexto do capital, isso pode ser traduzido como o risco da classe dominante

em perder o seu poder sobre a classe dominada, sendo necessária a imposição de um controle social pela própria polícia. Esta utiliza o *direito* como fator legitimante para balizar as ações policiais, as quais vão buscar a aplicação da lei penal. A “segurança” e o “combate aos delitos” são meros recursos discursivos nesse contexto, pois a cifra oculta da polícia demonstra que ela é ineficiente para combater delitos e sua manutenção como instituição no Estado está mais relacionada à sua relação com a manutenção da própria ordem do que a prevenção de delitos (NEOCLEOUS, 2010).

No exercício do controle social, Neocleous (2010) aponta que não é a lei que vai moldar a prática policial, mas o contrário, pois a polícia vai expandir os limites da legalidade, transformando a própria lei. Isso se dá justamente pelo caráter discricionário do exercício do poder de polícia, possibilidade esta concedida pelo próprio direito para preservação da ordem:

La policía sigue reglas, pero son reglas *policiales* más que reglas legales. Por lo tanto, al ejercer su criterio, la policía nunca lo utiliza para hacer cumplir la ley, como podría hacércenos creer. Por el contrario, los oficiales deciden qué quieren hacer y luego adaptan sus poderes legales a esa decisión. Por lo tanto, la principal “ley” que los oficiales de policía se proponen aplicar es la “Ley de los modos y los medios”, un conjunto de poderes imaginarios que utilizan para desconcertar y confundir a los sospechosos y la pregunta de si un oficial debería detener a un sospechoso por motivos legales queda desplazada por la pregunta “qué razón legal utilizaré para justificar el arresto de esta persona”. Las reglas, ejercidas de acuerdo con criterios policiales más que criterios legales específicos, son reglas para la supresión del desorden ejercidas por la policía y *permitidas* por la ley. (...) Por lo tanto, el derecho penal se convierte em sólo uno de los muchos recursos que utiliza un oficial de policía, um medio entre muchos para lograr una sociedad civil bien ordenada, lo cual prueba que el ejercicio del poder del estado en una democracia liberal es menos una forma de régimen de derecho, como lo sostiene la mitología liberal, y más una forma de gobierno de hombres que *utilizan* la ley para legitimar el ejercicio del poder. El agente es un oficial del orden más que un oficial de la ley⁸ (2010, p. 207).

Assim, é evidente que a discricionariedade é um elemento fundamental dentro da

⁸ Tradução livre: “A polícia segue regras, mas são regras policiais, e não regras legais. Portanto, ao exercer seu julgamento, a polícia nunca o utiliza para fazer cumprir a lei, como pode nos levar a crer. Em vez disso, os oficiais decidem o que desejam fazer e, em seguida, adaptam seus poderes legais a essa decisão. Portanto, a principal “lei” que os policiais pretendem aplicar é a “Lei dos Modos e Meios”, um conjunto de poderes imaginários que eles usam para confundir os suspeitos e a questão de saber se um policial deve deter um suspeito por razões legais é deslocado pela pergunta “que razão legal usarei para justificar a prisão desta pessoa”. As regras, exercidas de acordo com critérios policiais em vez de critérios legais específicos, são regras para a repressão da desordem exercidas pela polícia e permitidas por lei [...] Portanto, o direito penal passa a ser apenas um dos muitos recursos utilizados por um policial, um meio entre muitos para se conseguir uma sociedade civil bem ordenada, o que prova que o exercício do poder do estado em uma democracia liberal é menos uma forma de estado de direito, como sustenta a mitologia liberal, e mais uma forma de governo de homens que usam a lei para legitimar o exercício do poder. O agente é um policial da ordem, e não um policial da lei”

atividade policial e, apesar desta estar vinculada à lei criminal, a lei (em sentido amplo) é utilizada como meio para legitimar a ação policial que está comprometida com a ordem vigente através do controle social. Portanto, é imprescindível termos sempre em mente a relação polícia-ordem-controle social quando falamos em “polícia na prática”. A burocracia policial, nesse aspecto, vai atuar de modo a racionalizar essa tríade a fim de tentar reduzir ao máximo a discricionariedade do “policial da ponta” para controlá-los e, quando este exorbita os limites da legalidade, vai adequá-la ao direito. A ordem é fim imediato e mediato para o policial, sabendo ele disso ou não. Se olharmos apenas para uma ocorrência em que o policial de ponta atende e dá a sua solução, ainda mais aquelas não criminosas, dificilmente perceberíamos essa relação (quer dizer, a quem não quer perceber). A lei se adequa à noção de ordem e a polícia age para manter essa própria ordem, de modo que as regras são um parâmetro a mais para serem seguidas e, caso não sejam, a ação policial retornará a ela para se legitimar e não causar responsabilização ao próprio policial.

É verdade que uma das principais características da burocracia é a sua alienação (PRESTES MOTTA, 2000), descartando qualquer autonomia individual quanto à participação no processo administrativo. Contudo, pensamos que a discricionariedade do policial de ponta também é alienado, uma vez que ele possui diversos meios ao seu dispor para a manutenção da ordem em uma ocasião específica, deixando as principais questões decisórias nas mãos dos dirigentes. O nível de discricionariedade será uma espécie de termômetro para medir as contradições sociais de uma determinada sociedade: será mais ampla quando houver menor risco à ordem e, portanto, mais negociada; será menos ampla quando houver maior risco à ordem e, portanto, menos negociada. Trata-se, assim, de uma adaptação às exigências situacionais para a manutenção da ordem.

A discricionariedade do policial de ponta, logo, não afastará a sua burocratização, uma vez que sua ação não é desnordeada e ilimitada, mas sempre visará a manutenção da ordem burguesa. Ela será gerenciada por policiais (oficiais e delegados) para garantir, cada vez mais, o controle da tropa e de sua discricionariedade, buscando os fins impostos pelo Estado na defesa dos interesses burgueses. Quando a ação do policial de ponta ultrapassa os limites de discricionariedade concedidos, será ele devidamente punido. Portanto, ao que tudo indica, os “policiais de rua” não agem ao seu bel prazer, mas estão sempre vinculados ao exercício do controle social, sendo os limites de sua discricionariedade, na verdade, controlada pelos seus

dirigentes.

Conclusão

Buscamos apresentar algumas questões que entendemos serem pertinentes para a compreensão da polícia e a repressão em um Estado capitalista. Trata-se de um estudo inicial, de modo que apresentamos alguns pontos para reflexão. Uma dessas reflexões, no caso, foi tentar estabelecer uma relação entre burocracia, como organização e classe social, com a própria polícia.

A partir dos estudos de Weber e Marx, podemos ter uma ideia do que ambos entendem por burocracia e como isso pode nos ajudar nessa reflexão. Parece-nos que Marx apresentou um conceito de burocracia condizente com o que ela de fato é: uma classe social destinada a auxiliar a burguesia, classe social dominante, no exercício da repressão às classes dominadas, especialmente, o proletariado e o lumpemproletariado.

Com base nessa perspectiva, procuramos tentar estabelecer um contato entre a classe burocrática e a instituição policial. Pensamos que nem todo policial é um burocrata, mas sim está submetido à burocracia, com as especificidades da burocracia repressiva. Essa relação entre policial e burocracia faz com que aquele aja de acordo com as normas da própria instituição policial, ainda que seja contra os interesses de sua classe de origem. Por essa razão, quando o policial atua, ele o faz não enquanto membro de sua classe de origem, mas como profissional da instituição policial, que existe para garantir os interesses da burguesia e, conseqüentemente, da burocracia e outras classes auxiliares daquela.

Em razão disso, não nos parece que o policial seja um membro da classe trabalhadora, até porque, quando ele atua, conforme dito, assim o faz em nome da instituição policial, no qual a individualidade do policial é anulada quase completamente. Diz-se “quase” porque há espaços de discricionariedade para os policiais “de ponta”, mas que não revoga o principal papel da polícia na manutenção da ordem burguesa.

Referências:

BATTIBUGLI, Thaís. *Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: Humanitas, 2010.

BRAGA, Lisandro. *Breve introdução à teoria marxista das classes sociais e do Estado*. In: Revista enfrentamento [online], ano 11, Goiânia, n. 19, p. 19-36, janeiro/junho 2016. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/issue/view/Revista%20Enfrentamento%20Nº%2019/showToc>>. Acesso em 02/09/2020.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional. A criminalização do Movimento de Desempregados na Argentina (1996-2002)*. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

BRETAS, Marcos Luiz. *Guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência. A polícia na era Vargas**. Brasília: UNB, 1993.

CHEVIGNY, Paul. **Edge of the Knife. Police violence in the Americas**. New York: the New Press, 1995.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema penal brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Burocracia como organização, poder e controle**. In: Revista de Administração de Empresas [online]. 2011, vol. 51, São Paulo, n. 5. P. 424-439, outubro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000500002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05/08/2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

NEOCLEOUS, Mark. *La fabricación del orden social. Una teoría crítica sobre el poder de policía*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

KALBERG, Stephen. **Max Weber: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PRESTES MOTTA, Fernando C. **O que é burocracia?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Rubens Vinicius. **Burocracia em Max Weber e Maurício Tragtenberg: elementos para a compreensão crítica do fenômeno burocrático na sociedade moderna**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Regional de Blumenau, 2016, 97 fl., disponível em <<https://bu.furb.br/consulta/portalConsulta/recuperaMfnCompleto.php?menu=rapida&CdMFN=362247&fbclid=IwAR1CuaM3Ojt4ULLgU-8pm7dy8CLRrvIIloeCNkwaY8fqvJPUN4Cg3XCmTWk>>, acesso em 12/08/2020.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar**. 5ª ed. Curitiba: AVM, 2013b.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia policial militar II**. 4ª ed. Curitiba: AVM, 2013a.

VIANA, Nildo. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. São Paulo: Chiado, 2017.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania. A dinâmica da política institucional no capitalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Santuário, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 20ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1982.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas:

UNICAMP, 2016.

Resumo: A polícia, nascida com o Estado moderno, sempre teve a função de atuar na manutenção da ordem social burguesa. Considerando que a burocracia também surgiu com o Estado capitalista como classe para auxiliar nos interesses da burguesia, o presente artigo busca analisar as discussões acerca da burocracia, a partir de Max Weber e Karl Marx, e trazê-las para ajudar na compreensão da polícia, a qual possui função primordial no controle social através da repressão.

Palavras-chave: Polícia. Burocracia. Ordem. Controle social. Repressão.

Abstract: The police was born with the modern state and always had the role of acting in the maintenance of bourgeois social order. Considering the bureaucracy also emerged with the capitalist state as class to assist in the interests of the bourgeoisie, this article seeks to analyse the discussions about bureaucracy, starting with Max Weber and Karl Marx. After that, bringing them to help in understanding the police, which has a primary role in social control through repression.

Key-words: Police. Bureaucracy. Order. Social control. Repression.

* Recebido em: 14/04/2021.

*Aceito em: 27/05/2021

TERCEIRO SETOR, CLUBES DE TROCAS E CLASSES PAUPERIZADAS NA ARGENTINA: COSTUMES SOCIAIS E PRÁTICAS INSURGENTES.

Juliano Locatelli Santos*

Introdução

O presente estudo tem por objeto a análise sobre dois movimentos distintos, embora simultâneos na Argentina da década de noventa e início do século XXI: o movimento dos clubes de trocas, enquanto atividade da denominada economia social ou terceiro setor, e o movimento de resistência dos desempregados, denominado naquele país de movimento piqueteiro. Busca-se responder às seguintes perguntas: os clubes de troca se afiguram como expressão de um movimento efetivamente anticapitalista, politicamente articulado em torno de práticas de insurgência ao modo de produção capitalista em períodos de crise e agravamento das desigualdades sociais? Ou diversamente, significam apenas iniciativas instrumentais no capitalismo e paliativas em períodos de crise econômica? Houve, nesse sentido, alguma relação entre o lumpemproletariado piqueteiro e os clubes de trocas? Esta classe social pode possuir uma postura política insurgente ou revolucionária? Para tal, se analisa o cenário argentino desde a década de 90, culminando com a crise econômica de 2001, em que de forma concomitante se observa o advento de uma efetiva resistência popular pelas massas pauperizadas, através do movimento piqueteiro. Ao mesmo tempo, surgem e se proliferam na Argentina os chamados clubes de *trueque*. Houve uma relação direta e uma fonte comum entre o lumpemproletariado argentino e as iniciativas de trocas sociais? Ou este movimento dos *trueques* se constitui antes como uma prática social desarticulada politicamente, ou uma iniciativa despolitizada, apenas relacionada ao movimento piqueteiro de modo circunstancial em torno da crise capitalista daquele período?

Primeiramente, aborda-se a questão dos clubes de trocas enquanto iniciativa da economia social, ou seja, enquadrando-a a partir da noção de terceiro setor. Segue-se abordando o cenário argentino pós regimes militares na década de 80, e o agravamento da crise econômica, o que ensejou o crescimento de um grande contingente de desempregados, que se organizam em torno de uma pauta mínima em torno das suas próprias condições de sobrevivência. Analisa-se também a questão da propensão ou não

* Mestre e doutorando em Direito Socioambiental e Sustentabilidade – PUCPR. Advogado. E-mail: juliano.locatelli@pucpr.edu.br

do lumpemproletariado a adquirir e exercer consciência de classe revolucionária, a fim de contextualizar o movimento piqueteiro argentino em termos da sua capacidade de articulação política e insurgência, e não apenas uma manifestação revoltosa esparsa e cooptável.

Por fim, busca-se perquirir sobre se, dada a origem de ambos – os clubes de trocas e o movimento piqueteiro - em períodos e localidades comuns, decorrentes do mesmo processo de crise econômica, os clubes de trocas seriam uma iniciativa coligada ao movimento piqueteiro, emergindo algum viés revolucionário ou insurgente em termos de uma prática contra-hegemônica ao capitalismo, ou se, ao invés, se tratou de uma prática social independente, ainda que originada de momentos de crise econômica. Busca-se portanto, através de pesquisa bibliográfica e documental, e análise crítica, tendo-se como referencial central a teoria marxista, investigar sobre as relações entre o movimento de desempregados e os clubes de trocas, a fim de verificar se esta iniciativa contém ou não uma relação direta e uma perspectiva política insurgente.

O terceiro setor e os clubes de trocas

As experiências relativas a clubes de trocas se enquadram dentre as iniciativas do assim chamado terceiro setor. Como situar politicamente tais iniciativas? Para tal, cabe assinalar o que seja o terceiro setor, dentro do leque mais amplo denominado de economia solidária ou economia social, para então estabelecer-se algumas premissas.

O terceiro setor pode ser considerado e conceituado por diversas matrizes e dimensões. Relaciona-se com as iniciativas advindas de um determinada sociedade que busca, constituindo-se de forma dissociada do Estado e do mercado (VIOLIN, 2010, p. 28), a realização de seus objetivos de bem-estar através de premissas como o empoderamento, cooperação, a reciprocidade e a solidariedade (NAMORADO, 2017, p. 5). Laville (2016) aborda a significação do que seja economia social, quando aponta que

recorrem, portanto, a meios econômicos para atingir finalidades que tangem ao modelo de sociedade: justiça social, preservação ambiental, diversidade cultural, entre outros. Em outras palavras, sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocatórios), visando à realização de um projeto coletivo (p. 375).

Por sua vez, Henrique Wellen (2012) formula uma crítica à abordagem metodológica das expressões que traduzem os objetivos da economia social, que a seu ver denotam uma imagem equivocada do real. Define-os como um solipsismo, na medida em que para os teóricos da economia social, as relações econômicas deixam de se basear

no modo de produção capitalista, transformando-se em “relações solidárias, bastando para tanto apenas um impulso recíproco” (p. 93). Prossegue Wellen, afirmando ainda que “o sentido subjetivo particular do conhecimento, e não o movimento do real, passa a ser o lastro desse pressuposto metodológico, limitando o alcance da teoria a características elegidas individualmente” (p. 94).

Costuma-se contextualizar o terceiro setor a partir de uma abordagem histórica calcada na transição entre Estado social e neoliberalismo. De um contexto de supremacia do poder estatal a partir do pós-guerra, assumindo o *Welfare State* uma dimensão ampla de proteção e tutela social, ligada à noção de bem estar da comunidade, o Estado de bem-estar social assume para si - ao menos no plano teórico - a tarefa histórica de reconstrução das sociedades e das economias, distribuindo bens e direitos. Nesta narrativa, é de se considerar contudo, que em relação ao terceiro mundo, o capitalismo possui suas especificidades e replica relações econômicas de interdependência, nas quais os países latino-americanos assumem posição subordinada, e onde o denominado Estado integracionista (VIANA, 2009), ou Estado de bem-estar provavelmente não tenha sequer desembarcado.

Esta forma estatal logo entra em colapso, em uma conjuntura socioeconômica que conjuga não apenas a crise do petróleo, na década de 70, mas o advento do neoliberalismo e o regime de acumulação integral (VIANA, 2009), bem como os emblemáticos governos Thatcher, Reagan e Kohl, com a crescente globalização da economia, que definem um questionamento acerca dos custos sociais impostos ao Estado, ou o seu “cobertor social”. Com o neoliberalismo, e a diminuição das atribuições sociais do ente público, o Estado passa de provedor a regulador dos processos de distribuição de bens e direitos. O que antes era atribuição do Estado, passa a ser prerrogativa - e principalmente, oportunidade - do mercado. “O que era direito social universal passa a ser um favor e não um direito” (WELLEN, 2012, p. 171). Os processos de privatização de áreas estratégicas são a ilustração clássica desta forma neoliberal.

Pode-se pensar o terceiro setor a partir da sua dissociação, ou independência em relação ao Estado e em relação ao mercado. Mas é pertinente, todavia, questionar-se em que medida há ou não esta independência. Do ponto de vista das relações de poder historicamente consideradas, e partindo-se de uma perspectiva classista, diante da relação capital/trabalho, ou da divisão social a partir de duas classes sociais fundamentais, os detentores dos meios de produção, ou capitalistas de um lado, e de outro os não detentores dos próprios meios de produção, que são os trabalhadores, remanesce a pergunta: em que

medida se pode considerar o Estado, o mercado e até mesmo o direito, senão como instrumentos ao dispor das classes dominantes? Pode-se realmente distinguir os interesses do Estado dos interesses do mercado? Esta questão é relevante. Se o terceiro setor pode ser considerado como autônomo em relação ao Estado e ao mercado, ou parte integrante de um *tripé*, se considerarmos as relações entre o poder político e o poder econômico, ou entre a classe dominante burguesa e o Estado, em que termos remanesce um terceiro setor? Ou em verdade estaríamos diante de uma nova expressão para uma antiga e conhecida classe social, não detentora dos próprios meios de produção, e cuja exploração e precarização é condição necessária para a valorização do valor, denominada de proletariado? Se as demandas do terceiro setor não são objeto nem das políticas públicas, nem tampouco do interesse do capital privado, o tema se aproxima não mais da delimitação de três setores, mas de uma dimensão dual, expressada na luta de classes.

Seria possível considerar que a atuação do terceiro setor, e o seu crescimento, se dão a partir de vácuos de atuação. Age-se em espaços onde o Estado neoliberal não mais projeta atuar, eis que seus objetivos político-institucionais definham, ou a sua capacidade de abranger tais bens ou direitos é insuficiente. Ou ainda, pode-se considerar a atuação do terceiro setor onde o mercado não tenha manifestado o seu interesse. Ou seja, onde não haja a perspectiva do lucro, ou a transformação de uma demanda social em mercadoria. Estaria-se, nesta forma, em uma atuação de natureza residual pelo terceiro setor. A este, restaria assim, as migalhas do que foi desprezado pelo Estado e pelo mercado.

Pensar a atuação do terceiro setor enquanto inserido na economia social, e a partir da tensão entre Estado social e neoliberalismo, impõe ainda questionar se atua o terceiro setor de forma paralela ao Estado, no co-desenvolvimento de políticas públicas, na perspectiva do estabelecimento de uma atuação conjunta, que embora realizada pelo Estado, seja também permitida ou concedida ao terceiro setor. E ainda, torna necessário questionar a atuação do terceiro setor em paralelo com o mercado, “domesticando-o” e instaurando elementos da solidariedade e reciprocidade em um campo preocupado apenas com o lucro. Considerar a resposta afirmativa para estas perguntas, implica em conceber uma atuação *em paralelo* do terceiro setor. Ou ainda, o que há de autonomia nesta atuação conjugada, e quanto tal forma implica em cooptação do terceiro setor, tanto pelo Estado como pelo mercado? Nesse sentido, a resposta parece evidente, desnudando a realidade. “Apesar das assimetrias, ainda que de forma não tão aparente, a economia solidária consubstancia-se através de ingredientes que servem para legitimar o modo de produção

capitalista e tal atitude demonstra uma função social no mínimo ilusionista” (WELLEN, 2012, p. 157).

Portanto, o terceiro setor é marcado pela sua heterogeneidade. Constitui-se de um leque de horizontes e vertentes que dificultam ou até impedem que se aponte um único caminho conceitual, dado que pode assumir diversas formas, e ainda estabelecer relações das mais diversas, quando atrelado às estruturas estatais ou mesmo às estruturas do mercado. O que denota para o quanto os assim chamados modelos sociais de economia podem ser objeto de captura ou apropriação. Em outros termos, pode-se tomar como premissa que o terceiro setor, e suas iniciativas vinculadas a uma economia social não se identificam necessariamente com uma *práxis* emancipatória, eis que gravitam inteiramente dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista. Esta é a hipótese que ora se pretende avaliar, a partir dos clubes de troca, experiência social típica do terceiro setor, que em um olhar inicial e desavisado, pode gerar a impressão de que se trata de alguma subversão ao funcionamento do capitalismo. A não utilização do dinheiro, a vivência comunitária ordenada para a utilização de produtos de origem artesanal, considerando-se o seu valor de uso, e ainda a adoção de práticas de consumo dissociadas dos mecanismos da grande produção, poderiam orientar para alguma ruptura em relação ao sistema instituído, o que move a inquietação deste estudo em relação aos clubes de trocas.

E para tal, cabe ter como âmbito de análise a Argentina, país onde mais se desenvolveram as chamadas moedas sociais e os clubes de troca, em face da grave crise capitalista na década de 90, que culminou com um momento crítico no final do ano de 2001, com as medidas de governo que restringiram o acesso aos depósitos bancários, também chamada de *corralito*.

Para perquirir sobre a dimensão das iniciativas de clubes de trocas, deve-se associar a esta análise os seus agentes e destinatários. Razão pela qual, se busca investigar, na crise argentina, se efetivamente existem, e quais podem ser as relações entre as classes pauperizadas e os clubes de troca. E a relação específica que justifica tal abordagem está no fato de que os dois fenômenos sociais são advindos do mesmo momento histórico, e da mesma localidade, mas que todavia podem não ser diretamente relacionados.

A crise capitalista argentina e o movimento piqueteiro

Para compreender o surgimento e as lutas do lumpemproletariado argentino, organizado sob a alcunha de movimento piqueteiro, é necessário resgatar-se o cenário

mundial de crises do capitalismo, que redundam no regime de acumulação integral. O capitalismo não se desenvolve de maneira linear, nem tampouco permanece intacto às transformações sociais e à sua própria necessidade de se reformular, como condição para a sua manutenção. Se o desenvolvimento da história das sociedades classistas pode ser determinado a partir dos seus modos de produção, o desenvolvimento do capitalismo também pode ser compreendido tendo-se como parâmetros os seus regimes de acumulação (VIANA, 2009, p. 14). São diversos tais regimes de acumulação que, entremeados por crises capitalistas, fazem exsurgir regimes com características próprias em delimitados períodos e regiões, mantidos entretanto os elementos básicos da extração de mais-valia e a luta de classes (BRAGA, 2013).

Pelo termo regime de acumulação, Nildo Viana considera tratar-se de um “estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional” (2009, p. 30). São mudanças no interior do capitalismo, motivadas por resistências, ou crises que ameaçam a extração de mais valor e o aumento da taxa de lucro médio. Entre diversos regimes ao longo do capitalismo, tem-se na atualidade o regime de acumulação integral. Este surge a nível mundial, após diversas tensões sociais e políticas, bem como a crise do petróleo na década de setenta do século XX, se consolidando na década de 80 com o modelo neoliberal. Tal regime, na expressão de Viana, “busca ampliar simultaneamente a extração de mais-valor relativo e absoluto e tem como complemento necessário para efetivar isso o Estado neoliberal e o neoimperialismo” (2009, p. 35).

Esa dinâmica não se desenvolve de maneira equivalente em todo o mundo. Em suas periferias, os regimes de acumulação internacionalizados se convertem em modelos dependentes, ou subordinados de exploração, marcados pelas características notoriamente conhecidas da cartilha neoliberal, na qual as privatizações, a superexploração da força de trabalho e o derretimento dos direitos sociais são parte integrante. Nesse sentido, o projeto neoliberal enfim chega na Argentina na década de 80. A ditadura militar iniciada em 1976 fez disparar a dívida externa, e interrompe o processo de industrialização. O Governo de Raul Alfonsín, eleito em 1983, foi marcado pela hiperinflação, pelo início de um processo de privatizações que viria a se intensificar no governo posterior, demarcando a diminuição do Estado argentino, e pela abertura de mercado ao capital estrangeiro. Seu sucessor em 1989, Carlos Menem, consolida a tendência neoliberal de abertura dos mercados, privatizações, a tentativa de equiparação do peso argentino ao dólar (SVAMPA, 2005, p.

33), incluindo-se neste contexto de diminuição do Estado a reforma na legislação trabalhista, que se traduz em maior terceirização de mão de obra, diminuição do emprego formal e esfacelamento da atuação sindical.

É necessário compreender a associação entre o regime de acumulação integral, a sua forma neoliberal, e uma das suas consequências, a formação de um lumpemproletariado miserabilizado diante do agravamento das condições sociais. Ou seja, o lumpemproletariado é consequência, ou resultado dos regimes de acumulação. A partir da década de noventa, isto se torna claramente perceptível na sociedade argentina.

Decorre deste processo de lumpemproletarização o surgimento de um movimento classista próprio, composto pela massa de desempregados em face do cenário de privatizações, terceirizações, precarização e marginalização das periferias, denominado de movimento piqueteiro (BRAGA, 2013). Uma das principais formas de protesto se centrava no bloqueio de estradas e importantes vias urbanas, bem como a prática de dinâmicas deliberativas que melhor organizavam a ação do movimento.

Deste modo, a ação direta no bloqueio de ruas e estradas consistia no principal método de agir do movimento piqueteiro. O ato de bloquear ruas e estradas de forma eficiente exigia outras formas organizativas no movimento piqueteiro, tais como deliberar sobre os bloqueios, formar comissões específicas para cada ação, tal como comissões responsáveis por garantir a segurança nos piquetes e promover o enfrentamento contra as forças repressivas etc. Todas essas deliberações ocorriam em assembleias nos bairros onde todos participavam e decidam de forma horizontal e auto organizados (BRAGA, 2012, p. 48).

Assiste-se durante a década de noventa, até meados do ano de 2002, uma expansão do movimento piqueteiro para diversas regiões do país, sendo que na região dos arredores de Buenos Aires, denominada Conurbano Bonaerense, se encontram localizadas as formas organizativas mais atuantes. O que coincide com áreas especialmente desprovidas de condições dignas de moradia, saneamento e de formulação de políticas públicas pelo ente estatal.

Nesse contexto, para além das iniciativas assistencialistas advindas das relações entre setores da política institucional e setores populares cooptados pelas promessas incumpridas de um desenvolvimento que nunca chegou, o movimento piqueteiro passa a se organizar internamente para a resistência, a partir de três formas delimitadas. A ação direta através dos piquetes, a dinâmica de assembleias, como exercício de formas de democracia direta, e o trabalho territorial comunitário (SVAMPA, 2005; SVAMPA, 2011). Especialmente em relação a estas atividades territoriais e comunitárias, que em determinados casos contavam com subvenções financeiras estatais, Maristela Svampa menciona que o movimento piqueteiro como um todo desenvolve redes de solidariedade

locais, que se caracterizam primordialmente pela autogestão através do desenvolvimento de frentes de trabalho comunitário, e de pequenas economias de subsistência (2005, p. 252). Lisandro Braga assinala que

E agora, principalmente na região metropolitana da capital federal, em que os piqueteiros passariam a exigir trabalho e subsídios estatais para o lumpemproletariado tocar diversas atividades comunitárias (refeitórios, hortas comunitárias, padarias, fabricação de tijolos, construção de moradias, postos de primeiros socorros, centros de educação popular etc.) com o objetivo de fazer frente à fome e toda condição insalubre que caracteriza a vida em um território intensamente lumpemproletarizado. Esse conjunto de atividades, juntamente com a tarefa de militar, pressionando o estado com os piquetes e bloqueios de estradas para exigir subsídios, promoveria um conjunto de relações sociais marcadas pelo trabalho coletivo, pela solidariedade, pela substituição da estigmatização e autculpabilização que carrega essa classe social, pelo sentimento positivo de pertencer a um coletivo, pela dignidade do trabalho auto-organizado, pela resistência e enfrentamento coletivo para garantir a sobrevivência, pela esperança em atingir a dignidade através da luta, pelo avanço da consciência etc. (BRAGA, 2016, p. 243).

Mesmo as iniciativas comunitárias desenvolvidas no âmbito do movimento piqueteiro parecem se caracterizar por outras atividades, que não as relativas a clubes de trocas e utilização de moedas sociais, ainda que tais experiências tenham sido simultâneas.

O lumpemproletariado enquanto classe social e a sua dimensão revolucionária

A fim de se compreender a constituição das classes pauperizadas e a sua perspectiva insurgente, toma-se o debate acerca das classes sociais, tendo-se como referencial a teoria marxista. Trata-se de considerar que, além das classes fundamentais, burguesia e o proletariado, subsistiriam outras classes. Especialmente o lumpemproletariado. Busca-se enfrentar o debate sobre se as *classes em farrapos* (BRAGA, 2013) tendem ou não a serem cooptadas pelas classes dominantes, para enfim se analisar sobre a capacidade de insurgência política por estas classes, em específico o lumpemproletariado argentino vinculado ao movimento piqueteiro. Esta é uma condição primeira para pensar-se sobre se há uma relação entre o movimento piqueteiro e a articulação de um mercado social alternativo ou insurgente, na medida em que ambos surgem em delimitações tempo-espaciais semelhantes. É, nesse sentido, necessário formular-se uma construção teórica que relacione os sentidos gerais da obra de Marx para caminhar no sentido de uma teorização marxista acerca das classes sociais (VIANA, 2018).

Apresenta-se como apressada a compreensão de que o Capítulo 52 do Livro III de *O Capital*, denominado *As classes*, inacabado ante a morte de Marx, possa ser tido como

a afirmação peremptória de que as classes sociais seriam os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários (MARX, 2017a, p. 948). Nesse sentido, considera-se a ponderação de Mauro Luis Iasi, para quem este trecho é apenas o início de uma reflexão que não foi formulada, e que expressaria aparência, e não essência. Afirma Iasi que, “o conceito de classes de Marx não está no último suspiro de um capítulo inconcluso de *O capital*, mas em toda a extensão de sua vasta obra” (IASI, 2011, p. 107).

Há leituras que afirmam a existência de apenas duas classes sociais, as classes fundamentais, como sendo a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende a sua força de trabalho. Nildo Viana adentra neste debate e refuta a Lênin como um dos responsáveis por esta visão, na medida em que o líder russo adota uma teoria economicista e quantitativa, na qual “quem está fora do sistema de produção, não pertence à classe nenhuma” (VIANA, 2018, p. 256), inclusive o lumpemproletariado. Contudo, impõe-se de imediato estabelecer as balisas ou os elementos formadores de uma classe social, como condição para estabelecê-las. Ao ver de Lisandro Braga, estes requisitos definidores seriam três: “possuir um modo de vida comum (modo de vida da classe), interesses comuns (interesses de classe), e o estabelecimento de enfrentamento/aliança (enfrentamento/aliança entre classes) com outras classes sociais” (BRAGA, L, 2016, p. 17). Prossegue Lisandro Braga, destacando que

É importante destacar que burguesia e proletariado compõem as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista, mas que, no entanto, coexistem outras classes sociais que, inclusive, derivam da complexa relação que se estabelece entre essas classes fundamentais e da luta de classes no processo de produção. Uma dessas classes sociais, e que é objeto central desse estudo, é o lumpemproletariado (BRAGA, 2013, p. 33).

Nildo Viana, também aborda o tema, acrescentando que as classes subsidiárias, que embora não participem diretamente das relações de produção e do mecanismo de produção do mais-valor, se voltam para a sua reprodução, e possuem interesses específicos. Em relação ao lumpemproletariado, sua relação é ambígua, na medida em que encontram-se desempregadas, sendo necessário confrontarem-se com a burguesia, mas também necessitam dos benefícios que estas classes estejam dispostas a lhes conceder (VIANA, 2018).

É pertinente resgatar-se os sentidos a que Marx se refere ao lumpemproletariado, como forma de compreender a sua relação central com o modo de produção capitalista. Já no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels afirmavam que “O lumpemproletariado, putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas

condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação” (MARX; ENGELS, 2005, p. 49). Há quem aluda à conclusão de que Marx teria afirmado categoricamente o seu desprezo por esta classe social, sub-entendendo que esta seria necessariamente cooptada pela burguesia.

No teor de *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*, publicado originariamente em 1852, Marx aborda o tema da cooptação desta classe social pelo governante. É narrado o cenário da 2ª República na França, entre 1848 e 1851, quando o então presidente eleito, Luís Bonaparte, impõe o golpe de Estado que o converte em Imperador Napoleão III. Marx descreve a aliança entre Bonaparte e o lumpemproletariado francês, cooptado e organizado sob os auspícios da denominada *Sociedade 10 de Dezembro*, uma espécie de milícia paralela instituída e comandada por Bonaparte.

Sob o pretexto da instituição de uma sociedade beneficente, o lumpemproletariado parisiense foi organizado em seções secretas, sendo cada uma delas liderada por um agente bonapartista e tendo no topo um general bonapartista [...] Era *sociedade beneficente* na medida em que todos os seus membros, a exemplo de Bonaparte, sentiam a necessidade de beneficiar-se à custa da nação trabalhadora. Esse Bonaparte se constituiu como chefe do lumpemproletariado, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase* [sem retoques] (MARX, 2011a, p. 91).

O 18 de Brumário traz assim uma narrativa que exemplifica a cooptação das frações lumpemproletárias pelos detentores do poder. Cabe entretanto enfrentar a questão sobre se Marx buscava demonstrar que nesta arregimentação haveria uma regra, ou se a cooptação seria apenas uma tendência. Nos parece que o mencionado trecho do *Manifesto* faz alusão a uma tendência, que pode ou não se confirmar. As expressões como “pode, às vezes”, ou “suas condições de vida o predispõem mais a”, são indicativas de uma tendência das classes lumpemproletárias, diante de suas condições famélicas. Mas que não se pode conceber, ao menos na leitura de Marx, como uma regra. Nildo Viana assinala serem escassos os instrumentos de luta e pressão do lumpemproletariado, em face da sua necessidade iminente de busca da própria sobrevivência, o que confere a esta classe enquanto característica, um maior individualismo e imediaticidade (VIANA, 2018).

Como o lumpemproletariado se coloca em termos de alguma importância no funcionamento da engrenagem capitalista, se está à margem da divisão social do trabalho? Nos parece que a partir do estabelecimento da relação de equivalência entre o lumpemproletariado e o denominado exército industrial de reserva, é possível responder a esta questão. Marx estabelece, no capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, a relação entre o

exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa, e a lei geral da acumulação capitalista. Em verdade, desde os *Grundrisse*, ou Manuscritos Econômicos de 1857 e 1858, Marx já desenvolvia o argumento de que “É só no modo de produção fundado sobre o capital que o pauperismo aparece como resultado do próprio trabalho, do desenvolvimento da força produtiva do trabalho” (MARX, 2011b, p. 503).

No Livro I de *O Capital*, analisa Marx como o aumento absoluto da população trabalhadora é sempre mais rápido do que o capital variável, e o crescimento do capital é vinculado ao decréscimo da força de trabalho que é absorvida. Decorre desta equação que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia em seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (MARX, 2017b, p. 705). Descreve Marx a formação desta superpopulação relativa, convertida em mão de obra desempregada, por ele subdividida em populações flutuante, latente, estagnada, e pauperizada. Todas se situando dentro dos interesses da acumulação capitalista:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, *Ibid*, p. 707).

Para Marx não basta a força de trabalho para a produção capitalista. É imprescindível que com ela, conviva o exército industrial de reserva, de prontidão para substituí-la, mantendo viva a concorrência pelos postos de trabalho, e se convertendo em pano de fundo sob o qual se move a lei da oferta e da demanda (MARX, *Ibid*, p. 714), bem como instrumento de regulação dos salários e de aprisionamento do trabalhador ao capital.

O sobretabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, *Ibid*, p. 711).

Afirma Marx a lei geral da acumulação capitalista, traduzida na expressão de que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, *Ibid*, p. 721). Demonstra-se a relação intrínseca entre a acumulação capitalista de um lado, e de outro a necessidade de preservação do exército industrial de reserva. Este atua como elemento de subvalorização da força de trabalho, que pode ser trocada a qualquer momento por salários menores, aumentando a sua mais-valia. Nildo Viana, mesmo reconhecendo um escalamento ou gradação de marginalidade em relação ao mercado de trabalho, compreende que haveria plena equivalência conceitual entre as noções de lumpemproletariado e exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa.

Para nós, o lumpemproletariado é equivalente ao conceito marxista de exército industrial de reserva. Por conseguinte os lumpemproletários são aqueles que possuem necessidade de vender sua força de trabalho e que estão fora do mercado, por conseguinte estão marginalizados também no mercado de consumo e também na cidadania” (VIANA, 2009, p. 252).

Considerando-se sinônimos estes grupamentos sociais, e relacionando-se o exército industrial de reserva com a acumulação capitalista, enquanto elemento de regulação e aprisionamento da massa trabalhadora empregada, reforça-se a ideia de que o lumpemproletariado exerce, no modo de produção capitalista, um papel chave enquanto classe social efetivamente participante.

Cabe mencionar ainda um outro agrupamento social relacionado, avaliando-se em que medida este se dissocia da noção de lumpemproletariado: o precariado, que na definição de Ruy Braga é o proletariado precarizado (BRAGA, 2012). Referido autor estabelece que: “identificamos o precariado com a fração mais mal paga explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. BRAGA, 2012, p. 19). Assim, o precariado é parte do proletariado, e efetivamente participante da divisão social do trabalho. Passou a ter suas condições materiais de existência pioradas, ainda que permanecendo produtivamente ativo. Diversamente do lumpemproletariado, que se encontra distanciado da divisão social do trabalho e do modo de produção. Lisandro Braga, por sua vez, pontua que a expressão precarização, é antes uma condição de classe do que a delimitação de uma classe específica, na medida em que

designa condições de precariedade que podem acometer não apenas o proletariado, mas também o lumpemproletariado (2016).

É intrínseca à condição de proletário a tendência crescente de precarização das suas condições materiais de existência, dentro das regras do capitalismo. Em um modo de produção estruturado sob uma lei geral que se fundamenta no aumento da riqueza pela realização da mais-valia, e que tem como condição, no outro pólo, o aumento da pauperização do proletariado, a precarização das condições de trabalho e de vida do proletariado e das classes em farrapos, não é circunstancial. É antes uma tendência e um movimento necessário ao capitalismo. David Harvey assinala o crescimento do precariado e sua relação com o avanço do neoliberalismo.

Muitas vezes referido, hoje em dia, como o “precariado” (para enfatizar o caráter flutuante instável de seus empregos e estilos de vida), esses trabalhadores têm sempre representado um grande segmento da força de trabalho total. No mundo capitalista avançado se tornaram cada vez mais proeminentes nos últimos trinta anos devido a mudanças nas relações de trabalho impostas pela reestruturação societária neoliberal e pela desindustrialização (HARVEY, 2011, p. 196).

Definido o lumpemproletariado enquanto classe social, a sua tendência à cooptação enquanto uma possibilidade, e não uma regra, e a sua importância no modo de produção capitalista, convém tratar do tema da consciência de classe pelos setores pauperizados diante da agudização das suas condições de existência. A enorme dificuldade em assumirem seu papel revolucionário, passa pela transformação da consciência de classe *em si*, para uma consciência de classe *para si*. Marx afirma, em meio a seu embate com Proudhon, que...”essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma” (MARX, 2017c, p. 146). Mauro Luis Iasi afirma que:

No tema da consciência de classe esses termos assumem o significado de diferentes graus de amadurecimento do movimento da consciência, sendo que uma consciência em si indicaria uma classe que ainda se define pela sua simples existência no conjunto das relações capitalistas, e no interior desta expressa seus interesses imediatos (ou numa síntese pouco precisa: econômicos); ao passo que uma classe que adquire uma consciência além de sua posição imediata, mas de seu papel histórico para além da ordem estabelecida, assumiria, assim, uma consciência para si (IASI, 2014, p. 131).

O processo de consciência de classe é complexo, na medida em que envolve conjunturas, etapas, avanços e retrocessos. E essencialmente porque se as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes (MARX; ENGELS, 2009, p. 67), o pressuposto para a superação da alienação é o enfrentamento das premissas ideológicas

próprias do modo de produção capitalista, cuja dominação foi, e continua sendo, historicamente exercida sobre a consciência.

Nesse sentido, o agravamento das condições sociais observado diante da crise argentina desde a década de noventa até o início do século XXI, ao mesmo tempo que pode incitar a formas de consciência revolucionária, na qual nega-se “a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2011, p. 32), pode também recrudescer este processo. A questão que se coloca, está em como avançar nos processos de consciência de classe, que são a própria expressão da luta de classes, considerando-se que o avanço da consciência de classe é também, simultaneamente, o avanço da luta de classes.

Nildo Viana assinala que estão na forma como se desenvolve o processo de luta de classes e na sua intensidade, a definição da tendência da classe lumpemproletária à alienação, ou a algum viés revolucionário.

O lumpemproletariado é potencialmente revolucionário, embora alguns indivíduos lumpemproletários possam assumir posição conservadora. É o processo de luta de classes e a forma como se dá concretamente o combate entre proletariado e burguesia, bem como a ação destas classes e das forças políticas e intelectuais que as expressam, que define a posição do lumpemproletariado, sendo que a tendência é aliar-se ao proletariado e não a burguesia, [...] (VIANA, 2009, p. 253).

Tem-se, portanto, que não apenas o lumpemproletariado se afigura como classe social, como exerce posição estratégica dentro dos interesses capitalistas. E ainda que estejam à margem do sistema produtivo, as classes lumpemproletárias e precarizadas possuem capacidade e aptidão política para a ação anticapitalista, não sendo pertinente a alcunha de que tendem necessariamente a serem cooptadas pelas classes dominantes. Há efetivamente uma dimensão insurgente, ou uma perspectiva revolucionária entre as *classes em farrapos*.

Clubes de troca na Argentina: prática social ou práxis anticapitalista?

Abordamos algumas questões centrais para a compreensão dos clubes de trocas, e o quanto as iniciativas do terceiro setor, não raro, são próximas do capitalismo. Ainda, foi possível recuperar o sentido e a perspectiva de uma ação política insurgente pelo lumpemproletariado, aqui representado pelo movimento piqueteiro argentino. Cabe agora, aproximar ou afastar de vez qualquer relação entre os *trueques* e as formas de atuação do movimento piqueteiro, mesmo diante da origem pretensamente comum de ambos.

A Argentina convive, desde a década de oitenta, com uma sucessão de crises que produzem visíveis transformações sociais. Nesse contexto, Maristela Svampa (2005) descreve com propriedade o processo de deterioração, ou de fratura das classes sociais, e que determina o empobrecimento das classes médias, e o processo de pauperização ainda maior das classes mais pobres, e cujo ponto máximo se verifica entre os anos de 2001 e 2002. Este período coincide com o surgimento dos clubes de trocas, e está fortemente relacionado com a deterioração da economia argentina. Não se trata de uma experiência inédita, mas foi na Argentina onde o *trueque* se desenvolveu em maior amplitude.

Experimentos como el trueque con moneda propia ya se dieron con anterioridad em otros lugares del mundo y también en tiempos de crisis, consiguiendo respetables éxitos; pero lo que confiere originalidad al fenómeno del trueque argentino es su dimensión, ya que constituyó el fenómeno más grande a escala mundial. (FERNÁNDEZ MAYO, 2009, p. 8)

Segundo Maximiliano Roman (2010), em 1995 surge o primeiro clube de trocas, também na região do Conurbano Bonaerense, sendo que nos anos posteriores, o seu número cresce exponencialmente, chegando a 7.541 clubes em abril de 2002. Manuela Fernández Mayo (2009) acrescenta que os *clubs de trueque* chegaram a congregar, neste mesmo ano, entre seis e sete milhões de pessoas. Eram iniciativas populares em que bens e serviços eram trocados, tendo-se como moeda indexadora não o dinheiro oficial, mas créditos que eram emitidos por tickets.

Considerando-se *los trueques* enquanto mais um dos fenômenos sociais identificados durante os momentos de fratura social e agudização da crise capitalista na Argentina, e que surgem na mesma dimensão tempo-espço que o movimento piqueteiro, juntamente com as assembléias de bairro, os pannels e os piquetes, as perguntas que remanescem são: os clubes de troca se afiguram como uma experiência de ruptura anticapitalista a ponto de desafiar as formas desiguais do neoliberalismo argentino, ou significaram apenas uma alternativa surgida em meio ao momento de crise e de pauperização social? O que há de insurgente nos clubes de trocas? E a última questão que remanesce é: quem eram os atores sociais desta iniciativa, a classe média empobrecida, ou as camadas miseráveis e desempregadas da população, aqui ilustradas pelo movimento piqueteiro? Afinal, ressalte-se mais uma vez, este mesmo momento de empobrecimento social como um todo, é marcado também pelo surgimento do movimento piqueteiro, que organiza-se em torno de ações específicas de resistência.

Primeiramente, cabe perquirir acerca do significado de uma experiência de utilização das moedas sociais, ou no caso específico dos clubes de troca, os chamados

créditos. Poderia-se pensar que tal implicaria em uma atitude de distanciamento em relação à economia formal enquanto protesto ou insurgência aos modelos institucionais da economia. Cabe observar contudo que a utilização dos créditos está antes associada ao próprio modo de funcionamento dos clubes de troca, do que a uma atitude insurgente. A forma de, em grande escala, oficializar relações de trocas, especialmente quando se ofertam serviços, tornava necessário algum comprovante de tais relações, que nem sempre podem ser completamente diretas. É quando surge o crédito, ou moeda social (PRIMAVERA, 2015), antes como uma forma de viabilizar as trocas, do que uma insurgência à forma-dinheiro e à economia formal.

Considerando os contingentes populacionais que participam de tal iniciativa, não se vislumbra na atividade dos *trueques* uma insurgência ou afronta ao capital. Logo, trata-se mais de um modo interno de sobrevivência em tempos de crise, do que uma ruptura antissistêmica. Surgem os clubes de troca, inegavelmente da necessidade de populações descapitalizadas, em um contexto de inflação, em efetuarem relações que lhes supram a subsistência ou que lhes complementem minimamente as condições de vida. Mas o fato de que tais práticas surjam e se mantenham em períodos de crise, e diminuam em outros momentos, indica serem os clubes de troca soluções emergenciais para momentos específicos de crises. Não sobrevivem como atitude política de recusa à mais-valia e ao mercado, ou ainda como forma de protesto. São antes, uma prática social, que logo se aumenta em face da organização em torno de entidades ou associações, mas que vivem seus momentos de maior sucesso essencialmente em momentos de deterioração das condições socioeconômicas.

José Miguel Candia assinala que o sistema de trocas não difere de um ato de compra e venda rotineiro, no qual cada artigo tem o seu valor convertido em créditos. (2002). Com efeito, considera-se que nos clubes de troca, o seu participante exerce o papel de um *prosumidor* (ROMAN), assumindo simultaneamente os lugares de produtor de mercadorias ou serviços, e também de consumidor. Conforme Hintze e outros, são os participantes que “tienen la doble función de producción y ofrecer ciertos bienes y servicios, y la de demandar otros bienes y servicios dentro de la misma comunidad de intercambio de trabajos o sus resultados” (2003, p. 19).

Conforme Svampa, longe de significar a adesão maciça a uma nova economia alternativa, a difusão dos *trueques* foi consequência da crise econômica, e significou um meio de enfrentar a escassez de moeda e o aumento de preços no mercado informal. (2005). É certo que os clubes de troca se converteram em uma alternativa de acesso a

bens e serviços para contingentes populacionais descapitalizados e pauperizados, em diversos níveis. O que adentra na questão sobre quem eram os seus criadores e destinatários.

Maristela Svampa, sobre os clubes de troca, aponta-os como um “espacio de sociabilidad, de apertura y de cruce entre las clases medias empobrecidas y determinadas franjas de los sectores populares” (2005, p. 146). Para Manuela Fernández Mayo, os clubes de troca foram desenvolvidos por setores da classe média empobrecida (2009, p. 19), e não exatamente por setores já pauperizados e à beira da miserabilidade. Estes setores efetivamente participaram dos clubes de trocas, mas em outra condição.

La importancia que tenía la participación en el trueque y la posibilidad de abastecerse difería según los distintos estratos sociales. En el caso de los sectores medios, que normalmente disponían de ciertos ingresos monetarios y no se encontraban en una situación de extrema necesidad, el uso paralelo del trueque les permitió obtener un mayor rendimiento de sus ingresos, mantener cierto nivel de vida y no caer en la pobreza profunda. Vivían del trueque y podían reservar sus ingresos monetarios para los bienes y servicios que no se conseguían por créditos, por ejemplo para el pago de las cuentas mensuales de gas, luz, etcétera.

Los sectores populares, sin embargo, se insertaron más tarde en el trueque impulsados casi exclusivamente por la urgencia alimentaria. Para ellos el trueque era una estrategia de sobrevivencia sumamente importante, pues se encontraban sin empleo, sin ingresos fijos y les resultaba difícil satisfacer las necesidades alimenticias de sus familias. A diferencia de los sectores medios no participaron en el trueque como mercado paralelo, sino casi como la única opción para conseguir algún tipo de ingreso, aunque no fuera en dinero sino en bienes y servicios. (FERNÁNDEZ MAYO, 2009, p. 13)

Tem-se portanto que os clubes de trocas na Argentina, advindos no contexto da crise capitalista ensaiada na década de noventa, e que tem seu ponto máximo com o *corralito*, em dezembro de 2001, embora surjam no mesmo contexto em que adveio o movimento de desempregados e suas formas típicas de manifestação, não se confundem com uma criação desta classe social. Advém os clubes de troca primeiramente de setores pauperizados da classe média, embora certamente as classes sociais miserabilizadas pelo processo de lumpemproletarização (BRAGA, 2013) também tenham aderido a esta iniciativa, ainda que limitados às suas poucas capacidades de oferta neste mercado informal, restringindo-se mais à oferta de serviços, ou de força de trabalho.

Tampouco pode-se observar na iniciativa dos clubes de troca, um modelo insurgente ou contestador do mercado ou do capitalismo. Ao contrário, a noção de *prosumidor*, adequada a uma visão da cidadania vinculada a partir da inserção no chamado mercado de consumo, não implica na rejeição do sistema capitalista, e sim a tentativa de não viver à margem deste sistema. Trata-se de uma inversão, conforme a

assertiva de Wellen, em que “no lugar de colaborar com a organização, unificação e conscientização dos trabalhadores, a economia solidária mistifica a realidade e as possibilidades concretas da luta de classes, escurecendo assim o horizonte revolucionário” (2012, p. 416).

Considerações finais

O presente estudo tomou como premissa, ou hipótese inicial, a afirmação de que o terceiro setor, ou a assim denominada economia social, aqui ilustrada na imagem dos clubes de troca, não contém um marco teórico ou uma prática voltada à construção de uma ruptura de viés anticapitalista. Embora até possam ser encontradas organizações cujo eixo central de atuação questione as instituições do capital ou as relações de poder decorrentes, cabe considerar que o terceiro setor não está erigido a partir de uma alternativa ao capitalismo, e sim uma iniciativa paralela que permanece anexada ao próprio modelo hegemônico.

Esta premissa inicial, examinada a partir da experiência dos clubes de troca, demonstrou-se verdadeira, na medida em que tal prática está mais vinculada à necessidade contingente de momentos de agudização dos processos de geração de renda para setores pauperizados da população, do que propriamente uma prática insurgente, instituída e administrada com propósitos outros que não a subsistência ou a geração de renda através dos cânones do consumo e da produção.

Demonstrou-se ainda como o cenário de crise capitalista fez nascer uma classe social composta por desempregados e marginalizados pelo mercado formal, à qual pode-se denominar de lumpemproletariado ou exército industrial de reserva. Exercendo esta, ainda que às margens do processo produtivo, importância fundamental ao capitalismo, conforme constata a teoria marxista. Este lumpemproletariado não pode ser tido necessariamente como conservador, ou totalmente cooptável pela burguesia, na medida em que pode efetivamente exercer sua força insurgente. É o que demonstra a experiência do movimento piqueteiro argentino. No entanto, demonstra-se ainda que mesmo havendo simultaneidade temporal e espacial entre os eventos, os clubes de trocas não se identificam nem com práticas anticapitalistas, nem tampouco com o conjunto de ações próprias do movimento piqueteiro, não obstante algumas parcelas do lumpemproletariado até possam ter participado dos *trueques* visando assegurar sua subsistência.

O passado recente da crise capitalista argentina fornece assim, um conjunto de fatos sociais muito importante enquanto fonte de estudos àqueles que se lançam na

tentativa de compreender melhor as complexidades e idiosincrasias do capitalismo sob o regime de acumulação integral, a fim de tornar possível a construção de efetivas alternativas e caminhos de consciência de classe e emancipação social.

Referências:

BRAGA, Lisandro Rodrigues. *Lumpemproletarização Juvenil e Contestação Social na Grande Buenos Aires*. **Em Debat: Rev. Dig.**, ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 8, p. 38-53, jul-dez, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebat/article/view/1980-3532.2012n8p38/25512>. Acessado em: 01/10/2020.

_____. *Classe em farrapos. Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. 1ª ed. São Carlos: Pedro & João, 2013.

_____. *Repressão estatal e capital comunicacional: o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Goiás. Programa de pós graduação em Sociologia. Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8108/5/Tese%20-%20Lisandro%20Rodrigues%20de%20Almeida%20Braga%20-%202016.pdf>. Acessado em: 25/10/2020.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo, São Paulo, 2012.

CANDIA, José Miguel. *Organizaciones vecinales: el barrio como fuente de identidad política*. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 167-181, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/208239052.pdf>. Acessado em: 03/12/2020.

FERNÁNDEZ MAYO, Manuela. *El trueque solidario: una estrategia de supervivencia ante la crisis argentina de 2001*. **Rev. pueblos front. digit.**, San Cristóbal de Las Casas, v. 4, n. 7, p. 5-29, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-41152009000100005&lng=es&nrm=iso. Acessado em 02/11/2020.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011

HINTZE, Susana; SABATÉ, Alberto M Federico; CORAGGIO, José Luis. Documento base de la Jornada Nacional sobre Trueque y Economía Solidaria. In: HINTZE, Susana. *Trueque y economía solidaria*. ICO, Universidad Nacional General Sarmiento. Argentina, 2003. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/48975.pdf>. Acessado em: 06/12/2020.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011

_____. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. 1ª ed, 1ª reimpr. São Paulo: Viramundo, 2014

LAVILLE, Jean-Louis. *Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia*. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 369-377, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/Z9Zbx938VFqf57QqTqXjxjm/?lang=pt>. Acessado em: 16/06/2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução Álvaro Pina. 1ª ed, 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2005

_____. *A ideologia alemã*. Tradução Alvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luis Bonaparte*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução Mário Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b, p. 503.

_____. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a, p. 948.

_____. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b

_____. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017c

NAMORADO, Rui. *O que é a Economia Social?. Economia Social em Textos*, 1. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social. Coimbra, 2017. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/ceces/est/1>. Acessado em: 22/11/2020.

PRIMAVERA, Heloisa. *Moedas sociais vinte anos depois: reflexões críticas e pistas para o futuro, a partir da experiência argentina*. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31743/pdf_100. Acessado em: 22/12/2020.

ROMAN, Maximiliano. *Cacerolas, piquetes y clubes de trueque. Las expresiones de la rebelión popular de 2001 en el Chaco*. In: **XXX Encuentro de Geohistoria Regional**. Instituto de Investigaciones Geohistóricas-CONICET, 2010. Disponível em: <https://www.aacademica.org/maximiliano.roman/39.pdf>. Acessado em 15/11/2020.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente: la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. 1ª ED. Buenos Aires: Taurus, 2005.

_____. *Argentina, una década después: Del «que se vayan todos» a la exacerbación de lo nacional-popular*. *Nueva sociedad*, n. 235, p. 17, 2011.. Disponível em: https://www.cetri.be/IMG/pdf/3794_1.pdf. Acesso em: 28/11/2020.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 2009

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. 1ª ed. Lisboa: Chiado editora, 2018.

VIOLIN, Tarso Cabral. *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica*. 2ª ed. ver.ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da economia solidária*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

RESUMO: Analisa-se no presente artigo, de um lado, o movimento dos clubes de trocas enquanto expressão da economia social, buscando examinar se tais iniciativas possuem de fato a característica de alternativa ou insurgência ao modo de produção capitalista. E de outro lado, a classe social dos desempregados, ou lumpemproletariado, marginalizado na divisão social do trabalho, buscando aquilatar não apenas a sua tendência à cooptação pela classe dominante, como a sua adesão e participação junto aos clubes de trocas. Para tais análises, através de pesquisa bibliográfica e documental, e valendo-se do referencial teórico marxista, adentra-se no cenário do capitalismo argentino na década de noventa, até o início do século XXI, quando em decorrência da crise capitalista neoliberal, coexistiam tanto os clubes de trocas enquanto atividade fortemente difundida, quanto o movimento piqueteiro, composto pelo lumpemproletariado. Conclui-se que, enquanto atividade típica da economia social, os clubes de trocas são apenas uma prática ou costume social, mais frequente em períodos de crise, e que não implica em contestação social anticapitalista nem tampouco está coligado ao movimento do lumpemproletariado piqueteiro argentino e suas demandas políticas insurgentes.

Palavras-chave: Terceiro setor; movimentos sociais; lumpemproletariado; Argentina; clubes de trocas.

RESÚMEN: Este artículo analiza, por un lado, el movimiento de los clubs de trueque como expresión de la economía social, buscando examinar si tales iniciativas tienen realmente la característica de una alternativa o insurgencia al modo de producción capitalista. Por otro lado, analiza la clase social de los desocupados, o lumpemproletariado, marginado em la división social del trabajo, buscando valorar no solo su tendencia a la cooptación por parte de la clase dominante, sino también su adhesión y participación con los clubs de trueques. Para tales análisis, a través de la investigación bibliográfica y documental, y aprovechando el marco teórico marxista, se ingresa al escenario del capitalismo argentino de los noventa, hasta inicios del siglo XXI, cuando a raíz de la crisis capitalista neoliberal, los clubs de intercambio coexistieron como una actividad muy extendida, así como el movimiento de piquetes, integrado por el lumpemproletariado. Se concluye que, como actividad típica de la economía social, los clubs de intercambio son solo una práctica o costumbre social, más frecuente en períodos de crisis, y que no implica contestación social anticapitalista ni está vinculada al movimiento piquetero del lumpemproletariado argentino y sus demandas políticas insurgentes.

Palabras-clave: Tercer sector; Movimientos sociales; lumpemproletariado; Argentina; Clubs de trueques.

*Recebido em: 05/03/2021

*Aceito em: 12/05/2021.

O LAZER E O CONSUMO NO GAME RUST

Guilherme Figueiredo Pires Corrêa*

Introdução

A indústria dos games movimenta bilhões de dólares anuais (já ultrapassando a indústria da música e dos filmes), é massificada e no seu entorno há variadas e apaixonadas discussões sobre os malefícios e benefícios de jogar. Os games são a reprodução do capital industrial recreativo e do capital mercantil recreativo. É uma mídia em que as pessoas controlam um personagem – ou personagens, gerenciam cidades, colônias e naves espaciais dentre outras temáticas, em uma interação ficcional repleto de estímulos audiovisuais que causam emoções e sentimentos.

Os games possuem vários gêneros, narrativas, plataformas e objetivos diferentes. É um produto do desenvolvimento socio histórico respondendo as necessidades da sociedade capitalista contemporânea. É uma mídia utilizada para o entretenimento, recreação e interação com objetos, objetivos virtuais e outras pessoas mediadas por computadores, celulares, tablets, consoles e principalmente pelo uso da internet. Busca o lazer empregando regras e/ou ficção interativa.

É uma mercadoria sem a substância de mercadoria (mercancia), produzida longe do chão da fábrica e dos proletariados saindo direto da produção para o varejo. É consumido enquanto lazer mercantilizado com objetivo recreativo e de entretenimento utilizado por aqueles que tem os recursos materiais (computadores, celulares, tablets), financeiros e o tempo livre para usufruir da jogatina. Apesar de permitir certa criatividade via construção de bases, não é uma atividade criadora.

Assim sendo, este artigo pretende narrar uma experiência de consumo do game de múltiplo jogadores online (*massive multiplayer online - MMO*) chamado Rust. Este foi lançado em 2014, já vendeu milhões de cópias, tem um número de jogadores simultâneos alto e muito material de suporte e entretenimento produzido pela própria comunidade de jogadores do Rust em plataformas de vídeos online.

Pretende também aprofundar – por meio da experiência empírica do consumo, o que foi apresentado no artigo de Vieira e Ório (2020) sobre os vídeos games. Para tal, na primeira parte do artigo será apresentada a plataforma de games *steam*. Em seguida, uma breve explanação sobre o modelo de negócios e desenvolvimento do game Rust.

* Psicólogo, mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia/PGSOCIO da Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Feito isso, entro na definição teórica do que é game e uma demonstração de aspectos sociais e psicológicos envolvendo esta mídia. Após, o lazer, consumo e entretenimento são discutidos e, por fim, as considerações finais.

Apesar de parecer um artigo extenso, faltaram bastante informações relevantes sobre a temática como a questão do trabalho, efeitos e consequências do tempo jogado, influências no desenvolvimento fisiológico e cognitivo de crianças e adolescentes e as interferências nas dinâmicas familiares e profissionais decorrência da jogatina.

A Plataforma Steam

A plataforma Steam é um software de gestão de direitos digitais e distribuição de jogos eletrônicos e aplicativos. Em outras palavras, uma loja online focada em *games* (decidi optar pela palavra games para não precisar escrever todo momento jogos eletrônicos). Foi criado pela Valve Corporation em 2003 e fornece serviços como atualização automática de games, facilidade para aquisição dos seus produtos (pagamento via boleto, cartão de crédito, cartão de presente encontrados em supermercados e lojas de informática e *internet banking*) e promoções e eventos de venda. Com o passar dos anos, a plataforma passou a oferecer um sistema de comunidades, chat entre amigos, coleções de itens recebidos em games (que podem ser comercializados entre a comunidade por dinheiro – a plataforma vende em dólar, mas faz conversão automática para a moeda local do usuário), lista de desejos de jogos, eventos e promoções temáticas (natal, ano novo chinês, dia das bruxas, festival da primavera).

Para facilitar o processo de escolha dos jogos, desde março de 2006 a Valve publica na página dos games uma média ponderada de críticas e elogios feitos por usuários que compraram algum game. O jogador pode escolher entre “recomendo” e “não recomendo” e dar opinião sobre a mercancia. O comentário fica exposto para que todos vejam, é possível interagir com ação de “gostei” ou “não gostei” assim como deixar um comentário. Ao lado do comentador aparece o tempo que este passou jogando, o que pode tornar a avaliação mais precisa. Este sistema de avaliação de games é muito utilizado pelos usuários antes de adquirir uma nova mercancia¹.

¹ Nesse trabalho adotamos a concepção de mercancia presente na obra *A mercantilização das relações sociais – modo de produção capitalista e formas sociais burguesas* (VIANA, 2018), segundo a qual, “as mercancias, formas-mercadorias, são portadoras de valores de uso imateriais e valores de troca inequivalentes. O valor de uso de uma mercancia é de usufruto imediato ou então durável, incorporado, ou seja, a longo prazo. O valor de uso imediato é contíguo, incorporável, ou seja, ocorre no momento e não gera mais nada além do próprio uso, enquanto que o valor de uso durável ocorre a longo prazo, é incorporável, ou seja, possibilita sua reprodução no futuro ou gera alguma habilidade nova, sendo

Normalmente a plataforma conta com cerca de 22 milhões de usuários diariamente conectados ao programa e 6 milhões de jogadores dentro dos games. Com a pandemia da covid-19 houve um aumento recorde de usuários conectados e jogadores. Devido a grande diferença entre usuários online e jogando, especula-se que a maioria dos usuários habilitam o programa para abrir automaticamente assim que o computador é ligado não o utilizando necessariamente.

O site da Steam não apresenta dados específicos sobre a quantidade de brasileiros que usam a plataforma. Mas a média de velocidade de download utilizada em terras tupiniquim é de 37 Mbps representando 2,6 % do tráfego mundial no software (os Estados Unidos representam 19% do tráfego mundial e a China 14,4%). Os servidores mais utilizados são: COPEL Telecom (56.6 Mbps), TIM LIVE (44.1 Mbps), Claro NET (39.8 Mbps), Vivo (39 Mbps) e NET Virtua (37.7 Mbps). Quanto ao computador utilizado, 93 % dos usuários utilizam o Windows 10 e tem um processador Intel de 4 núcleos de processamento (I3 quad core) com 16 MB de RAM. O valor de uma máquina dessa é de aproximadamente R\$2.200,00.

A plataforma atualmente é líder do mercado, contendo mais de 10 mil jogos que variam de gratuitos à R\$300 (em média). Porém com pacotes de expansão e atualizações uma mercancia pode chegar ao valor de R\$19.000. Itens comercializados dentro da plataforma (roupas para personagens, cenários - apetrechos estéticos que não mudam na jogabilidade) já foram negociadas até por 38 mil dólares (uma roupa para um carregador de itens do game Dota 2 chamado de “Cão de Guerra Infatigável com Chama Etérea Cor-de-Rosa” vendido por um brasileiro em 2013).

As desenvolvedoras de games contam com a facilidade de oferecer as suas mercancias antes de totalmente finalizada. É o chamado acesso antecipado (*early access*). Neste modelo de financiamento os futuros consumidores pagam por uma mercancia que está em seu estado inicial de desenvolvimento chamado de versão alfa. No alfa, apenas desenvolvedores/parceiros do projeto e *streamers* tem acesso ao game, já que o produto não está em um estado comercializável e pode apresentar muitos erros (depuração - *bugs*)

incorporado ou adquirido pelo consumidor. O turismo, por exemplo, revela valor de uso imediato: o consumidor consome a mercancia no ato do turismo, um passeio num lago, por exemplo, e, ao término, não o possui mais. O valor de uso durável é aquele que é incorporado pelo portador, mesmo sem ser algo material, tal como a educação formal, a cultura, o ‘capital cultural’, como diria Bourdieu e Passeron (1982). O valor de uso contíguo e apenas o ato de usufruir algo, não entrando no circuito de produção e reprodução de mercancias, da mesma forma que o alimento geralmente é para a produção de mercadorias. O valor de uso incorporado é aquele que o consumidor utiliza no processo de consumação de mercancias” (VIANA, 2018, p. 63).

e de estabilidade dos servidores – no caso de games online. A parceria com *streamers* e peças de marketing nas redes sociais virtuais são ferramentas utilizadas pelo desenvolvedor para alcançar maior número de compradores e com isso conseguir finalizar o trabalho no game. Mas é muito comum mercancias serem abandonadas pelas desenvolvedoras durante a produção - por vários motivos, e os compradores não recebem ressarcimento pelo gasto.

Quando a mercancia chega em um estado de funcionalidades aceitáveis para o uso dos jogadores – por meio de atualizações (*patches*) e modificações, inicia-se o estado Beta. Nesta versão, que pode ser “beta fechado” (*closed beta* - disponível somente para os compradores no estado Alfa) e “beta aberto” (*open beta* - disponível para todos) as pessoas aceitam participar dos testes sem pagamento, antes que outros gamers. Além do que geralmente ajudam a encontrar erro nos jogos (depuração - *debug*), fornecem feedback e sugestões. Assim, o usuário além de comprar por uma mercancia acaba trabalhando de graça para as desenvolvedoras apontando a necessidade de melhoramentos ou sugestões de pacotes de expansões.

A abordagem do acesso antecipado é uma maneira comum para obter financiamento para games de pequenas e desenvolvedoras independentes e é utilizado em conjunto com outros mecanismos de financiamento, incluindo o financiamento coletivo (*crowdfunding*).

Por fim, com a reunião dos dados levantando durante a versão Beta, há mais uma fase de implementação de melhorias e mudanças. Neste momento inclusive as opiniões dos compradores são levadas em consideração. Esta é a “versão definitiva” e a mercancia está pronta para serem instaladas nos computadores e jogadas nos servidores sem causar erros ou instabilidades. Na teoria, por que na prática é muito comum que a versão final apresente erros e seja necessário o lançamento de atualizações de correção.

A seguir, o game Rust será apresentado a partir da lógica de mercado e produção apresentada acima.

Rust

O Rust é um game de múltiplos jogadores em um mundo aberto focado na construção, no combate e cooperação entre os jogadores. Se enquadra nos gêneros de sobrevivência, construção e ação-aventura. É um “Minecraft Desapiedado”. Foi lançado pela organização britânica *Facepunch Studios* em dezembro de 2013 no estado alpha. Em 2014 ficou disponível para usuários da Steam via acesso antecipado (estado beta, para os

sistemas operacionais Microsoft Windows, Linux & macOS) e o lançamento oficial na plataforma foi em fevereiro de 2018. Em março de 2021 o estado beta aberto foi disponibilizado para os consoles Playstation e Xbox.

Custa R\$75,50 (em promoção normalmente sai por R\$50 chegando, em grandes eventos, ao valor de 35 reais) e necessita de um computador de potência mediana para rodar os gráficos no mínimo (Intel Core i7-3770/AMD FX-9590, memória de 10 GB de RAM, disco SSD e placa de vídeo GTX 670 2GB/AMD R9 280 – com o valor em torno de R\$3500). Tem três pacotes de expansão: o *instruments pack* (que adiciona instrumentos musicais ao game), o *sunburn pack* (adiciona itens de verão - piscina, óculos, bermuda de banho) e o *voice pack* (possibilita construção de pista de dança, alto falantes, conexão com rádios online). Cada um destes custa R\$39,99 (na promoção R\$19,99). Também é possível comprar – via mercado da comunidade Steam, *skins* ('peles' especiais e diferenciadas para armas, roupas, portas dentre outros) criadas e comercializadas por jogadores. O item mais caro nesta modalidade é uma porta de metal de R\$7955,35, seguido de uma *skin* de capacete que custa R\$6000. Mas, de maneira geral, os valores dessas mercancias variam de R\$10 a R\$300.

O game ocupa a 13ª posição no rank de jogadores online simultâneos (dentro da plataforma Steam) com a média de 57 mil jogadores atingindo o pico de 75 mil diários. Em número de horas jogadas desde o lançamento, ocupa a 8ª colocação.

Em novembro de 2020 houve um aumento +14.12% de jogadores como consequência das promoções da plataforma. O país que apresenta o maior número de jogadores é a Rússia (com 13 mil) seguido da França (12 mil) e Estados Unidos (11 mil). O Brasil ocupa a 12ª colocação com 990 jogadores (Rust Stats, 2020).

Na plataforma Steam, o jogo contém 13 mil análises positivas recentes. Desde o seu lançamento são 400 mil análises positivas recomendando o game. Os comentários positivos – de forma geral, o definem como: divertido, viciante, maravilhoso e brutal. Os comentários negativos aparecem em menor número e se referem ao valor do game, necessidade de um computador caro, o comportamento tóxico da comunidade (falta de educação, racismo, xenofobia, xingamentos, utilização de hacks e cracks) e a quantidade de horas e dedicação necessárias para progredir no jogo.

O game vendeu mais de 150 mil cópias nas duas primeiras semanas no estado alpha (em 2013). Quando abriu para o acesso antecipado, vendeu um milhão de cópias em dois meses atingindo o montante de 30 milhões de dólares no final de 2014. Em 2017 o game vendeu mais de 5,2 milhões de unidades e 1,2 milhão de roupas e acessórios. Não

foi encontrada informações mais recentes sobre as vendas do Rust nem quanto custou para a produção do mesmo e equipe envolvida.

Foi desenvolvido na língua inglesa, mas suporta outras vinte e quatro (português e português BR, espanhol e espanhol Latino, francês, italiano, alemão, chinês simplificado, coreano, grego, turco, árabe). A classificação indicativa é de 18 anos por conter violência fantasiosa, violência, medo, linguagem imprópria e nudes. Apesar da indicação, é possível se deparar com menores de 18 anos jogando. Na sequência, apresento a conceituação dos games na teoria.

O game na teoria

Jogos digitais, videogames ou games tornaram-se comuns no cotidiano das sociedades contemporâneas. Apesar do aumento significativo de pesquisas sobre a temática (no Google acadêmico há 130 mil referências sobre “jogos eletrônicos”) ainda prevalecem narrativas do senso comum apontando os grandes benefícios ou malefícios que a prática de jogar acarretam no indivíduo e sociedade (COSER, 2019; MAGNANI, 2007).

Os games possuem vários formatos, narrativas, plataformas e objetivos diferentes, tornando sua conceituação uma tarefa nada fácil. Um jogo eletrônico pode ser qualquer coisa que utilize algum meio eletrônico digital (cronômetro, contador de pontos dentre outros). Por algum tempo, definiu-se os games como “jogos computacionais”, entretanto esta definição exclui jogos digitais que rodam em outros meios (celulares, consoles, tablets) (COSER, 2019).

Os games podem ser definidos como "um artefato em um meio visual-digital, proposto primariamente como um objeto de entretenimento, que busca prover lazer empregando um ou ambos dos seguintes modos de engajamento: jogo vinculado a regras ou ficção interativa." (COSER, 2019 citando Tavinor, 2008).

Os games estabelecem uma relação de imersão com seus usuários por meio de efeitos audiovisuais, narrativas e interações que provocam emoções e sensações nos jogadores (a derrota ou vitória sobre outro jogador; finalizar a história do game; desempenhar o papel do personagem; derrotar um chefe de fase). O foco é nas representações visuais que são controladas pelos jogadores (os personagens dentro dos games) aliados a uma diversidade de conteúdo que ajudam a prender a atenção dos usuários por um longo tempo – jogos de RPG/aventura podem levar até 120 horas para chegar ao fim. Tais objetos têm o potencial de construir sentidos e significados, reproduzindo valores culturais e/ou visões ideológicas de quem financiou, produziu e distribuiu o game. Assim sendo, os jogadores ficam expostos a uma realidade virtual (às vezes muito mais agradável que a realidade, o mundo concreto) consumindo uma grande quantidade de estímulos e podendo, inclusive, assimilar parte dos conteúdos veiculados por outros como se fosse sua própria criação (DOIA e RESENDE, 2020; MAGNANI, 2007).

Os primeiros videogames aparecem em meados dos anos 60 do século passado e atualmente são uma importante fonte de entretenimento, lazer e recreação. É a partir dos anos 2000 – com os avanços tecnológicos e a popularização da internet, que se torna um

setor lucrativo no capital recreativo mundial. No ano de 2019 a indústria do games faturou 121 bilhões de dólares e com a pandemia do Corona vírus é esperado um faturamento de 159,3 bilhões de dólares em 2020. Vale lembrar que a indústria dos games não se resume somente aos jogos eletrônicos. Produtos periféricos para a jogatina como mouses, teclados, fones, cadeiras e peças para computadores constituem um segmento importante e complementar nesse mercado de games (TELES e ÓRIO, 2020; TECMUNDO, 2020; SOMMADOSSI, 2020).

O Brasil está posicionado na décima segunda posição entre os 100 países que consomem jogos contando com 66.3 milhões de jogadores e tendo uma receita estimada de U\$ 1,3 bilhões de dólares em 2017 (LAGO, 2019; CAETANO, 2017). O primeiro videogame a fazer sucesso foi o Atari no fim da década de 1960. Porém as décadas de 80 e 90 são marcadas pela lei de reserva de mercado de informática, que se propunha a restringir a concorrência para que empresas nacionais desenvolvessem condições de competitividade com as multinacionais (LAGO, 2019 citando MATTOS e VASCONCELLOS, 1988;).

Os altos preços de computadores e o acesso restrito à uma internet cara e de baixa qualidade criaram o espaço para as *lanhouses*: centros públicos de acesso pago a essas tecnologias. O crescimento das *lanhouses* passou por significativas transformações: de lojas em shoppings e áreas nobres da cidade para as periferias e interior do país. Jogar games é o principal motivo que leva as pessoas a procurar esses espaços. Com o avanço das tecnologias de comunicação via internet- que melhoraram o serviço, a velocidade e a tornaram mais barata, o crédito facilitado para aquisição de computadores, e os novos modelos de celulares, o ambiente privado passou a concentrar o acesso a essas tecnologias (LAGO, 2019).

O contrabando e os clones de videogames foram o modo dominante de aquisição dessa mercadoria. O Dactari - clone do Atari, o Fantom System e o Top Game – clones da Nintendo, são alguns exemplos de consoles clonados e com preços acessíveis a uma pequena parte de brasileiros. Cartuchos de games também eram pirateados em dois formatos: americano (cartucho grande) e japonês (cartucho pequeno) (LAGO, 2019).

Atualmente, a cultura do contrabando se manifesta por meio do *bit torrent*, uma plataforma de transmissão de dados utilizada para baixar versões piratas de games, softwares e tudo mais. A história do desenvolvimento tecnológico no Brasil não tem como ser compreendida, ou estudada, sem olhar para o importante papel que a pirataria teve e tem no acesso à tecnologia e a criação (inclusive artísticas).

O perfil de consumidores de games é predominantemente do sexo masculino, porém nos últimos anos houve um crescimento de jogadoras do sexo feminino. O game é jogado por pessoas de todas as idades e segundo uma pesquisa divulgada pela organização de marketing digital NDP Group, 82% dos brasileiros com idade entre 13 a 59 anos jogam nas mais diversas plataformas (CAETANO, 2017; GOGONI, 2015).

Em 2015 os brasileiros passavam em média 15 horas em interação com produtos eletrônicos (televisão, celulares, videogames), em 2019 este número passou para 20 horas – sendo o segundo país do mundo conectado à internet. Com a pandemia do Corona vírus o brasileiro ficou 28 horas semanais com seus produtos eletrônicos e conectados à internet. Cresceram o consumo de vídeos, a realização de chamadas de vídeo e de games (VALENTE, 2020; SILVA, 2019).

O aumento do tempo passado junto a essas tecnologias agravou o isolamento social, produção profissional e rendimento no trabalho de alguns jovens e jovens adultos (de 18 a 40 anos). Diminuiu também os rendimentos escolares e acadêmicos de crianças e jovens, o que levou alguns médicos e pesquisadores a acusarem os games como causadores de sérios problemas para a saúde mental. Estes sugerem que o uso excessivo do game e da Internet pode se tratar de um novo transtorno psiquiátrico. No DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição) o jogar excessivamente foi classificado como Transtorno do Jogo pela Internet (e se encontra na seção de condições que necessitam de estudos futuros para sua consolidação) (COSER, 2019; ABREU et al, 2008).

Transtorno do Jogo pela Internet: Uso persistente recorrente da internet para envolver-se em jogos, frequentemente com outros jogadores, levando a prejuízo clinicamente significativo ou sofrimento conforme indicado por cinco (ou mais) dos sintomas propostos em um período de 12 meses. O transtorno do jogo pela internet pode ser leve, moderado ou grave, dependendo do grau de perturbação das atividades normais. Os indivíduos com transtorno do jogo pela internet menos grave podem exibir menos sintomas e menor perturbação em suas vidas. Aqueles com a forma grave do transtorno terão mais horas passadas no computador e perda mais graves de relacionamentos ou oportunidades na carreira ou escola. (COSER, 2019 p.17 citando American Psychiatric Association, 2014, p.796).

Já no CID-11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde-11ª Edição) o Transtorno por Jogos Eletrônicos é chamado de *Gaming Disorder* e apresenta os seguintes critérios:

Gaming Disorder: Um padrão persistente e recorrente de comportamento de jogo (em jogos digitais ou computadorizados) que podem ser Online (pela internet) ou Offline. O padrão comportamental deve ser severo suficiente para causar prejuízos nas áreas pessoal,

social, familiar, educacional, ocupacional ou outras áreas de funcionamento importantes. O padrão de comportamento de jogo pode ser contínuo ou episódico e recorrente e são normalmente evidentes em um período de pelo menos 12 meses apesar de a duração mínima poder ser encurtada a depender da severidade dos sintomas (COSER, 2019, p. 17 citando World Health Organization, 2018).

Mesmo com a existência desses critérios diagnósticos não há consenso entre médicos e pesquisadores quanto a adição dos games como um transtorno mental. Embora os critérios serem sintomas psicológicos e comportamentais, são uma mera adaptação dos sintomas apresentados nos Transtornos Relacionados à Substância e Adição, trocando o objeto (álcool, drogas ou vício em aposta) por jogos eletrônicos (COSER, 2019).

Apesar de tendência de patologizar comportamentos humanos, é necessário observar as possíveis potencialidades que os games podem trazer para o indivíduo e sociedade. Algumas das áreas que podem ser beneficiadas pelos games são as cognitivas, sociais e emocionais. Jogos de tiro podem aprimorar a coordenação motora, acurácia e percepção espacial; jogos multiplayer online podem atuar como um ambiente seguro onde é possível se experimentar em novos papéis e desenvolver habilidades sociais como liderança e trabalho em equipe. Os games também podem proporcionar a experiência de uma gama de emoções positivas, como motivação, prazeres e sensação de conquista (COSER, 2019).

é necessário ressaltar que o poder de reprodução dos jogos digitais não exclui a possibilidade de exploração de seu potencial educativo. Contudo, para que essa apropriação de jogos digitais por educadores ocorra, é preciso estar atento às seleções de certos padrões culturais e aos apagamentos que tais jogos promovem, bem como entender o tipo de impacto que o jogo eventualmente causa no consumidor. Afinal, é ingênuo confortar-se com explicações que discutam os limites encontrados para certas ações dentro do jogo apenas em termos de inviabilidade técnica. Faz-se necessário considerar também a possibilidade desses limites resultarem de opções conscientes feitas durante o processo de criação (MAGNANI, 2007 p. 117).

Portanto, os games são mídias do entretenimento consequência de um contexto sócio histórico e que cumprem determinados papéis sociais: lazer, trabalho e consumo. Ao ser massificado e difundido a indústria a qual essas mercadorias se relacionam diversificam e ampliam o seu mercado consumidor. Não se atendo apenas ao consumidor que efetivamente compra a mercadoria. Pra aqueles que não podem adquirir a mercancia lhes será garantido o sonho de consumo via plataformas de vídeos, *streams* ou como peça publicitária nas redes sociais.

Todos esses processos e dados apresentados se combinam as formas de organização da sociedade capitalista e a cultura contemporânea em um complexo de relações que parecem casuais ou até mesmo inexistentes. Mas não são casuais, nem inexistentes, como será demonstrado a seguir.

Consumo, lazer e regime de acumulação

Atualmente, o modo de produção capitalista domina todo o tempo dos seres humanos para acumulação - inclusive o tempo livre que na verdade não é livre coisa nenhuma. Tudo que é feito na sociedade capitalista é determinado por horários e dias. Todo o tempo dos seres humanos está relacionado aos interesses econômicos da sociedade capitalista que levam as pessoas a consumir o seu lazer ou ser consumido por seu tempo livre. Há uma hegemonia que priva a pessoa de tomar suas próprias decisões e gera necessidades artificiais impossibilitando a desenvolvimento de atividades criativas e voluntárias. Sob a hegemonia do capital recreativo as pessoas são privadas de uma formação como indivíduos autônomos, conscientes, críticos e criativos, e passam a acreditar que a construção de suas identidades - e os sentidos e significados que dão para sua existência, parte do consumo e identificações com este ou aquele tipo de mercadoria. (ALMEIDA, 2019; SENA, 2019).

Nos tornamos uma sociedade hipnotizada pelo consumo, pela ‘magia do consumismo’, onde as angústias, a falta de sentido na existência e a distorção de valores básicos de civilidade e humanidade estão reduzindo as pessoas a meros consumistas perdidos em distrações sem fim e prazeres instantâneos - e efêmeros, da chamada experiência de consumo. Satisfeita uma necessidade de consumo que provisoriamente preenche a sensação de vazio do indivíduo, logo outra necessidade é inventada – e depois outra, e novamente outra, e mais uma, e assim o ciclo continua sem um aparente fim (como o “mercado da morte”, mesmo morto a pessoa pode servir como mercadoria – ritos de passagem, enterro, dentro outros) (OLIVEIRA, 2019).

Na linguagem cotidiana, o consumo é classificado com duas características principais: A necessidade de subsistência (alimentação, moradia, vestuário); e o consumismo (relacionado a gastos supérfluos e valor simbólico). Desta forma, o espaço do consumo compreende a organização (ir)racional em todas as esferas sociais: Psicológica, econômica, cultural, política, e mesmo religiosa nas sociedades capitalistas. Um espaço para pensar/sentir de cada indivíduo onde cada qual com sua própria

subjetividade, a partir dos significados criados em torno das mercadorias, atribui ao que se consome um sentido particular dentro deste universo (CORREA, 2013).

Com a ajuda da indústria cultural de informação (cinema, telejornais) o consumo de mercadoria passa a ser sinônimo de cidadania e inclusão social e as chamadas de classes médias pelo senso comum - com seu poder limitado na aquisição de mercadorias, esquecem de seu lugar de subalternidade dentro da dinâmica da sociedade capitalista. Acreditam que tem liberdade para escolher o que comprar e que exercer essa liberdade os torna cidadãos plenos e conscientes do seu lugar no mundo. Entretanto, instaurou-se na sociedade valores e crenças em torno no consumo de mercadorias que fomentam o consumismo materiais e imitativos que substituem as reivindicações e lutas por direitos sociais e pela cidadania plena. Como consequência, nos transformamos numa sociedade conformada com o consumismo e saciado somente pelo consumo delirante e sem fim (OLIVEIRA, 2019; CORREA, 2013).

Tudo é comercializado, tudo é banalidade, tudo é luxo e depois vira um lixo inútil. Até o sono virou comércio com a opção e solução para diferentes tipos de necessidades: Colchões e travesseiros especiais, cobertas e lençóis com fios nobres, isolamento acústico, luz e sonorização ambiente dentre outras coisas. As dinâmicas de relações são movidas na velocidade *fast*: comidas rápidas, relacionamentos afetivos rápidos, compra rápida, relações sexuais rápidas dentre outras coisas rápidas. Entretanto, tudo, por mais corriqueiro e banal que seja, é exposto, exibido, enquadrado, catalogado, rastreado, comentado, compartilhado, armazenado e avaliado via redes sociais (OLIVEIRA, 2019).

Na Sociedade capitalista contemporânea, consumir é reproduzir a desigualdade, a opressão e a exclusão. É ficar preso e encantado ao redor da magia do consumo que leva a irracionalidade do consumismo. O consumir pelo mero prazer de consumir, pela satisfação e o poder de compra e com isso reproduzir e reforçar a manutenção do estado de coisas. A sociedade capitalista é uma sociedade do espetáculo que cria ilusões em torno do consumo ideologizado e de narrativas do autoaperfeiçoamento para atendermos as exigências do tal do mercado. Este nos impõe uma lógica muito simples: é preciso consumir para trabalhar e trabalhar para consumir mais e melhores mercadorias (OLIVEIRA, 2019; ALMEIDA, 2018). Nessa sociedade do espetáculo, uma mercadoria aparenta mais valor quando é exposta para outras pessoas via redes sociais ou na indústria da informação. O consumo aumenta à vontade sem fim de adquirir novas mercadorias que não precisamos. Reduz a existência dos indivíduos a capacidade que este tem de consumir e se adequar as exigências do mercado. As falhas provenientes do

sistema injusto que vivemos (dívidas fruto de nenhuma educação financeira, desemprego, fome, violência) serão jogadas nas costas dos indivíduos, acusados de fracos, incapazes de se adaptarem ou que não tem a força moral o bastante para vencer na vida (ALMEIDA, 2018; CORREA, 2013).

A natureza também entra na lógica do consumo irracionalizado, transformado em mercadoria, em dinheiro, em coisa, nada mais que apenas uma fornecedora de recursos - para a satisfação de nossas necessidades, que serão trocados no mercado. Como passou a explorar a natureza como coisa, a subjetividade das pessoas é transformada de tal maneira que há um estranhamento em entender que nós não somos separados do meio ambiente, somos pequenos órgãos parte de um órgão maior que compõe uma entidade ainda maior. A natureza é coisa, a humanidade é coisa, as relações interpessoais são coisa, o trabalho é coisa e o espaço sideral (e outros corpos celestes) vai se tornar coisa também. O fim maior da sociedade capitalista parece ser única e exclusivamente o consumo (PADILHA, 2019; CORREA, 2013).

Tudo se torna mercadoria (alimentação, tecnologia, corpo, esporte, etc) e há a mercantilização do corpo – por meio da prostituição, shows online realizados via câmeras (com formas cada vez mais brutais de explorar a sexualidade em troca de dinheiro) legitimado e justificado por ideologias e estilos de vida focados no hedonismo e neoindividualismo (VIANA, 2019).

(...) o capitalismo produz pessoas dependentes de dinheiro e de posses materiais, tornando-as mercadorias. É um complexo sistema econômico, social, político e cultural que incutiu em nós o desejo de *ter* (o que os empresários dizem que devemos ter) e de trabalhar (para estes empresários) a fim de podermos *ter*. (...) os trabalhadores são vistos como coisa, pois na proporção em que produzem mercadorias de forma estranhada, produzim a si mesmos como mercadorias (vendidas e compradas no mercado de trabalho) (PADILHA, 2019 p. 18).

Por isso, o consumo não deve ser visto como algo individual, subjetivo ou singular e, sim, compreendido dentro de um jogo de trocas simbólicas coletivas ou como mais uma das manifestações da luta de classes por hegemonia – e até pela sobrevivência minimamente digna. Trata-se de um processo de classificação, exploração, dominação, diferenciação social, significação e de comunicação (CORREA, 2013).

A publicidade é a mediadora entre a mercadoria e a pessoa, integrando-se, assim, ao sistema mercantil e sendo ela mesma objeto de consumo, uma vez que se esforça em vender a ideia de que o usuário é amado pela mercadoria. Essa ideia constitui uma fábula, onde a organização responsável pelo objeto ou serviço de consumo respeita, compreende e se importa com o consumidor, ao mesmo tempo em que esta o caracteriza positivamente

de forma única, dando a ele – o usuário consumidor – a capacidade de transmitir aos outros aquilo que se é, ou melhor, aquilo que culturalmente ele é induzido a almejar ser (CORREA, 2013 citando BAUDRILLARD 2004).

O novo marketing não se propõe somente a identificar e atender estilos de vida já existentes, como também os produz ao organizar os consumidores de acordo com padrões significativos, criados e distribuídos por meio do design, da publicidade e da mídia. Imperam-se, aqui, os padrões comportamentais dos consumidores em relação aos produtos, os quais não são mais vistos de formas independentes, mas sim como uma plataforma sistêmica. Produtos e serviços são integrados de forma a oferecer melhor experiência de consumo (CORREA, 2013 p.21 citando KISS, 2011, p. 39).

O lazer não foge dessa lógica de consumo. A consolidação do lazer mercantilizado inicia a partir do pós-guerra, durante o regime de acumulação conjugado. Neste, houve grande desenvolvimento na produção de mercadorias – e o surgimento da obsolescência programada, organizações multinacionais e a burocratização das relações sociais. O desenvolvimento tecnológico possibilitou maior tempo livre fora do trabalho e a criação de profissões relacionadas à distribuição, consumo e divulgação de mercadorias. Nesse sentido, desenvolvem-se classes sociais improdutivas do ponto de vista do mais-valor e para estas são criadas formas de lazer associadas ao consumo de mercadorias (ÓRIO, 2018).

É uma época marcada pela superprodução de mercadorias pela tentativa de mundializar o nacionalismo estadunidense chamado de *American Way of life* associado aos valores de liberdade e prosperidade segundo a ideologia liberal. Além disso, era necessário a criação de mercados consumidores para escoar a superprodução e para isso o Estado intregacionista interviu na produção, distribuição, circulação de mercadorias e instalou organizações internacionais nos países periféricos ao capitalismo, os países subordinados ao capital. Assim as relações internacionais da época têm como característica o capital oligopolista transnacional (ÓRIO, 2018).

Nenhuma classe social encontra-se separada das relações de produção capitalista. O consumo de mercadorias nos momentos de lazer expressa a necessidade da reprodução do capital e de mercadorias consequência da exploração do trabalho do proletariado pela burguesia. O próprio lazer vai além de descansar após horas de trabalho: se torna mercadoria a partir do momento que é preciso ter dinheiro para consumi-lo (ÓRIO, 2018).

Uma das principais dessas inovações é a consolidação e disseminação generalizada de uma racionalidade econômica, cujo desenvolvimento se iniciou bem antes de 1960 e evoluiu lentamente ao longo de um período de tempo relativamente longo. Várias modalidades predominantes de diversões públicas do

Brasil de outrora, como o teatro ou a música em suas feições modernas, datam desde os meados ou os fins do século 18. Mas é apenas no século 19 que práticas desse tipo vão assumir uma feição cada vez mais comercial. E esta é uma dimensão que acabou por condicionar o desenvolvimento dessas e de várias outras práticas de lazer ao longo de todo o século 20, seja na linguagem, seja nas temáticas, seja nos modos mais gerais de organização (DIAS, 2018 p. 398).

Com a recuperação da Europa Ocidental e do Japão e o esgotamento do mercado interno estadunidense, instaurou-se uma crise de acumulação e novas lutas sociais emergiram (como o levante em Paris de 1968). Porém em 1980 o capital faz uma ofensiva por meio do regime de acumulação integral. Este é a busca integral pela acumulação. O trabalho passa a ser organizado na produção de lotes; terceirização de contratos, incentivo a competição entre trabalhadores que gera cobrança mútua. As mais variadas formas de exploração - legitimada por técnicas da administração e psicologia organizacional (além da disciplina via educação física, *mindfulness* e produtividade positiva) se intensificam sobre os trabalhadores que se submetem às condições degradantes de trabalho físicas e psicológicas (ÓRIO, 2018).

No regime de acumulação integral começa uma nova onda de burocratização das relações sociais e as relações internacionais se dão sob a hegemonia do neoimperliasm. Este consiste na busca de força de trabalho barato ao redor do mundo. Há a intensificação da concorrência capitalista pelos recursos naturais e de conflitos bélicos que fomentam a indústria bélica e os trabalhadores delegam todo seu salário para o capital. Neste regime de acumulação o núcleo familiar de consumo abre espaço para a segmentação sendo que cada membro da família se transforma em nicho próprio de mercado com produtos e serviços específicos (ÓRIO, 2018).

Sendo o lazer parte das relações sociais este se modifica com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ele é apropriado pelo capital como forma de se reproduzir em um processo em que os mais diversos aspectos das relações sociais são transformados em mercadorias (ÓRIO, 2018).

Assim,

a hipermercantilização do capitalismo neoliberal amplia e insere o lazer na quinta onda de mercantilização. O lazer é um valor de troca e valor de uso, pois deve ser comprado e consumido, pois outros o vendem e lucram com isso. A mercantilização do lazer é inseparável de sua burocratização e, por conseguinte, do seu controle. E se os indivíduos já se encontravam controlados em seu trabalho, para-trabalho e obrigações sociais, agora mais um momento de sua vida passa a sofrer um controle externo (VIANA, 2019 p. 57)

Devido a isso, o lazer apesar de passar uma impressão de grande diversidade não é um exercício deliberativo, fruto da espontaneidade. Apenas, por conta da quantidade de opções de entretenimento, tem-se a falsa impressão de liberdade e autonomia de escolha. É um fenômeno cada vez mais cooptado pela lógica e dinâmica do capital que mercantiliza todas as formas de prazer (ORIO, 2019).

Apesar de tardio, vale a pena apresentar o conceito de lazer, recreação e entretenimento. Não é consensual o conceito de lazer. É comum pensar todo tempo livre como lazer em oposição ao trabalho, mas é uma visão errônea por existir outros aspectos da dinâmica em sociedade que não se reduz a este dois. Por exemplo, as obrigações sociais, atividades domésticas, compras, atividades escolares dos filhos dentre outras não são nem tempo livre nem lazer. As necessidades básicas (alimentação, dormir, higiene), as horas que a pessoa leva de casa até o trabalho e deste de volta ao lar (para-trabalho) também não. Somando as horas de trabalho, deslocamento e as necessidades básicas, sobram de cinco à três horas (levando em consideração que alguns indivíduos dormem seis horas diárias) (VIANA, 2018).

O lazer é compreendido como um conjunto de atividades recreativas desenvolvidas pelos seres humanos em um tempo fora do expediente de trabalho, ao para-trabalho, ao tempo de satisfação de necessidades básicas e de obrigações sociais. Recreação é o processo onde os indivíduos descansam mentalmente se distraindo de todas as atividades que sejam obrigatórias, do trabalho, das relações afetivas, acadêmicas, atividades físicas e atividades religiosas (VIANA, 2018).

É importante dizer que lazer não é considerado uma atividade criadora e que a interação entre criatividade e lazer não é muito comum. Atividades criadoras são aquelas onde as pessoas desenvolvem sua criatividade e suas potencialidades. A sua razão de ser deve ter uma finalidade consciente e que desenvolva alguma potencialidade do indivíduo ou de um grupo. Com isso, é possível distinguir o lazer como momentos de atividade recreação, tempo liberado de outras atividades e momentos de atividades criadoras (VIANA, 2018).

O lazer ao se tornar uma mercadoria garante vantagens ao capital improdutivo e alimenta setores de produção e especulação. Os indivíduos buscam no lazer satisfações duradouras, mas estas são muito efêmeras, com prazo para acabar (ou um final determinado) e não possibilitam ou provocam uma reflexão sobre suas reais necessidades e interesses. O lazer é prescrito como ‘tratamento’ na sociedade capitalista; as férias

curtas e os feriados assumem o papel de tornar a existência mais suportável (OLIVEIRA, 2019).

Na dinâmica da sociedade capitalista atual, só existe lazer para aqueles que possuem dinheiro, tempo livre e condições materiais para usufruir tal prática. Esta dinâmica acarreta com divisão social do consumo e acentua ainda mais o abismo entre as classes sociais. Assim, não é possível falar de um lazer que promova as potencialidades do indivíduo nem um lazer libertador devido as evidências de uma dominação ideológica que é contrária a libertação dos seres humanos do consumismo exacerbado e prejudicial para as pessoas, para a sociedade e o planeta (ALMEIDA, 2019; SENA, 2019).

A maioria dos formatos de lazer consiste em comercialização e ostentação de bens e de serviços de bebidas, comidas, programas, viagens e aquisições de ingressos e passaportes para a diversão. Quanto mais destoante a experiência do lazer for da condição habitual, quanto mais o custo e a coisificação embutida na (merco)satisfação, maior a frustração no regresso a realidade, reflexo do distúrbio mal elaborado e desgastado pela expropriação do trabalho convulsivo imposta pelo sistema capitalista extremado (OLIVEIRA, 2019, p.44).

Por fim, o capital que investe na produção de mercadorias de lazer, como jogos e brinquedos é um capital industrial recreativo, enquanto o capital que investe na consumação de mercancias de lazer, como filmes e concertos musicais é um capital mercantil recreativo, do entretenimento. O game, nesse sentido, expressa a reprodução do capital industrial recreativo, pois compreende a produção de aparelhos reprodutores e expressa também a reprodução do capital mercantil recreativo, pois os games são produtos mercantis sem a substância de mercadorias (TELES e ÓRIO, 2020).

Considerações finais

Embora extenso, este artigo não foi capaz de cobrir boa parte de temáticas muito relevantes no tocante dos games. Dentre eles, creio que uma delas temáticas mais importante seja o trabalho: Não há, na dinâmica da sociedade capitalista, como falar de lazer e consumo sem tratar sobre as relações de trabalho.

Sendo uma temática extensa e devido as formas como se dá as relações de trabalho dentro da indústria de games, este merece um artigo próprio. Ainda não conheço a fundo as relações entre trabalhadores e empresários desta indústria, mais o pouco que ouvi falar aqueles passam por maus bocados com jornadas enormes de trabalho, assédio moral e uma ínfima remuneração se levado em conta os lucros obtidos com a venda e publicidade dos games.

Outro tema importante se refere ao tempo passado no jogo e como isso afeta o desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos. Pois mesmo que a discussão sobre os efeitos da jogatina fique em torno da produtividade escolar, acadêmica e do trabalho, acredito que seja oportuno refletir como essa dinâmica game x tempo afeta nas relações afetivas dos casais, na criação dos filhos, na formação da identidade e subjetividade e nos cuidados da saúde física e mental do jogador.

As consequências fisiológicas - tanto positivas quanto negativas, acredito que também merecem uma atenção especial. Por exemplo, pensar como os games – que já entram na dinâmica familiar muito cedo, afetam no desenvolvimento cognitivo e motor de crianças e adolescentes, ou na produção hormonal e nas relações de diferenciação e afastamento do mundo virtual do mundo real, o mundo concreto. As crianças já estão expostas aos prazeres do game e as narrativas, ideologias e comportamentos dos desenvolvedores e distribuidores de games. Como isso afetará elas com o passar do tempo? Não sabemos, mas veremos.

Conforme demonstrado na teoria, os games ocasionam tantos estímulos audiovisuais, de emoção e sentimentos que prendem totalmente a atenção do indivíduo e causa uma total perda da noção de tempo. Você fica tão imerso nas interações que o game proporciona que não se dá conta do trabalho que realizado nele para poder se divertir. A diversão está na troca jogador versus jogador, exploração do mapa e na construção da base. Para tal, é preciso juntar os recursos básicos, depois os intermediários e por fim os avançados. Todas essas atividades requerem muito tempo e sem se dar conta lhe custou algumas horas no mundo real, concreto.

O game Rust demonstra como o capitalismo, via o regime de acumulação integral, obtém o lucro diretamente (com a compra da mercancia em si, a venda de *skins*, camisetas, canecas, cadeiras gamers e outras mercadorias relacionadas ao game) e indiretamente (promoção e criação de conteúdo realizada gratuitamente pela comunidade do Rust via plataformas de vídeos e de *stream*, e a criação de *skins* criadas também pela comunidade). Tudo é mercantilizado, tudo é aproveitado e se torna lucro.

Então, o game assumi papel social do trabalho, do lazer e do consumo. No trabalho, se refere ao tempo e técnica necessários para desenvolver o game - além das relações trabalhadores, capitalista e o varejo; o trabalho que o game gera de venda de *skins*, produção e criação de conteúdo e o trabalho do indivíduo para levantar a renda necessária visando comprar o computador caro e o game. Quanto ao lazer, o Rust é uma atividade de recreação ligada à indústria do entretenimento. Sua função é basicamente o

divertimento e o “passar o tempo”. Embora dentro do jogo tenha a opção de construção que permite o uso da criatividade – de maneira limitada, não é uma atividade criadora por não desenvolver nenhuma potencialidade do jogador. No que se refere ao consumo, é uma mercancia que visa a satisfação de necessidades construídas pela dinâmica sociohistórica que estamos inseridos. O consumo não se atém apenas a compra do game, como também o consumo de vídeos, *skins* e o consumo de horas se dedicando à jogatina.

Acredito que para compreender o game Rust e suas relações com trabalho, consumo e lazer seja necessário um aprofundamento ainda maior sobre ele, talvez entrevistando jogadores, criadores de conteúdo, *streamers* e até os produtores do game. Embora divertido e faça as horas passarem muito rápido, passar horas jogados é tão inútil quanto passar horas assistindo seriado: é legal, mas não serve pra nada além da satisfação de desejos e prazeres efêmeros.

Referências

ABREU, Cristiano Nabuco de; KARAM, Rafael Gomes; GÓES, Dora Sampaio e SPRITZER, Daniel Tornaim. *Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão*. Em **Rev Bras Psiquiatr. Dig**, 30(2):156-67, 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/rbp/v30n2/a14v30n2.pdf>>. Acessado em 02/08/2021.

ALMEIDA, Felipe Mateus de. *Reflexões sobre o tempo livre e o lazer na sociedade capitalista*. Em **Tempo livre, lazer e sociedade**/ Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida, Gabriel Carvalho Bungestab, Lucinéia Martins (org) - Curitiba: CRV, 2019.

_____. *O Consumo nas Ciências Sociais: uma abordagem crítica*. Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais. Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida. - Curitiba: CRV, 2018.

CAETANO, Mayara Araujo. *Performances de Gênero nas Relações entre Jogadores e Avatares: dinâmicas com o game Rust*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2017 <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163610/001024955.pdf?sequence=1>> acesso em 02/08/2021.

CORREA, Guilherme Figueiredo Pires. *Os Sentidos Atribuídos às Mercadorias da Apple Sob O Ponto De Vista Do Usuário*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Tuiuti do Paraná. 2013.

COSER, Fábio Spricigo. *Uso de Jogos Eletrônicos e suas Relações com o Bem-estar*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) 2019. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202541/001103039.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 02/08/2021.

DIAS, Cleber. *Mercantilização do Lazer no Brasil*. Em **Licere, Belo Horizonte**, v.21, n.2, jun/2018. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1822/1237>>. Acessado em 02/08/2021.

DOIA, Alexandre Crispim Pires e RESENDE, Maria do Rosário Silva. *A formação do indivíduo na era do entretenimento virtual: uma reflexão sobre os jogos eletrônicos*. Em **Educación e Inclusión: Reflexiones de Brasil y Argentina**. Gustavo Javier García [et al.]; compilado por Gustavo Javier García... [et al.]. -1a ed. 2020. Disponível em <http://www.cyta.com.ar/biblioteca/bddoc/bdlibros/educa_e_inclu.pdf#page=81>. Acessado em 02/08/2021.

GOGONI, Ronaldo. Meio Bit. *Brasil Games: 82% dos jovens e adultos jogam videogames*. 2015. Disponível em <<https://meiobit.com/328936/brasil-pesquisa-npd-82-por-cento-populacao-entre-13-59-anos-jogam-entre-pcs- consoles-mobile-e-portateis/>>. Acessado em 02/08/2021.

LAGO, Jean Matheo Piccini. *A excitação do século XXI: jogos eletrônicos em perspectiva sociológica*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina. 2019. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214728/PSOP0662-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acessado em 02/08/2021.

MAGNANI, Luis Henrique. *Por dentro do Jogo: videogames e formação de sujeitos críticos*. Em **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, 46(1): 113-125, Jan./Jun. 2007. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/tla/v46n1/a09v46n1.pdf>>. Acessado em 02/08/2021.

PADILHA, Valquíria. *Os Fios Invisíveis do Capital Costuram o Trabalho, Lazer e Consumo*. Em **Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais**. Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida. - Curitiba: CRV, 2018.

OLIVEIRA, Antonia Aleksandra Mendes. *Trabalho Alienado e Lazer Programado*. Em **Tempo livre, lazer e sociedade**/ Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida, Gabriel Carvalho Bungestab, Lucinéia Martins (org) - Curitiba: CRV, 2019.

ORIO, Mateus Vieira. *Lazer, capital e lucro: elementos para uma teoria do capital recreativo*. Em **Tempo livre, lazer e sociedade**/ Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida, Gabriel Carvalho Bungestab, Lucinéia Martins (org) - Curitiba: CRV, 2019

ÓRIO, Mateus Vieira. *Lazer e regimes de acumulação: o desenvolvimento do lazer no modo de produção capitalista*. **Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais**/ Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida. - Curitiba: CRV, 2018.

RUST STATS. Retirado de <<https://www.battlemetrics.com/servers/rust/stats?playerCount=3M>>. Acessado em 02/08/2021.

SENA, Ana Maria F. Tavares. *Lazer e Trabalho: uma relação de liberdade e não liberdade*. Em **Tempo livre, lazer e sociedade**. Em Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida, Gabriel Carvalho Bungestab, Lucinéia Martins (org) - Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Rafael Rodrigues da. *Brasil é o segundo país do mundo a passar mais tempo na internet*. 2019. Em **Canaltech**. Disponível em <<https://canaltech.com.br/internet/brasil-e-o-segundo-pais-do-mundo-a-passar-mais-tempo-na-internet-131925/>>. Acessado em 02/08/2021.

SOMMADOSSI, Guilherme. *Indústria de games cresce na pandemia e deve arrecadar US\$ 159 bi em 2020, mais que a música e o cinema juntos*. 2020. Disponível em <<https://glamurama.uol.com.br/industria-de-games-cresce-na-pandemia-e-deve-arrecadar-us-159-bi-em-2020-mais-que-a-musica-e-o-cinema-juntos/>>. Acessado em 02/08/2021.

SteamCharts. Retirado de <<https://steamcharts.com/app/252490>>. Acessado em 02/08/2021.

TECMUNDO. *Indústria de games movimentou mais de US\$ 120 bilhões em 2019*. 2020. Disponível em <<https://www.tecmundo.com.br/cultura-geek/148956-industria-games-movimentou-us-120-bilhoes-2019.htm>>. Acessado em 02/08/2021.

TELES, Gabriel e ÓRIO, Mateus Vieira. *Capitalismo e Videogame: A Reprodução do Capital através dos Jogos Eletrônicos*. 2020. Retirado de <<https://criticadesapiedada.com.br/2020/06/21/capitalismo-e-videogame-a-reproducao-do-capital-atraves-dos-jogos-eletronicos-gabriel-teles-e-mateus-vieira-orio/>>. Acessado em 02/08/2021.

VALENTE, Jonas. Agência Brasil. *Brasil é o 3º país em que pessoas passam mais tempo em aplicativos.* 2020. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/brasil-e-o-3o-pais-em-que-pessoas-passam-mais-tempo-em-aplicativos>>. Acessado em 02/08/2021.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização do Lazer. Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais.* Cleito Pereira dos Santos, Felipe Mateus de Almeida. - Curitiba: CRV, 2018.

VIANA, Nildo. *A mercantilização das relações sociais – modo de produção capitalista e formas sociais burguesas.* Curitiba: Appris, 2018.

WIKIPÉDIA. *Rust.* Retirado de <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rust_\(jogo_eletr%C3%B4nico\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rust_(jogo_eletr%C3%B4nico))>. Acessado em 02/08/2021.

Resumo: A indústria dos games movimenta bilhões de dólares anuais e é massificada. Os games são a reprodução do capital industrial recreativo e do capital mercantil recreativo. Possuem vários gêneros, narrativas, plataformas e objetivos diferentes. É um produto do desenvolvimento socio histórico respondendo as necessidades da sociedade capitalista contemporânea. Assim sendo, este artigo pretende narrar uma experiência de consumo do game de múltiplos jogadores online (*massive multiplayer online - MMO*) chamado Rust. Pretende também aprofundar – por meio da experiência empírica do consumo, o que foi apresentado no artigo de Vieira e Ório (2020) sobre os vídeos games. Para tal, na primeira parte do artigo será apresentada a plataforma de games *steam*. Em seguida, uma breve explanação sobre o modelo de negócios e desenvolvimento do game Rust. Feito isso, entro na definição teórica do que é game e uma demonstração de aspectos sociais e psicológicos envolvendo esta mídia. Após, o lazer, consumo e entretenimento são discutidos. Apesar de parecer um artigo extenso, faltaram bastante informações relevantes sobre a temática como a questão do trabalho, efeitos e consequências do tempo jogado, dentre outras sendo necessário um estudo mais aprofundado.

Palavras-chave: Games de múltiplos jogadores online (*massive multiplayer online MMO*); consumo de mercadorias; lazer; consumo; entretenimento; game Rust.

Resúmen: La industria del games mueve miles de millones de dólares al año y es enorme. Los juegos son la reproducción del capital industrial recreativo y del capital mercantil recreativo. Tienen diferentes géneros, narrativas, plataformas y diferentes objetivos. Es un producto del desarrollo socio-histórico que responde a las necesidades de la sociedad capitalista contemporánea. Por tanto, este artículo pretende narrar una experiencia de consumo del juego multijugador online (*massive multiplayer online - MMO*) llamado Rust. También se pretende profundizar, a través de la experiencia empírica del consumo, lo presentado en el artículo de Vieira e Ório (2020) sobre los videojuegos. Con este fin, la primera parte del artículo presentará la plataforma de games *Steam*. A continuación, una breve explicación sobre el modelo de negocio y desarrollo del juego Rust. Hecho esto, entro en la definición teórica de lo que es el game y una demostración de los aspectos sociales y psicológicos que involucran a este medio. Posteriormente se habla de ocio, consumo y entretenimiento. A pesar de parecer un artículo extenso, carece de mucha

información relevante sobre el tema como el tema del trabajo, efectos y consecuencias del tiempo jugado, entre otros, que requieren mayor estudio.

Palabras-clave: Juegos multijugador online (*massive multiplayer online MMO*); consumo de bienes; ocio; consumo; entretenimiento; juego Rust.

* Recibido em: 18/05/2021.

* Aceito: em 30/06/2021.

NEOLIBERALISMO E REPRESSÃO POLICIAL LETAL NO PARANÁ (2007-2018)

Murillo Amboni Schio*

Introdução

No Brasil, como apontam Bueno *et al* (2013), não existe um consenso quando se trata de caracterizar, tipificar, identificar, aferir e mensurar a violência, a repressão, o grau, a extensão e a legitimidade das instituições policiais. Seria a polícia brasileira excessivamente violenta e homicida? Seria a ação policial letal ou não, proporcional à violência que se observa na esfera civil? Seria necessário melhor analisá-la e punir os seus excessos? Se tratam de ações legítimas? Juridicamente são legitimadas e enquadradas em dispositivos que geram, na prática, a exclusão de ilicitude, conhecidos por autos de resistência, resistência seguida de morte ou homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial ou simplesmente letalidade policial. A publicação *Atlas da Violência* de 2018 compilou um recorde inglório para a sociedade brasileira: 62,5 mil mortes violentas intencionais (MVI¹) foram registradas no Brasil em 2016, atingindo um total de 30,8 mortes a cada 100 mil habitantes (CERQUEIRA, 2018). Se observada apenas a última década, a partir de 2018, 553 mil pessoas morreram dentro da categoria MVI (CERQUEIRA, 2018), um número realmente absurdo. Quanto aos homicídios decorrentes de intervenção policial, termo técnico para o que chamaremos de repressão policial letal, na série histórica de 2007 a 2018, quase 37 mil casos foram catalogados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em todo o território nacional (FBSP, 2019). No estado do Paraná, o diagnóstico é muito semelhante ao nacional. Os dados sobre as mortes violentas intencionais e o aumento dos registros de letalidade policial no Paraná reafirmam o fato de a repressão policial ser um problema de amplitude nacional e não simplesmente fruto dos estados mais populosos ou daqueles que enfrentam maiores níveis de desigualdades e pobreza concentradas no ambiente urbano, como Rio de Janeiro ou

* Graduado em História/UFPR e mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia/PGSOCIO da Universidade Federal do Paraná/UFPR.

¹ A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora.

São Paulo, ou então Maranhão, Pará, Ceará e Rio Grande do Norte, das regiões setentrionais do Brasil.

Antes de especificar o recorte e objeto deste artigo é preciso deixar claro alguns pressupostos aqui adotados. Existem inúmeros tipos de violência, tais quais a violência urbana, a violência rural, a violência familiar, a violência do trabalho, a violência institucional/estatal etc. Aqui tratarei brevemente de uma modalidade específica da violência urbana e institucional. Os casos de repressão policial letal², estatisticamente chamados de letalidade policial, que vitimizam majoritariamente um grupo específico e fortemente estigmatizados socialmente: homens, jovens, pobres, negros e moradores de periferia. Em termos marxistas, poderíamos chamá-los também de lumpemproletariado, chamando atenção para a expansão desta classe no atual regime de acumulação capitalista (BRAGA, 2013; ALMEIDA, 2020). Tal perfil aplica-se tanto aos policiais vitimados, pois são recrutados em suas fileiras, quanto às vítimas policiais. Essa contradição possibilita questionar acerca das relações existentes entre a hipertrofia das forças repressivas estatais – aumento do efetivo policial, investimento em infraestrutura e tecnologia de vigilância e monitoramento, aumento do financiamento destinado a compra de material bélico etc –, a sociabilidade burguesa atual e o regime de acumulação que o capitalismo atravessa, com o predomínio de uma prática e retórica neoliberal no plano ideológico e político e de uma sociedade marcada pela marginalização expansiva do lumpemproletariado (CHEVIGNY, 1991; NEOCLEOUS, 2000; SVAMPA, 2005; BRAGA, 2013; MOTTA, 2015; HARRING, 2017).

Aumentando a distância do olhar, é importante também destacar que se torna inócuo pesquisar e discutir a polícia sem considerar seu papel no Sistema de Justiça Criminal (SJC) brasileiro, composto pelas forças policiais, judiciário, Ministério Público e sistema penitenciário (LEMGRUBER et al, 2003). Tal compreensão é imprescindível na medida em que a repressão policial, letal ou não, processualmente passa por todas essas instituições que visam dar legitimidade, previsibilidade e estabilidade em seus resultados para tais casos. Portanto, a multiplicidade de casos de repressão estatal policial não se reduz a um problema exclusivo da corporação policial, mas faz parte de uma rede

² A repressão policial é muito mais ampla e abarca casos em que o resultado não tenha sido a morte, por isso em alguns momentos será incluída a palavra letal e se retira a palavra estatal para fazer referência a estes casos específicos, objeto de análise deste trabalho. Faço menção que seria possível falar em uma polícia estatal e uma polícia privada, visto que esta passa a ganhar terreno com o avanço neoliberal. A segurança pública deixa de ser uma atividade exclusivamente estatal. Aqui também não trataremos dessa especificidade.

de instituições que em última análise dizem respeito ao Estado, seu funcionamento e objetivos.

Em síntese, o artigo pretende esboçar análises sobre repressão policial letal, ou homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial como tecnicamente são chamados, a partir da série histórica paranaense e nacional existente entre os anos de 2007 a 2018, contextualizando os dados representativos da repressão estatal como resposta ao quadro de agravamento da exploração capitalista e de expansão do neoliberalismo, aumento das insatisfações populares e crescente precarização da vida cotidiana, e relacionando-os com o referencial teórico selecionado. Iniciarei o trajeto discutindo sobre o neoliberalismo enquanto ideologia e teoria e sua diferença frente ao Estado neoliberal. Ao final também se discutirá brevemente sobre a qualidade de dados e de acesso a informação relacionados aos casos de repressão policial letal. No Estado paranaense acompanha-se o diagnóstico nacional, mas há avanços na compilação e publicação de tais dados, ainda que tímidos em seus recortes e qualidade de informações, o que justifica o recorte temporal escolhido.

Para tanto, a pesquisa passou pelo cotejamento de dados das edições do *Atlas da Violência* produzido pelo IPEA, das edições do *Mapa da Violência*, pelos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, através de suas publicações *Anuário de Segurança Pública* e, por fim, por dados requisitados ao Ministério Público do Paraná sobre a repressão policial letal no Estado³. Reunidos esses documentos, foi necessário buscar em cada anuário ou relatório as informações específicas referentes ao Estado do Paraná. Também foram compilados os dados referentes a vitimização policial, termo técnico para o assassinato de polícias, e mortes violentas intencionais no Paraná, a fim de, paralelamente, dimensionar e comparar tais informações.

Neoliberalismo e Estado neoliberal

O neoliberalismo e o Estado neoliberal possuem cada qual uma história própria, ainda que sejam parte de um mesmo processo. O segundo se consolida em fins da década de 1970 com o apoio da doutrina do primeiro, já existente desde a década de 40 com seu expoente máximo, o economista austríaco Friedrich Hayek. Logo, pode-se estabelecer que a ideologia neoliberal precede sua correspondente forma estatal. Harvey define o

³ Os dados apresentados pelo Ministério Público do Paraná através da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná estavam devidamente contidos nos Anuários de Segurança Pública para aqueles anos em que houve a compilação de tais dados do Estado paranaense, a saber, a partir de 2015.

neoliberalismo primeiro como uma teoria das práticas político-econômicas (2008). Nesse sentido, os trabalhos de Hayek a partir de sua ida para a London School of Economics em 1931 se tornaram conhecidos e importantes somente a partir das décadas de 50 e 60, da mesma forma que seus debates e polêmicas com o economista John Maynard Keynes sobre o grau de participação do Estado nas regulações do mercado foram recuperados com o status de fontes de soluções, questão que estará no centro da neoliberalização. Como reação à derrota de sua visão de mundo pelo predomínio do keynesianismo e do Estado integracionista no pós-guerra, Hayek reuniu diversos pensadores conservadores – entre os quais von Mises e Milton Friedman, que viriam se tornar expoentes em vida do neoliberalismo – para discutirem sobre quais estratégias tomariam frente a maré de intervencionismo e regulação estatal pela qual se caracterizava a reconstrução dos destroços do conflito mundial (PAULANI, 2006). Essa reunião se deu na Suíça, em Mont Pellerín e nela a desigualdade era alçada como um valor positivo, até mesmo essencial, para as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1995)

De acordo com Viana (2010), o Estado neoliberal é uma resposta institucional para a crise capitalista e sua efetivação se conhece a partir da década de 80, com esboços e experiências na década anterior. Como reação ao Estado integracionista ou providencial, também conhecido por Estado de bem-estar social, típico das décadas de 50 e 60, buscava-se responder à crise através de um Estado mínimo e forte: diminuição dos gastos sociais e da área de atuação estatal e incremento das forças institucionais repressivas. Cabe destacar, no campo do sistema de justiça criminal, a adoção da “guerra contra as drogas”, lançada por Richard Nixon na virada da década de 60 para 70 em seu mandato presidencial dos EUA, como motor da repressão que recaí sobre diversos movimentos sociais contestatórios – o movimento negro, o movimento estudantil, a contestação pacifista, o movimento feminista, os sindicalistas etc– e em diversos países do mundo, indicando uma crescente que vem a se consolidar com o Estado neoliberal na década de 1980. A criminalização das drogas alavanca o aparato repressivo do Estado, que não se pretende mais amplo e providencial dentro da configuração neoliberal, com exceção daquelas instituições do Sistema de Justiça Criminal, cujo combate contra a pobreza será substituído por um combate contra os pobres (GANS, 1995) .

Cabe ao estado criar e preservar uma estrutura institucional que assegure o bom funcionamento do capitalismo e regularize as relações sociais capitalistas neoliberais, tornando-as previsíveis e seguras. Garantir os direitos de propriedades individuais está no núcleo do neoliberalismo e para tanto, o militarismo e a segurança são sobrevalorizados

como remédios para o caos social em que vários países se encontram, a despeito do propalado “Estado Mínimo”. Segundo, Viana, o Estado Neoliberal pode ser definido como:

a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter os gastos estatais, desregular o mercado e “flexibilizar” as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social. Não existe uma fórmula única para se efetivar este processo, pois isso depende da situação de cada país, das forças sociais e políticas que apoiam determinado governo, do poder de pressão da população, entre diversas outras determinações (2010, p.33).

Com sua fé e crença na capacidade reguladora do mercado, o neoliberalismo, como ideologia, se pauta em algumas proposições chave, dentre as quais destacam-se: 1) limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para a manutenção das regras do jogo capitalista – o estado como mediador de duas esferas distintas, o mercado e a sociedade; 2) por consequência da primeira, os gastos estatais deveriam ser reduzidos ao máximo a fim de impedir problemas relacionados a inflação, algo que muitos países sofreram com o ruir do estado integracionista, circunscrevendo ainda mais a esfera de atuação do Estado; 3) privatizar todas as empresas estatais existentes, até mesmo aquelas consideradas estratégicas, sob o argumento da ineficiência pública e do excesso de gastos com funcionalismo; 4) abrir completamente a economia frente ao mercado mundial estabelecido e a franca expansão da divisão internacional do trabalho; 5) valorizar e facilitar as atividades financeiras e especulativas, com aumento de juros e câmbio em favor dos credores internacionais; 6) valorizar a desigualdade como algo positivo; 7) e por fim, se valer em maior grau da repressão como meio de controle das disparidades e insatisfações que as práticas política-econômicas neoliberais criam (PAULANI, 2006; HARVEY, 2008; VIANA, 2010).

Foi Thatcher, na Inglaterra, quem primeiro abraçou os pensadores neoliberais, dentre os países neoimperialistas, para formular as macros políticas de governo e as bases do discurso político-social, apoiada pelos recém-convertidos FMI e Banco Mundial – seguiram-se a Alemanha, os EUA, a Nova Zelândia, a Austrália e diversos outros (HARVEY, 2004; ANDERSON, 1995). A presença do Estado na decisão dos rumos do mercado não servia mais frente às exigências de uma sociedade ávida por sair de mais uma grande crise que atravessava e que, segundo o discurso neoliberal, era causada pela associação de gigantismo e ineficiência estatal. Apontado por Paulani, contraditoriamente à máxima de reger o Estado como se fosse um negócio privado, o que se enxergou em

países como o Chile, pioneiro nas experiências neoliberais no mundo e na América Latina, e o Brasil, foi a espoliação completa dos ‘ativos’ desses estados (2006) – cabe ressaltar que tal processo está em curso no caso brasileiro e ganha um novo fôlego após o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff e seu impeachment, os casos de corrupção associados à operação Lava Jato e a eleição do candidato Jair Bolsonaro em 2018. Chesnais (1996) traz um panorama do processo de monopolização e centralização de diversos setores produtivos nas mãos de pequenos grupos de empresas. Frente a consolidação da doutrina neoliberal e do livre mercado, assiste-se à uma contínua fusão e aquisição de amplos setores por holdings e trusts, num amplo processo de monopolização e oligopolização. Florescem as chamadas cadeias de produção global, que se valem de intensa e extensa exploração do trabalho para maximizar a distribuição e o consumo mundial. Flexibilizar torna-se sagrado. Contudo, apesar do discurso e da prática de significativos cortes orçamentários de setores sociais sob financiamento e responsabilidade estatal, a transnacionalização do capital vai produzir um verdadeiro mercado interestatal de subsídios e atrativos financeiros para atrair empregos mal remunerados e precários. Tal cenário se replica em nível interno em federações como a brasileira e a estadunidense. Prefeitos e governadores se esforçam em conceder benesses e adular empresários para a valorização de suas carreiras políticas, a despeito de sua ‘missão’ de governar em prol de todos.

A efetivação do Estado neoliberal no Brasil se dá com a eleição de Collor em 1989 e seu discurso de combate aos marajás, alegoria aos servidores públicos, cujos privilégios e regalias, segundo reza a missa neoliberal, deveriam ser expurgados e os gastos públicos contidos em busca de superávits primários e de controle da descontrolada inflação. Reduzir o Estado e privatizá-lo, conforme a receita minimalista, passava a soar como uma canção de ninar para todos que sofriam com a “carestia” e a instabilidade da transição ditatorial-republicana burguesa na década de 80. Os ganhos prometidos pelos arautos do neoliberalismo – burocracia estatal e partidária, burguesia, intelectualidade etc. – seriam espetaculares, com inserção no mercado global, criação de empregos, distribuição de renda, modernização do país e evolução tecnológica. O céu seria o limite. Para tanto, certas reformas vinham primeiro: trabalhista, previdenciária, fiscal, administrativa e a da segurança, todas é claro, a fim de “flexibilizar” e abrir o mercado, o que em termos concretos para a classe trabalhadora significou maiores jornada de trabalho, menores salários, perda de direitos, exigência de multifuncionalidade, terceirização, subemprego, queda nos salários, desemprego ou emprego intermitente, para citar algumas das

“elasticidades” do capital. Na sucessão do impeachment de Collor, surge o Plano Real, que efetivamente consegue conter a inflação e sacramentar a continuidade da diminuição do famoso “custo Brasil” com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, cujo governo engrossava o coro da necessidade de modernizar o país (GALVÃO, 2007)

Tais reformas continuaram sob o governo petista de Lula. O primeiro presente do período lulista ao mercado foi entregar ao mercado previdenciário seus servidores públicos, principalmente aquela fração da alta burocracia judiciária, executiva e legislativa, cujos gordos salários eram cobiçados pelas grandes empresas do ramo. Do ponto de vista financeiro, a emissão de títulos e ações da dívida pública a juros altíssimos caracteriza a república brasileira no século XXI, entre psdebistas e petistas (PAULANI, 2006). Ao contrário do que levianamente e propositalmente é repetido todos os dias pelas mídias e redes sociais, o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980 não previa a implantação de um socialismo no Brasil, mas lutavam pela elevação do consumo individual dos trabalhadores no mercado, aqui representados por sua corrente sindicalizada do ABC paulista, e pela estatização e universalização de setores como a saúde, a educação, o transporte público, o sistema financeiro. Seu projeto político era o de integração, uma versão tupiniquim do Welfare State europeu. Vale citar que o núcleo duro desse sindicalismo, que propunha o contrato coletivo como forma de mediação da exploração da força de trabalho ao invés de uma legislação trabalhista, era composto por uma fração poderosa de sindicalistas de escritório (bancos, associados ao setor petroquímico) e de montadoras multinacionais, frações sindicais organizadas, fortes e poderosas, não à toa sua dominância dentro dos rumos da política petista (BOITO JR, 2003).

Dentro da retórica neoliberal o alvo de suas críticas está sempre localizado no Estado e em suas intervenções no ‘livre-mercado’, assim como no funcionalismo público, indistintamente pintado como privilegiado. Logo, cortar o que denominam de privilégios, significa retirar direitos – aqui cabe mencionar que de fato existem porções da burocracia estatal nas quais os privilégios são enormes, mas tal discurso foi estendido a todo funcionalismo público, entendido como um parasita em seu todo – e deixar que as empresas privadas a substituam, ao mesmo tempo que promovem políticas assistencialistas e terceirizam os serviços sociais para ONG’s, que na prática funcionam como empresas privadas. As políticas petistas representavam um novo tipo de populismo, denominado de populismo regressivo, que em sua retórica não mais atacava os privilegiados e proprietários, abastados, o capital estrangeiro e os EUA, mas que fala em

combater a corrupção, eliminar as vantagens e privilégios da burocracia estatal e que segue a cartilha dos economistas do IPEA, a nível nacional, de mover o gasto público dos pobres para os muito pobres a fim de promover a justiça social (BOITO JR, 2003).

Nos quase dois governos petistas de Dilma Rousseff, deu-se continuidade às reformas neoliberais, com diversos cortes orçamentários dos gastos primários, contingenciamentos e perda de direitos – começa a ganhar corpo novas reformas previdenciária, trabalhista, educacional, tributária, que em parte serão consolidadas pelo governo Dilma, em parte pelo governo do vice-presidente, Michel Temer, após o impeachment, e em parte/ e ainda hoje pela eleição da união do reacionarismo e militarismo de Jair Bolsonaro com o neoliberalismo de Paulo Guedes, o “posto Ipiranga”, aliada a ode ao suposto combate a corrupção dos lava jatis, representados pela figura de Sérgio Moro. Tais governos, sob o ponto de vista da segurança pública em tempos neoliberais, continuam a regularizar e naturalizar a crescente violência letal no país, assim como a crescente repressão estatal como resposta ao crime. A Lei de Drogas de 2006, a Lei Antiterrorismo de 2016, as operações de Garantia da Lei e Ordem, o projeto de Lei Anticrime de 2019, são todas manifestações das exigências securitárias para a acumulação capitalista, a despeito de suas bandeiras governistas distintas – nas eleições municipais de 2020 pipocaram alianças entre partidos que até recentemente discursavam violentamente uns contra os outros. Com sua chegada ao poder, Lula e o PT promoveram e pactuaram com diversas reformas neoliberais, conforme alguns exemplos citados acima, apesar da esperança que logo se mostrou falsa e derradeira. Compartilha também o bolsonarismo o mesmo caráter salvador e populista, assim como a frustração que os acompanha. Tais aproximações, ainda que percorridas brevemente, indicam que algo ultrapassa o partidarismo consagrado pelo binarismo esquerda/direita.

Isso quer dizer que há por excelência um Estado neoliberal puro? Não só não há, como é impossível havê-lo, para aqueles que negam tal realidade no contexto brasileiro apelando à pureza. Como foi mencionado acima, o Estado neoliberal adquire singularidades e características distintas em cada país e para cada conjuntura. Inclusive há neste ponto uma forte disputa política sobre classificar um determinado governo como neoliberal ou keynesiano, geralmente se fazendo pontuações que denotam justamente a ausência de certos princípios puros em determinado Estado, conforme prescrevem os manuais acadêmicos. A grande questão é que tal noção consiste numa totalidade, num sentido político específico, e que por vezes terá que fazer concessões ou aprovar medidas que não se enquadram no neoliberalismo devido a dinâmica classista. De fato, a análise

pormenorizada dos manuais e dos teóricos não encontra correspondentes exatos quando examinados os casos concretos. Cabe salientar que a despeito de certas incompatibilidades entre o neoliberalismo deste ou daquele estado, próprias da dinâmica social, há características comuns e processos compartilhados entre as diferentes sociedades e estados capazes de definir um processo mais ou menos coerente chamado de neoliberalização e neoliberalismo. Meu principal objetivo com este trabalho recai justamente em se debruçar sobre uma característica reconhecidamente comum: a hipertrofia da repressão policial letal. Logo, nas páginas seguintes, é mister analisar o processo de neoliberalização brasileira a partir da primeira década do século XXI até 2018 em sua face repressiva, a nível nacional e estadual.

Notas sobre a repressão policial: dados, conceitos e lacunas

E por quais razões o Estado neoliberal se apresenta como hiper repressivo ou com sua atividade repressiva ? Esse é um diagnóstico e uma análise já apresentada por diversos autores sob outros signos: a criminalização da pobreza e da miséria ou a economia penal (WACQUANT, 2003), a militarização do espaço urbano (GRAHAM, 2016), o controle social como indústria (CHRISTIE, 2011), para citar alguns. Conjuntamente com os abalos sociais que o mundo conheceu nos fins da década de 60 e 70 e com a consequente reação neoliberal ao Estado providência, mais conhecimento por Estado de Bem-estar social na sua vertente europeia, discutidos acima, paulatinamente se configura e se constrói o Estado hiper repressivo em formas estatais democráticas e republicanas, em resposta há um grande crescimento de desempregados, da desigualdade social, da piora dos salários e das oportunidades e condições de emprego etc., como tendência dominante do capitalismo neoliberal e cuja reação não é propriamente a um consequente aumento dos crimes praticados em decorrência da piora das condições de vida. Tratam-se antes de macropolíticas definidas do que reações “naturais” a um “provável” aumento do recurso criminal para sobrevivência e afirmação das populações pauperizadas.

Em contraposição ao discurso do Estado mínimo dos intelectuais de vertente neoliberal, a experiência e história das últimas décadas demonstram que muito mais do que um estado mínimo, há um estado máximo, especialmente, em sua função repressiva. Na esteira das funções repressivas hipertrofiadas, conheceu-se no mundo, como um todo, um grande aumento das populações prisionais e das atividades policiais, carcerárias e do sistema de justiça criminal, inclusive atingindo os tão famosos e gloriosos países nórdicos, cuja qualidade de vida e condições dignas de existência se fazem famosas até

hoje (CHRISTIE, 2011). EUA, Rússia, Brasil e China hoje puxam a fila, não necessariamente nessa ordem, dos países que mais tem pessoas em seus sistemas prisionais e figuram como modelos, em suas singularidades históricas e em relação às posições políticas interestatais. O crescimento de tais números da década de 1970 em diante são consideráveis em sua curva ascendente e trouxeram dentro do campo dos estudos sociológicos a preocupação com o crime, a segurança, a repressão estatal e atividade policial sob diferentes aspectos. Para nossos propósitos, destacamos a repressão policial letal.

Para dimensionar o problema para o contexto brasileiro, segundo Michel Misse, entre 2001 e 2011, somente no Estado do Rio de Janeiro, através de dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, mais de 10 mil autos de resistência foram registrados. Alguns anos dentro deste período apresentaram taxas de arquivamento dos Inquéritos Policiais (IP's) acima dos 99% sob a justificativa de que não haviam provas o suficiente para continuar a investigação – mesmo que obrigatória segundo a legislação – ou por conta da imensidão de boletins de ocorrência, IP's e processos que correm diariamente em delegacias e promotorias, agravada pela insuficiência de servidores (2011). No Estado de São Paulo a letalidade policial em 2017 atingiu seu maior número desde 2001 por casos decorrentes de oposição à intervenção policial⁴, o que revela que a situação relacionada a homicídios policiais por motivo de resistência continuam a aumentar. Na tabela abaixo, compilou-se os dados de letalidade e vitimização policial no cenário nacional e para o caso paranaense:

TABELA 1 - Dados de Letalidade Policial e Vitimização Policial brasileira e paranaense segundo os Anuários de Segurança Pública 2007-2017

Ano	Letalidade Policial		Vitimização de policiais civis e militares mortos em serviço		Vitimização de policiais civis e militares mortos fora de serviço	
	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná	Brasil	Paraná
2007	1820	S/d	72	S/d	S/d	S/d
2008	2060	S/d	156	S/d	S/d	S/d
2009	2177	S/d	78	S/d	186	S/d
2010	2434	119	101	19	186	S/d

⁴ “As mortes cometidas por policiais em São Paulo bateram um recorde histórico em 2017: os 927 casos representam o maior número de vítimas em toda a série computada pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), iniciada em 2001. O número divulgado nesta quarta-feira, 24, pela pasta superou os registros de 2003, até então os mais volumosos, e, no ano passado, para cada cinco pessoas mortas violentamente no Estado, uma delas foi vitimada por um policial. Por outro lado, o índice geral de homicídios voltou a cair e atingiu o menor patamar em todo o período.” Retirado de reportagem de Ribeiro e Carvalho (2018, n.p).

2011	2042	147	91	10	191	S/d
2012	2332	167	160	23	287	30
2013	2212	178	121	2	369	30
2014	3146	198	79	4	336	5
2015	3330	246	80	6	288	13
2016	4240	265	93	5	293	21
2017	5159	267	373	3	290	6
2018	6220	320	343	3	256	2

Fontes: o autor, com base nos dados dos Anuários de Segurança Pública publicados entre 2007 e 2019 e dos dados paranaenses de letalidade policial divulgados pelo Ministério Público Paranaense através do GAECO.

*Sem dados sobre nos Anuários de Segurança Pública e aos anos que se referem os dados.

Como é possível observar, tanto nacionalmente, quanto no Estado do Paraná, os números da repressão policial letal crescem ano após ano, com algumas flutuações. De 2010 para 2018, no quadro nacional observou-se um aumento de aproximadamente 155%. Já no caso paranaense o aumento para o mesmo período foi de 168%, superando a média da estatística nacional. O Paraná, segundo dados da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2010 e 2018, subiu de uma taxa de cerca de 1,1 para uma taxa de 2,9 mortes por 100 mil habitantes de letalidade policial.

Concomitantemente, temos uma flutuação constante da quantidade de policiais assassinados, em sua maioria fora do trabalho e policiais militares. Em 2018 o salto é enorme em relação a 2017. A explicação para os saltos numéricos da morte de policiais reside justamente na precariedade das estatísticas que são produzidas por cada unidade da federação. Constatação que vale para as estatísticas como um todo. Logo, chamamos a atenção para o alto número de policiais mortos que se mantém ao longo dos anos, cujo registro não é feito adequadamente por uma série de motivos em relação aos estados federados, tendo em vista que as policiais militares e civis são de competência estadual. Também é possível notar que tanto os policiais civis quanto os militares morrem mais fora de serviço, conforme a tabela acima, indicando que enquanto trabalham suas vidas têm mais chances de serem preservadas do que quando estão de folga. Tais informações e imprecisões que as estatísticas oficiais trazem exigem um tratamento cuidadoso por parte do pesquisador e uma recusa da dicotomia qualitativa e quantitativa, pois o trabalho sociológico requer e depende da relação entre ambos. Por fim, destacamos que também os casos de suicídio entre os policiais vem aumentando ao longo dos anos, indicando como a saúde mental de tais trabalhadores também é outro problema grave que merece ser ao menos mencionada (MIRANDA, 2016).

Em que pese o grande número de mortes provocadas por policiais, como exemplo da posição estatal em relação a questão, em janeiro de 2019, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiado pelo ministro Sérgio Moro, apresentou à sociedade um Anteprojeto de Lei Anticrime, com o objetivo de fixar “medidas anticorrupção, crime organizado e os crimes praticados com grave violência” (BRASIL, 2019). Dentre as várias mudanças propostas, duas ganham grande importância para o presente artigo e se relacionam diretamente com a questão da repressão policial letal. A primeira diz respeito a uma mudança nos critérios para se identificar situações de legítima defesa no art. 23 do Código Penal. A nova redação proposta, presente nos parágrafos 1º e 2º, prevê que o agente, genericamente referido, responderá em qualquer hipótese do mesmo artigo pelo excesso doloso ou culposo, podendo o juiz de direito reduzir a pena pela metade ou até mesmo deixar de aplicá-la se o excesso for consequência de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. A segunda prevê, alterando o art. 25 do Código Penal, como legítima defesa “o agente policial ou de segurança pública que, em conflito armado ou em risco iminente de conflito armado, previne injusta e iminente agressão a direito seu ou de outrem”. A mesma condição é prevista para prevenir agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém em atos criminosos (BRASIL, 2019, p. 8). Em outras palavras, tais dispositivos expandiram o excludente de ilicitude e ampliaram a legitimação estatal da repressão letal do agente de segurança pública, tendo em vista que o projeto não foi adiante. Apesar de o projeto ter sido barrado num primeiro momento, isso não o impede de retornar adiante, muito menos altera a política em curso, que mesmo no contexto da pandemia de Covid-19 os patamares da repressão policial letal tendem a aumentar conforme dados preliminares⁵. Soma-se ainda as baixíssimas taxas de resolução de homicídios em nosso país, que dificilmente ultrapassam 10% nacionalmente.

Tais proposições dão a impressão de que os agentes policiais ou de segurança pública não possuem respaldo legal para a sua atuação no combate à criminalidade ou que sofrem com as punições decorrentes de suas incursões repressivas e letais. Tal aumento tanto de vítimas letais da repressão estatal quanto de policiais assassinados, indicam que a legitimação do capitalismo neoliberal, em terras latino-americanas, vêm encontrando problemas quanto às políticas em favor da acumulação e da concentração capitalista. Tornou-se senso comum a noção de que os policiais estão impedidos

⁵ Ver: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml>> Acessado em 10 de fev de 2021.

legalmente de combater o crime a altura da violência empregada pelos criminosos, em razão de direitos e garantias constitucionais muitas vezes identificados pelo bode expiatório dos Direitos Humanos. O discurso encontra eco nas mais distintas frações de classe, enganando-se aquele que trata-se de uma ofensiva puramente compartilhada pela classe burguesa e suas frações. Contribui para essa sensação de insegurança o apelo midiático que se constrói em torno do crime, com programas policiais em horários de grande ibope – Marcelo Rezende e Datena são dois expoentes desse jornalismo – nos quais se pincelam os casos mais graves, esgotando-os em repetições e narrativas violentas, dando a impressão de que boa parte dos crimes são cruéis ou hediondos tal qual mostram as edições jornalísticas. Tamanho é o apelo da questão da criminalidade, que a disputa eleitoral de 2018 teve como centro a segurança e temas correlatos.

Segundo a visão de outros autores, estes dados, em sua essência, apontam para um problema recorrente no Brasil. Alba Zaluar destaca um dos paradoxos que se desenvolveram no país durante as últimas décadas em relação à Segurança Pública: desde o processo de redemocratização, a segurança pública no Brasil registrou taxas crescentes de criminalidade, especialmente de homens e jovens (2007). Luiz Eduardo Soares, ex-secretário estadual e nacional e estudioso da violência estatal resume: “Em uma palavra, a transição democrática não se estendeu à segurança pública, que corresponde a um testemunho vivo do nosso passado obscurantista e, do ponto de vista dos interesses da cidadania, ineficiente” (2007, p. 86). Ambos falam em termos de democracia e cidadania, a partir de uma perspectiva de ausência do Estado e de desvios gravíssimos na atuação policial. O paradoxo do qual mencionam, a mim, está na urgência de relacionar tal cenário as determinações da sociabilidade burguesa capitalista atual, em se furtar às questões que respondem a convivência de instituições e valores democráticos e absurdas taxas de violência letal, ainda mais mórbida quando lembrada a cifra oculta por trás da estatística.

Para além da ineficiência administrativa estatal e das questões em torno da cidadania, ou da falta dela, há de se constatar o papel ativo na conservação e piora dos conflitos sociais letais por parte do Estado, assim como de sua condição *sine qua non* face ao capital (MARTINS, 2018). A história do Estado moderno se insere como parte da história da sociabilidade capitalista. Viana (2010) propõe utilizar do termo formas de regularização das relações sociais quando pretendemos apontar o papel do Estado dentro de nossa sociedade segundo alguns aspectos cruciais por algumas razões: supera o monolitismo da superestrutura quando fala em “formas”; deixa claro que o seu papel é regularizar, portanto um papel conservador; e, por fim, demonstra que ela atua sobre as

relações sociais, ressaltando seu caráter ativo, ainda que no sentido de conservar as relações de produção dominantes. A repressão, através desse conceito, se torna evidente consubstanciada na figura da polícia, quando cada vez mais a segurança pública é um fator ímpar para as sociedades capitalistas. A importância que as polícias e a segurança privada vem adquirindo é notável desde a demanda por tecnologia de vigilância 24h, até a arquitetura urbana que privilegia a construção de espaços residenciais e comerciais fortemente controlados e segregados (CALDEIRA, 2000). A busca por um lugar seguro cresce juntamente com a insegurança que todos são capazes de perceber e vivenciar, em maior ou menor grau (GRAHAM, 2016).

Outro elemento de importância para compreender a tendência repressiva dos Estados neoliberais, está na cultura policial e no processo de treinamento/formação dos membros das forças policiais. Na medida em que o policiamento no Brasil é majoritariamente militar, com as policiais militares estaduais, um aspecto importante é a formação do policial guerreiro, formado para pensar em termos de guerra e treinado para eliminar o inimigo (BALKO, 2014; SOUZA, 2013, 2020). No entanto, qualquer mera culpabilização da polícia esbarra em uma análise demasiadamente supérflua, visto que a vitimização de policiais é alta e crescem as desconfianças e insatisfações com a atuação policial. Trata-se antes, de exigências e imposições de maior escala, mas que trazem dentro de si as contradições que alimentam a luta de classes e que se manifestam nas classes e suas frações, assim como em diferentes graus e camadas da sociedade.

Decorrentes de um longo histórico de repressão letal associado a racismo, no ano de 2020 explodiram revoltas pelos EUA em decorrência de mais um assassinato brutal, cujo vídeo viralizou em poucas horas e expôs a naturalização da morte que as forças policiais ajudam a consolidar. Delegacias foram depredadas e queimadas, lojas de departamento e hipermercados foram saqueados e uma onda de protestos varreu o país pedindo a extinção da polícia. Por terras brasileiras mescla-se um sentimento de repulsa e elogio frente a polícia, com uma recente renovação da valorização das forças repressivas com a eleição de 2018, mas acumulam-se e crescem as vozes contra a atuação policial, principalmente de movimentos sociais que surgem nos bairros pobres e favelas brasileiras. Aqui ainda luta-se pelo fim das polícias militares, filhotes persistentes do passado ditatorial e autoritário da sociedade brasileira.

A fim de dimensionar a representatividade de violência letal policial em comparação com a totalidade de mortes violentas intencionais no Paraná a tabela abaixo traz o número absoluto de MVI (mortes violentas intencionais) entre 2007 e 2018 no

Paraná:

TABELA 2 - Quantidade de Mortes Violentas Intencionais⁶ no Paraná 2007-2018

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
MVI	2767	2950	3271	3714	3475	3453	2874	2870	2840	2940	2557	2408

Fontes: O autor, com base nos dados dos Anuários de Segurança Pública publicados entre 2005 e 2017 e nos dados paranaenses de letalidade policial divulgados pelo Ministério Público Paranaense através do GAECO.

*Sem dados sobre nos Anuários de Segurança Pública e aos anos que se referem os dados.

Observa-se uma permanência do número de mortes violentas intencionais ao longo dos anos e uma queda na quantidade de casos, permanecendo abaixo das linha dos três mil incidentes desde 2013. Em contrapartida, enquanto há um declínio nas MVI's - lembrando que o número de casos de letalidade policial estão inclusos - a letalidade policial paranaense é crescente desde 2010, acompanhando o quadro de repressão policial letal no país conforme a tabela 1. Passou-se de uma porcentagem, em 2010, de 3,2% mortes cometidas por policiais civis e militares em relação ao número absoluto de MVI's, para 13,3% em relação a 2018. O salto é grande e merece a devida atenção por parte dos pesquisadores. Paul Chevigny (1991) alerta que quando a proporção de um em cada dez civis mortos em ocorrências de violência seja causada por um policial, indica que a polícia usa sua força letal em excesso e com intenções distintas à proteção da vida. Em menos de uma década a proporção da repressão policial letal em relação ao todo quadruplicou, revelando a extensão e a consolidação da regularização repressiva das relações sociais no capitalismo neoliberal brasileiro. É possível compreender esse crescimento como uma tendência latino-americana, ou mundial, referente ao atual regime de acumulação integral? Essa é uma problemática que deve ser posta à prova através de estudos comparativos com outros países, inquietação minha que deve tomar forma no futuro.

Ressalta-se ainda, conforme a Tabela 1, que as mortes policiais se acumulam principalmente quando os policiais estão fora de serviço. O ano de 2013, o pior nesse sentido, estabelece uma proporção de 1 policial morto para cada 15 mortos fora de serviço (FBSP, 2014). Em relação ao Brasil, a diferença entre as duas situações é de pouco mais de 400% em favor das mortes de policiais fora de serviço. No projeto de Lei Anticrime e no debate público tal situação não ganha tanta atenção quanto às supostas barreiras

⁶De 2005 até 2014 foram feitas as devidas adições para corresponder a metodologia do MVI. De 2005 até 2009 não foi possível adicionar as mortes decorrentes de intervenção policial em serviço e fora, pois a pesquisa não encontrou tais dados. Supõe-se que os dados existem somente com maior precisão a partir de 2010 no Paraná.

policiais para a devida atuação profissional, e mesmo assim ambos os dados da repressão policial letal e da morte de policiais, continuam a subir, evidenciando a utilização do gatilho fácil como ferramenta de controle social capitalista e política de estado. A preservação da vida, inclusive da vida do policial, é esquecida como prioridade política. Em contrapartida, a guerra, o confronto, a morte são glorificadas e propaladas como o meio de solução.

A política de estado traduzida pelo conceito de gatilho fácil nos é útil transpor para o caso brasileiro a fim de afinar a percepção que propomos acerca da repressão policial letal. Segundo Verdú, o gatilho fácil na Argentina como política de estado se caracteriza por: homicídios e assassinatos disfarçados de enfrentamento, confronto ou legítima defesa; a aplicação sistemática da tortura a detidos legal e ilegalmente e o poder arbitrário de deter pessoas. São essas três modalidades básicas de um formato de pressão, sob a bandeira neoliberal, cujo objetivo é espalhar e efetivar o controle social sobre as grandes majorias por critérios de seletividade tais quais: pobres, subempregados, desempregados, trabalhadores de baixa remuneração, moradores de bairros pobres ou favelas, em suma, critérios de classe social (VERDÚ, 2009). Para o caso argentino, os mais jovens, os mais pobres e os homens, em sua enorme maioria. Para o caso brasileiro, somam-se os de pele mais escura. Os mesmos critérios também servem para a seletividade do sistema penal, aqui e acolá. Nesse sentido, também podemos colocar a modalidade gatilho fácil dentro da vertente denominada por repressão preventiva, para controle e disciplina social, cuja outra face, a repressão seletiva (voltada a movimentos sociais, opositoristas políticos, uso de inteligência etc.) se distingue dentro das políticas estatais de repressão por ser mais característica de formas estatais ditatoriais ou autoritárias, enquanto a preventiva recebe uma roupagem democrática, impessoal e aparentemente indiscriminada.

O termo gatilho fácil é de grande utilidade pois nos remete a um sentido gráfico, apertar ou puxar o gatilho da arma contra alguma pessoa sem possibilidade de defesa e com certa segurança de escapar das consequências legais decorrentes de um homicídio. O termo não é uma invenção deste autor, e nem mesmo da autora argentina supracitada. Tem origem no “gachette facile” francês, ou então no trigger happy do saxão. Por terras latinas, expressou-se como gatilho alegre em Cuba em 1940 (VERDÚ, 2009).

No que diz respeito a terminologia brasileira referente a letalidade policial e aos chamados “autos de resistência”, ou homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial – todos termos técnicos e problemáticos em nossa visão, pois não conseguem

referenciar nada além de definições jurídicos ou referências estatísticas – , além de pouco abordados publicamente, tais ações são tomadas como justificáveis e corretas por parte da polícia no combate aos diversos tipos de crimes, principalmente ao tráfico de drogas. Contribui para esse quadro o instrumento do inquérito policial, muitas vezes o instrumento chave da continuação ou não de um processo de investigação e da criminalização da pobreza, dos desprivilegiados, dos despossuídos.

Considerações finais

É comum ouvir entre familiares, amigos e pessoas próximas que se deve prender ou matar “bandido”. Os culpados pelo excesso de criminalidade são identificados comumente na suposta frouxidão das leis, nos direitos humanos e suas instituições representativas e na falta de liberdade de ação do policial. São representações cotidianas da realidade social e que reduzem o problema da segurança ao binarismo polícia/lei. Pensar sobre a formação e os caminhos que tais discursos constituem um desenvolvimento frutífero para futuras incursões, ainda mais se contemporizadas pelo contexto político social da última década brasileira. Diferenciar a aparência da essência torna-se, portanto, crucial.

Ademais a importância em estudar a repressão policial letal, chamo a atenção para a baixa qualidade de dados, séries históricas e de transparência e acesso acerca da atuação das instituições policiais brasileiras e às documentações produzidas – mais um sintoma das contradições democráticas por aqui existentes. Entretanto, há avanços na compilação e publicação de tais dados, conforme visto nas publicações do FBSP, ainda que tímidos em seus recortes e qualidade de informações, o que justifica o recorte temporal escolhido, pois apresentam uma maior consistência em relação ao estado do Paraná. Esse avanço é conquistado principalmente por pesquisadores e movimentos civis.

Muniz, Caruso e Freitas esquematicamente propõe que os estudos sobre polícia ganharam destaque e qualidade nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia de 1990 até os dias de hoje (2017). No campo da sociologia, tais temáticas podem ser colocadas sob o guarda-chuva controle social, da luta de classes/repressão estatal ou da segurança pública. De acordo com as consultas realizados nos Anuários de Segurança Pública, pode-se comprovar que o Paraná sempre esteve no grupo de estado com baixíssimo grau de transparência quando se tratam de informações relacionadas a segurança pública, a despeito de compilar e possuírem setores específicos para o processamento e produção de dados estatísticos.

Processos referentes à letalidade policial, em sua maioria, são de difícil acesso, requisitando meios pessoais e que driblam os meios formais, cujas tentativas deste autor de ter acesso resultam sempre em negativas e recusas. A existência de uma Lei de Acesso à Informação creio ser um indicativo do histórico brasileiro no que diz respeito às contradições presentes na transparência e no acesso à informação públicas. Trata-se de ação consciente. É possível ter acesso, como outros pesquisadores já provaram, a processos judiciais, por exemplo, referentes a casos que policiais em serviço mataram um civil. As relações pessoais, de amizade e compadrio cumprem com o papel de facilitadores à informações que a princípio deveriam ser de acesso de todos, público.

Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), constatarem que as transformações políticas e jurídicas no pós-ditadura permitiram uma espécie de abertura a pesquisadores e cientistas sociais nas instituições que compõem o sistema de justiça criminal. Da mesma forma, há também uma abertura pública em relação a dados, fontes e documentos de instituições estatais a partir da década de 90, inclusive com a sistematização e publicização periódica desses dados, ainda que lentamente. Na mesma esteira, Vasconcelos percorre a consolidação dos estudos em torno dos direitos humanos e suas violações e constata que após a proliferação de grupos, fóruns de debate e dos trabalhos precursores das décadas de 70 e 80, a partir dos anos 90 há enfim uma consolidação das linhas de pesquisa envolvendo repressão estatal, polícias, prisões etc. (2014). Trata-se, portanto, de uma temática consolidada nos estudos sociológicos e com bibliografia extensa e de qualidade nacional e internacionalmente, mas que pede por mais estudos.

No Brasil, as violências cotidianas diversas são extremamente naturalizadas e espetacularizadas. Programas policiais e séries sobre grandes figuras do crime ganham enormes quantidades de espectadores. A polícia brutalizada por uma lógica de guerra às drogas, como retratada no filme *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha, é aplaudida e desejada pela população e pelas próprias corporações. O policial “caveira” é uma nova espécie de herói justiceiro. No campo da segurança também se racionalizam as irracionalidades do nosso sistema. A proposição de endurecimento no combate a criminalidade é um discurso e uma prática real desde a ditadura militar, e continuou crescente desde a tão desejada redemocratização. O endurecimento acontece de tempos em tempos e cumulativamente – na década de noventa as milícias organizadas seriam o verdadeiro remédio para a criminalidade, hoje a liberação de armas para defesa de propriedade é propagada como a verdadeira e última solução, visto que os direitos humanos mais defendem bandidos do que pessoas de bem, ainda que num espaço de 30

anos saltamos para a terceira maior população carcerária do mundo – mas sem produzir nenhuma mudança que não seja o aumento dos índices de violência, a continuidade da insegurança pública e a produção de uma repressão estatal letal cada vez mais naturalizada. O sistema de justiça criminal, com destaque para a prática policial, se metaforizou no cachorro que corre atrás do próprio rabo e vez ou outra consegue morder a si mesmo. É aquela comida requentada, já azedada pelo tempo, mas que ainda alimenta a barriga, ou a bÍlis, de muitos.

Referências

ALMEIDA, Felipe M. *O Regime de Acumulação Integral – Retratos do Capitalismo*. Goiânia: Editora Redelp, 2020.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALKO, Radley. *Rise of the warrior cop – the militarization of america’s police forces*. Public Affairs, 2014.

BOITO Jr, Armando. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. *Crítica Marxista*: Rio de Janeiro, n. 21, 2003.

BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos – Acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. Goiânia: Pedro e João Editores, 2013.

BRASIL, Ministério da Justiça. *Projeto de Lei n. (não consta numeração) de 2019*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei nº 8.072 (...). Disponível em: <http://estaticog1.globo.com/2019/02/04/mjssp_projeto_de_lei_antcrime.pdf>.

CALDEIRA, Teresa P. do R. *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 15 out. 2018.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTIE, Nils. *Uma razoável quantidade de crime*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CHEVIGNY, Paul. *Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil and Argentina*. São Paulo NEV/USP: *Série Dossiê NEV*: n. 2, 1991.

FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/1-anuario_2007.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/2_anuario_2008.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/3_anuario_2009.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2010. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/4_anuario_2010.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/5_anuario_2011.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2012. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/6_anuario_2012.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2013. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/7_anuario_2013-corrigido.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/8_anuario_2014_20150309.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf>.

_____. _____. São Paulo: 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>>.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. São Paulo: Editora Revan, 2007.

GANS, Herbert. *The war against the poor – the underclass and antipoverty policy*. New York: Basic books, 1995.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARRING, Sidney L. *Policing a class society: the experience of American cities 1865-1915*. Chicago: Haymarket Books, 2017.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 50, p. 45-123, 2000.

LEMGRUBER, Julita; MUSEMICI, Leonarada; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MARTINS, Carla B. *Distribuir e Punir? Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016)*. Tese (Doutorado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.

MISSE, Michel *Autos de Resistência": uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*". Relatório Final de Pesquisa - Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, Dayse (Org.). *Por que policiais se matam?*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MOTTA, Felipe H. R. *Quando o crime compensa: relações entre o sistema de justiça criminal e o processo de acumulação do capital na economia dependente brasileira*. Tese (Doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

MUNIZ, Jacqueline de O.; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *BIB*, São Paulo, n. 84, pp. 148-187, 2/2017 (publicada em abril de 2018).

NEOCLEOUS, Mark. *The Fabrication of Social Order*. London: Pluto Press, 2000.

PAULANI, Leda M. O Projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F. e NEVES, L.M.W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>.

SOUZA, A. P. *O Guardião da Cidade: reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares*. São Paulo: Escrituras Editora, 2013.

_____. *O policial que mata: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares no Estado de São Paulo*. 2020, 135f. Tese (Doutor em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SVAMPA, Maristella. *La sociedade excluyente*. Buenos Aires: Aguilar, Altera, Taurus, Alfaguara, 2005.

VASCONCELOS, F. *Esboço de uma sociologia política das ciências sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. 2014. 519 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VERDÚ, Maria del Carmen. *Represión en democracia – De la “primavera alfonsinista” al “Gobierno de los derechos humanos”*. Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2009.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecido: Idéias e Letras, 2010.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos avançados*: São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, dez., 2007.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land: Israel’s Architecture of Occupation*. Londres: Verso, 2007.

_____. *The Least of All Possible Evils: Humanitarian Violence from Arendt to Gaza*. Londres: Verso, 2012.

Resumo: O artigo desenvolve análises sobre a repressão policial letal, ou homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial, tecnicamente denominados, tanto em nível nacional, quanto, em particular, no Paraná, a partir de ambas séries históricas existentes entre os anos de 2007 a 2018, no qual se contextualiza os dados representativos da repressão estatal dentro do quadro do atual momento do capitalismo, da predominância do Estado neoliberal e das práticas políticas neoliberais. Trata ainda de discutir brevemente as lacunas e as tendências que tais dados carregam em si, sobre a qualidade de dados e de acesso a informação relacionados aos casos de repressão policial letal.

Palavras-chave: Estado Neoliberal, repressão policial letal, letalidade policial, Paraná.

Abstract: The article develops analyses on lethal police repression, or homicides resulting from opposition to police intervention, as they are technically called, both at the national level and, in particular, in Paraná state, from both existing historical series between the years 2007 to 2018, in which the representative data of state repression is contextualized within the framework of the current moment of capitalism, the predominance of the neoliberal state and neoliberal political practices. It also briefly discusses the gaps and trends that such data carry in themselves, about the quality of data and access to information related to cases of lethal police repression.

Keywords: Neoliberal State, lethal police repression, police lethality, Paraná.

* Recebido em: 09/06/2021.

* Aceito em: 17/07/2021.

ARAUTO DA MISÉRIA: ELEMENTOS DO DISCURSO DO ESTADO NEOLIBERAL NOS EDITORIAIS SOBRE REFORMA TRABALHISTA DA GAZETA DO POVO

Alexsandro Teixeira Ribeiro*

Introdução

Os meios de comunicação desempenham função fundamental na sociedade contemporânea, seja atuando como um elemento ou instituição de mediação e construção da realidade (BERGER, 1985), seja assumindo um destaque no papel de propiciar uma arena de debate e de formação da opinião pública (LIPPMANN, 2008), ou ainda fomentando a revitalização da esfera pública e integrando a sociedade a partir de uma razão dialógica (HABERMAS, 2003). Da mesma forma que guarda um potencial propositivo junto à sociedade, os meios de comunicação também são fruto de preocupação no campo da comunicação e da sociologia pela sua capacidade de mobilizar e influenciar as massas - foco dos principais paradigmas formulados nas primeiras pesquisas sobre a comunicação no início do século XX (COHN, 2004) -, ou ainda pelo seu potencial de se consolidar como uma ferramenta de dominação discursiva sob o domínio de elites políticas (CHOMSKY & HERMAN, 2003). Afinal de contas a imprensa e as demais instituições de comunicação e entretenimento se consolidaram como atores centrais na mediação da realidade na sociedade contemporânea.

É quase impossível acompanhar os principais fatos do dia em âmbito local, regional, nacional e internacional sem ter que recorrer às instituições de imprensa ou veículos de comunicação. Em meio a isso, existe um limitado rol de temas e assuntos que são tornados públicos pela mídia. Assim, como preconiza McCombs (2009, p.67), ao estabelecer as linhas gerais da Teoria do Agendamento, a intensa competição entre “os temas para um lugar na agenda é o mais importante aspecto deste processo. A qualquer momento há dezenas de temas disputando a atenção do público”. A imprensa torna-se, portanto, uma arena de disputa pelos atores que buscam visibilidade e atenção, o que reforça dialeticamente o poder da mídia em dar visibilidade a tais atores e temas. Tal capacidade, a de desempenhar influência e colaborar na formação da opinião pública, bem como a de atender ao interesse público, sobretudo diante o Estado e a Economia, confere à mídia o título de quarto poder (LIPPMANN, 1922). A partir de tal função, à imprensa caberia a função de cão de guarda da sociedade, como um quarto poder que atende ao interesse da população contra o domínio ou da opressão do poder estatal ou ainda do poder econômico.

O que se vê, na prática, é uma outra postura. O que se busca analisar no presente artigo é

* Doutorando em Sociologia pela UFPR, mestre em jornalismo pela UEPG. alexsandroribeiro@gmail.com

justamente a relação entre a imprensa, com interesses privados, atuando na defesa de uma bandeira que vai de encontro ao interesse público. Trata-se da análise da postura editorial do jornal Gazeta do Povo, veículo centenário paranaense com postura conservadora, diante do processo da reforma trabalhista apresentada e aprovada durante o governo de Michel Temer (MDB) entre dezembro de 2016, quando o projeto foi proposto pelo governo à Câmara Federal, até novembro de 2017, quando o projeto, já sancionado pela presidência, entrou em vigor.

Contudo, o que se propunha com a redução de uma série de direitos trabalhistas e a eliminação do custeio compulsório do sindicato era o sucateamento das instituições de aglutinação e defesa dos trabalhadores, assim com a fragilização da justiça do trabalho e retirada de conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira. A medida anunciava uma retomada ao modelo neoliberalista de estado, marcado por políticas de desregulação comercial interna, privatização uma série de reformas subservientes ao mercado com o objetivo de combater os direitos trabalhistas. Galvão (2003), ao observar a devassa neoliberal brasileira ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, destaca o discurso neoliberal de ataque aos trabalhadores a partir da redução dos direitos a partir de um questionamento à amplitude da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o que os neoliberais consideram como “excessos da lei”. “O impacto da política neoliberal sobre os trabalhadores é ainda mais negativo porque sua introdução vem associada a processos de reestruturação produtiva que afetam o setor privado” (GALVÃO, 2003, p.116).

Em meio a este cenário de tensionamento político, o papel da imprensa deveria ser o de defensora dos interesses dos cidadãos, o de reveladora das práticas de ataques ao direito do trabalhador, e o de analista sobre as práticas políticas. Na prática, o que se consolidou foi outro desenho, ou seja, o de atendimento a outros interesses que nem sempre o do público como sociedade ou como cidadão leitor, mas sim o interesse privado ou ainda do público como consumidor. Desta feita, como uma empresa, a mídia, uma instituição do capital privado, dotado de interesses econômicos e políticos, assume também um papel na luta de classes, qual seja, o de reforçar o poder do capital e do bloco dominante e o de defender a manutenção da subserviência e opressão das classes subalternas. Como uma instituição predominante no agendamento e da constituição da realidade mediatizada, os meios desempenham tal função a partir de estratégias discursivas de manipulação e de visibilidade.

No caso da Gazeta do Povo, o trabalho desempenhado no período entre o início da proposta da reforma trabalhista do governo de Michel Temer até o sancionamento da lei foi o de defender publicamente a reforma como um projeto necessário para o processo de “modernização” da leis trabalhistas. Para este empreendimento de análise da postura editorial da Gazeta do Povo foram coletados 48 textos publicados pelo jornal entre julho de 2016 e dezembro de 2018 em que foram debatidos a reforma trabalhista. Nas observações metodológicas, o que se busca é observar o discurso

mediático à luz de um cenário de lutas de classes. Braga (2020), ao analisar o discurso da mídia sobre a crise de acumulação brasileira, entre os anos de 2015 a 2018, identificará no discurso a forma dos meios de comunicação como instituições do capital de estabelecerem dominação. Resgatando Bakhtin, Braga (2020, p.32) reforça que a linguagem da dominação burguesa é a estratégia da classe dominante em meio às formas de consolidação de determinados signos e significados na sociedade. “Em uma concepção dialética, o discurso é sempre o discurso de alguém, manifestação concreta da linguagem do seu portador (indivíduo, classe social, instituição, associação etc.), logo manifestação da consciência” (BRAGA, 2020, p.32). Em vista disso, o presente trabalho relata a identificação de traços de políticas e posturas neoliberais nas estratégias discursivas operadas pelo jornal Gazeta do Povo ao longo das edições aqui já relatada no que se refere ao tratamento da reforma trabalhista.

Neoliberalismo e a fragilização do trabalho

Uma das principais características do neoliberalismo é a fragilização das instituições de seguridade social e das instâncias de direitos do trabalho. O estado neoliberal, conforme destaca Viana (2009) ao defender a tese do capitalismo na era da acumulação integral, vem se consolidando ao longo da década de 1980 resultante de uma série de mutações do modo de produção decorrentes de uma necessidade de aprimoramento das formas de reprodução do capitalismo diante de um cenário de queda de lucro e extração de mais-valor.

Um estado mínimo, menos amarras entre fronteiras, privatizações e ampliação do aproveitamento abusivo em âmbito internacional para amplificar as estratégias de exploração. “O estado neoliberal tem o papel fundamental de criar as condições institucionais para o aumento da acumulação capitalista, o que o liga intimamente com a chamada reestruturação produtiva e com o neoimperialismo” (VIANA, 2009, p.32). O neoliberalismo, portanto, é a postura que permite ao capital amplificar suas formas de exploração e de estabelecimento de estratégias de extração da mais-valia. Tal postura é operacionalizada não apenas pelo mercado, mas pelo Estado.

Assim, Viana (2009) destaca que há uma distância conceitual entre o que se propõe como leitura do conceito apropriado do liberalismo clássico, que vem a ser a ideologia neoliberal, que encontra as linhas gerais na obra de Frierich Hayek, e o que se formaria como o estado neoliberal. A ideologia neoliberal é anterior ao estado neoliberal, não sendo, contudo, o Estado Neoliberal resultante direto da ideologia neoliberal. Em linhas gerais, encontraremos na ideologia neoliberal (VIANA, 2009; HARVEY, 2008; BRAGA, 2020) elementos como a ideia da extrema desregulamentação da economia por parte dos agentes estatais, a primazia do mercado, a venda e privatização de todas as áreas de exploração, políticas de benesses ao capital, extinção de políticas de auxílio à redução da pobreza ou de distribuição de renda, dentre outros. Tais posturas estão presentes

em políticas econômicas em várias partes do globo ao longo da segunda metade do século XX.

Contudo, o que Viana reforça (2009) é que o estado neoliberal é a instância que se organiza para permitir tais empreendimentos da ideologia neoliberal. Ou seja, para possibilitar o regime de acumulação integral, uma das formas é a instituição de um estado que permita a operacionalização de políticas de desregulamentação do mercado, pelas políticas de repressão e de vigilância social. Assim, o “Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais” (2009, p.33). Para manter sua postura melhor ranqueada diante do cenário internacional, o estado promove uma série de políticas de exploração e de privatizações que não consideram o estado de bem estar social ou a seguridade dos cidadãos, assim, o “Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (HARVEY, 2008, p.76).

De fato, ao reduzir a responsabilidade do estado em áreas de sustentação social ou de bem-estar, atua-se em duas frentes. Um deles é com a possibilidade de exploração do mercado sobre tais áreas, na medida em que há uma falta de cobertura do estado. Conseqüentemente, aumenta-se a precarização de tais áreas na medida em que o mercado reduz a qualidade de atendimento para aumentar o lucro, e em parte na medida em que parte da população fica desassistida por falta de recursos próprios para custear tais serviços. Com isso, conforme aponta Harvey (2008, p.86), a “rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa”.

A exploração extrema das condições de trabalho é uma das estruturas de promoção da acumulação integral, e é aqui que se destacam estratégias como reformas da legislação e trocas de regras menos rígidas para os trabalhadores por um conjunto de leis que sejam mais agressivas para o proletariado. Subsidiadas pelo capital, tais estratégias são operadas pelo Estado Neoliberal. Ou seja, no neoliberalismo, o estado se torna subserviente ao capital para garantir a acumulação integral. O resultado de tais políticas é a promoção da pobreza e desigualdade, mesmo em países mais ricos. “A desregulamentação do mercado permite o aumento da exploração (corrosão dos direitos trabalhistas) e perda de poder aquisitivo e de pressão por parte dos trabalhadores, bem como deixa as empresas mais livres para utilizar trabalho infantil e outras estratégias que geram mais desemprego e elevam o grau de exploração” (VIANA, 2009, p.34). No Brasil, o mundo do trabalho foi um dos principais prejudicados com as políticas do estado neoliberal desde a década de 1990, acentuado por um processo de desestruturação e por um cenário de aumento do desemprego, queda salarial e perda de aquisição de bens, redução da participação do mercado de trabalho formalizado, aumento da

informalidade e redução da segurança legal e amparo ao trabalhador. Nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, entre 1990 e 2002, caracterizado como principal momento das reformas e políticas do estado neoliberal, o país foi cenário de estratégias de flexibilização e redução dos direitos trabalhistas em nome de um discurso de modernização e atualização do mercado de trabalho que resultariam em geração de empregos e melhorias das condições de trabalho. Na prática, o resultado das reformas foi um quadro oposto, o de queda salarial recorde, precarização do trabalho, “forte perda de expressão do emprego formal na estrutura ocupacional e do aumento da informalidade e do trabalho precário associados a baixos salários” (KREIN et al, 2018).

Os governos que se seguiram, quais seja, o de Lula, entre 2003 e 2010, e Dilma Rousseff, 2011 e 2016, as posturas do estado diante do cenário do trabalho não foi tão distante a ponto de eliminar a sombra do Estado Neoliberal na economia e nas relações de trabalho. Apesar das políticas de redistribuição de renda e de amparo às classes menos abastadas, com projetos como o Bolsa Família, e de políticas de incentivo ao mercado formal e retomada do poder de compra, as políticas financeiras se mantiveram, conforme destaca Braga (2020), ao qualificar as duas gestões de Lula e a primeira gestão de Dilma como governo neoliberal populista, abordagem de relações sociais neoliberais como “política financeira, corte de gastos, maior abertura para o capital internacional, lei de falências, lei das parcerias públicos-privadas, estatização das dívidas empresariais, autonomia do Banco Central, socorro aos bancos privados e estatais, expansão do crédito etc”.

Braga reforça tal abordagem ao destacar que as políticas de melhorias de renda foram paliativas, e que a fragilidade das classes desprivilegiadas são tamanhas que logo na sequência, no governo de Michel Temer, entre 2016 e 2019, quaisquer medidas de retração de direitos mandaria “novamente milhares de indivíduos das classes sociais desprivilegiadas imediatamente à condição de extrema pobreza e lumpemproletarização (marginalização da divisão social do trabalho)”. (BRAGA, 2020, p.26). E de fato, parte disso ocorre com a proposta de Reforma Trabalhista¹, aprovada no governo Temer em julho de 2017, que alterou diversos pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dentre as propostas aprovadas na reforma² estão a primazia do negociado sobre o legislado, ou seja, a validade do acordado entre patrão e empregado mesmo que diferente do que preconiza a lei; flexibilização do trabalho; terceirização de atividades-fim; contrato de trabalho intermitente; dentre outros pontos. À época, após a aprovação do projeto no Congresso em 2017, o próprio presidente chegou a defender a reforma como necessária para a melhoria do cenário do trabalho ao afirmar que “a nova legislação criará novas relações trabalhistas adequadas à realidade atual, preparando o mercado para as demandas do presente e exigências do futuro”³. O resultado disso,

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

2 <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/87750-reforma-trabalhista-de-temer-retrocede-ao-seculo-19>

3 <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/11/11/aumento-da-miseria-extrema->

contudo, foi distante. Além de uma estagnação do desemprego, mesmo com a reforma, o que se viu foi um aumento recorde de informalidade, passando de 11,2 milhões de trabalhadores sem carteira assinada em 2017 para 11,8 milhões em 2019.

Mídia, agendamento e padrões de manipulação

O jornalismo, como uma instituição social com representatividade na consolidação das informações, tem regras específicas que ajudam a constituir a realidade no seio da sociedade. Não à toa, os demais campos e agendas sociais, como a política eleitoral, a religiosa, a esportiva e a de celebridades, buscam sempre pressionar os meios de comunicação com o objetivo de conquistar visibilidade e status de importância. Não que os meios façam um acontecimento de fato ocorrer, mas, uma vez representado midiaticamente, o fato é elevado ao grau de importância na sociedade e considerado socialmente existente.

Da mesma forma, os meios institucionalizados, como a imprensa, determinam o que é acontecimento pela evidência e pela saliência dos fatos, ou seja, pela replicação e reprodução constante de um fato. Como forma de analisar esse fenômeno, o campo da comunicação desenvolveu hipóteses e teorias como a teoria do agendamento, que se propõe a analisar a forma como os meios atuam e pressionam a agenda social por meio da agenda dos meios. Duas dimensões são importantes para compreender a efetividade dessa influência (McCombs, 2009).

A primeira dimensão é pela publicação e reincidência do acontecimento nos meios de comunicação. Quanto mais um assunto está na pauta dos meios de comunicação, maior será sua incidência nos debates públicos, nos assuntos nos ônibus, no trabalho e em várias dimensões da sociedade. Isso cria um foco, um tema ou um conjunto de temas que o tornam uníssono socialmente e o transformam em um acontecimento midiático. A segunda dimensão é quando temos um enquadramento específico sobre um tema, o que faz com que uma abordagem específica seja evidenciada. É o caso da violência como tema de relevância social. Vivemos situações de violência na sociedade, mas podemos ter o assunto evidenciado como acontecimento geral ou como realidade social em razão da saliência do fato nos meios (McCombs, 2009). Contudo, o recorte pode privilegiar a violência ocorrida nos bairros pobres, como se isso acontecesse apenas lá. O recorte cria um direcionamento no olhar que institui uma realidade diferente. Ao mesmo tempo que cria uma realidade, oculta uma infinidade de outras realidades possíveis. Tais premissas do agendamento não explicam, contudo, a postura da imprensa, mas apenas a forma pela qual há uma correlação entre a agenda dos meios e o que se torna predominante socialmente. Não à toa, a abordagem do agendamento na perspectiva de McCombs (2009) não considera a intencionalidade como parte da análise, ou seja, não se preocupa em compreender se há ou não intenção dos meios em influenciar a

agenda da sociedade.

A proposta do agendamento se centra apenas em identificar a incidência de temas e em como os recortes e enquadramentos são preponderantes para formar a agenda da sociedade. Se existe tal influência, porém, mesmo que a teoria do agendamento não se preocupe com a intencionalidade, não há como negar que a imprensa tem uma postura social clara, o de reforçar o discurso da classe dominante. Como destaca Ramonet (2012), ao analisar a imprensa internacional, diferente da figura de cão de guarda da sociedade, a imprensa como instituição do mercado, organiza uma imprensa de “democracia de opinião”, em que os jornalistas desempenham um papel de cumplicidade com o capital. Diante do público, há uma suposta trama de denúncias e de cobertura de fiscalização da coisa pública, mas nos bastidores há uma “comparsaria feita de conivências e de cumplicidades” (2012, p.51).

Com isso, o poder estaria na relação política e econômica que assume papel de maior relevância na lógica da empresa jornalística frente ao interesse público. Assim, complementa Ramonet, na guerra ideológica pressionada pela globalização, os meios são ferramentas de guerra comercial, abandonando a “função de quarto poder qualquer e procuram defender seus privilégios de casta. Como ocorria antes com a oligarquia latifundiária, esses proprietários de latifúndios midiáticos opõem-se a toda reforma social e a toda distribuirão um pouco mais justa das imensas riquezas nacionais” (2012, p.63). Assim, como integrante da classe privilegiada, a mídia efetua o agendamento a partir de um discurso dominante entendendo a imprensa de forma ferramental e funcionalista. Nesta perspectiva, os meios de comunicação são instrumentos que podem ser operados para replicar e reforçar o pensamento das ideias e das relações materiais dominantes (BRAGA, 2020). Abramo (2016), ao considerar tais posturas da imprensa, alcança uma lista de posturas de padrões de manipulação que os meios de comunicação desempenham socialmente.

A própria prática da construção da notícia acarreta em parte em um padrão de manipulação a partir de uma suposto recorte da realidade. Ou seja, o que se consolida é uma relação indireta com a realidade, uma referência que tende a distorcer a realidade. Abramo usa como forma de ilustrar este pensamento o uso de um espelho deformado. Este apresenta alguma relação com a realidade, refletindo algo que dialoga com o real, mas que jamais pode representar em sua totalidade, ou ainda em linhas claras. “Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece” (ABRAMO, 2016, p.39). É em meio a este jogo de simulação da realidade que a imprensa manipula realidade a partir de estratégias que são identificadas por Abramo como padrões de manipulação, entendendo padrões como modelos que podem ser explorados em maior ou em menor grau pelas empresas ou grupos jornalísticos da imprensa hegemônica.

O pesquisador encontra ao menos cinco padrões observáveis de formas de manipulação dos meios. O primeiro é o padrão de ocultação, pelo qual o conteúdo ou o recorte da realidade fica de fora do rol de assuntos que são divulgados ou abordados pela imprensa. Abramo destaca aqui uma intencionalidade na ação da ocultação ao estabelecer que um determinado acontecimento ou fato não é de caráter jornalístico. Assim, um acontecimento não ultrapassaria a barreira do conhecimento⁴ ou da visibilidade social caso não esteja na leitura dos meios de comunicação. “O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real” (ABRAMO, 2016, p.41).

Um segundo padrão preconizado por Abramo é o da fragmentação, pelo qual há uma determinada visibilidade ao fato, mas de forma entrecortada. Parte desta abordagem é o que verifica-se com o conceito de enquadramento da teoria do agendamento. De uma realidade, o que se percebe são recortes ou fragmentos. A fragmentação na perspectiva de Abramo (2016, p.42)., contudo, atende uma ótica intencional de persuasão que se consolida em dois eixos: a de seleção de aspectos e a de descontextualização. Similar ao conceito de ocultação, a abordagem de seleção de aspectos está na ordem de definição do que será visibilizado e o que ficará de fora do foco da atenção dos meios. Parte deste padrão pode ser explicado pela linha editorial ou postura do jornal, que se torna aparente ao longo das publicações ou das rotinas produtivas internalizadas pelos jornalistas ou presentes em constrangimentos diários nos processos produtivos (SOUSA, 2002).

O terceiro padrão é o da inversão, que apresenta o todo pela parte e distorce a realidade. Aqui o padrão pode ser estabelecido em toda a etapa jornalística, que vai desde a interpretação do fato até o relato do fato. Segundo Abramos, na inversão podemos ter desde a troca do que é fundamental pelo que é entretenimento ou tangente ao fato importante, até a troca da opinião pela informação. “O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social, e prefere, em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esses fatos” (ABRAMO, 2016, p.45). O terceiro padrão de manipulação da mídia é o da indução, pelo qual os leitores ou consumidores da informação são levados a construir um cenário que não condiz com a realidade a partir da imagem que é formada pelo jornal em fragmentos. Assim, a somatória dos elementos apresentados de formas descontextualizadas são completadas ou rediagramadas pelos leitores ou consumidores da informação. Este padrão de manipulação abre espaço para que grupos

4 A abordagem da ocultação e do agendamento também é foco da tese lançada pela pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann intitulada *Espiral do Silêncio* (1995). Na medida em que a imprensa estabelece o consenso a partir da visibilidade, o que se constrói é uma invisibilização social para os demais temas que estão em confronto com a versão oficial ou oficiosa a partir dos meios. Neste aspecto, a ocultação é a realidade não abordada pelos meios, ou seja, o assunto de relevância social que afeta às minorias, por exemplo. A espiral do silêncio atua no momento em que o consenso se estabelece, e provoca o medo de rejeição decorrente do confronto das ideias midiáticas, que se aparentam como ideias dominantes.

exteriores se apropriem da leitura da agenda dos meios para estabelecer cenários de realidades que atendam pautas destes determinados grupos, como por exemplo grupos conservadores ou xenófobos que juntam os fragmentos da mídia para compor sua versão de realidade.

Por fim, Abramo (2016) estrutura o padrão global de manipulação. Este é específico para os veículos de mídia em rádio e televisão, e se consolida no formato de escrita da narrativa, que é sempre apresentada no seguinte formato: apresentação do problema, fala da população sobre o problema, apresentação da solução pelas autoridades. Os padrões de manipulação não são excludentes, e se apresentam com maior ou menor intensidade dependendo da linha editorial do veículo e do tema abordado.

A repetição da farsa nos editoriais da Gazeta do Povo

A proposta metodológica aqui estabelecida busca observar o discurso organizado nos editoriais da Gazeta do Povo em torno da Reforma da Previdência proposta pelo governo Michel Temer, vinculada à estrutura do discurso de estado neoliberal. Assim, a abordagem metodológica de análise parte em identificar a repetição e o reforço a partir do que vimos como padrões de manipulação da mídia na estrutura abordada por Abramo (2016). Desta feita, buscamos identificar a forma de manifestação do discurso das classes dominantes a partir os eixos apresentados e revisitados pela Gazeta do Povo ao longo dos textos selecionados para a análise.

O discurso é o locus da estruturação e replicação das ideias dominantes. Na sociedade da informação, tais lógicas são operadas a partir dos meios de comunicação, principais agentes de mediação social e de construção da realidade. O discurso da mídia, contudo, não é gratuito ou despido de intencionalidade, e representa uma posição de fala e representatividade de um grupo. Como reafirma Braga (2020), o discurso é operado por alguém, e representa assim a língua go portador e a manifestação do lugar que ocupa na divisão social do trabalho. É pelo discurso que parte da dominação ideológica do neoliberalismo se consolida, afinal de contas, “por essas duas razões principais (superexploração e a resistência que ela acarreta) o neoliberalismo sempre veio acompanhado de estratégias discursivas, ideológicas e comunicacionais para garantir o necessário consenso e legitimidade social, especialmente em um contexto de desestabilização da acumulação integral, no qual ele adquire um formato discricionário” (BRAGA, 2020, p.32).

Se os padrões de manipulação são a forma de identificar a organização do discurso, por outro lado, há de se estabelecer a mensagem discursiva que buscaremos nas estratégias de replicação da ideia dominante. Uma vez eleito o estado neoliberal como foco da nossa atenção, é na estrutura que sustenta a ideologia neoliberal que podemos encontrar os principais formatos de mensagens a serem reafirmados pela mídia. Um quadro central para o estado neoliberal é desenhado pelas medidas

estabelecidas no Consenso de Washington⁵, conjunto de políticas liberais que nortearam a estrutura econômica e as decisões das relações internacionais em vários países ao longo das últimas décadas do século passado.

As recomendações preconizadas pelo consenso, instituído sob influência da Escola de Chicago, teve um peso significativo nas políticas econômicas da América Latina, sobretudo no Brasil, marcado por um projeto de privatização, sucateamento da máquina pública e do sistema previdenciário na década de 1990. As medidas são estruturadas em dois blocos (PEREIRA, 1991) com objetivos a curto e médio prazo. No primeiro bloco, as medidas são sobre rigidez na disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reformulação do sistema tributário, abertura e liberalização do sistema financeiro e um regime cambial que privilegia não a segurança interna, mas taxas competitivas que sejam atraentes para o mercado. Em um segundo bloco, com projeto a médio prazo, o que se estabelece é a liberalização comercial, a redução do estado, a privatização, desregulação da economia, proteção à propriedade intelectual, privilégio ao mercado estrangeiro.

A reforma trabalhista apresentada durante o governo Michel Temer foi uma das medidas do estado neoliberal empreendidas no seio do poder público para atender o interesse do capital. Conforme destaca Braga (2020), o governo, fruto de um processo de impeachment da Dilma Rousseff, nasce com a pauta de implantação do programa Uma Ponte para o Futuro⁶, do MDB, fundamentado no compromisso de “fazer valer os interesses do bloco dominante no Brasil, aprovando um conjunto de medidas de regularização neoliberal discricionária, tais como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) “do teto dos gastos”, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência” (BRAGA, 2020, p.34).

Destes três projetos, apenas a reforma da previdência foi a grande derrota do governo e do congresso, não sendo votado durante os três anos do mandato. Os dois outros foram apresentados e aprovados com apoio midiático. No caso da reforma trabalhista, o projeto de lei⁷ foi apresentado em dezembro de 2016 à Câmara dos Deputados. A medida propunha alterar uma série de itens da CLT, considerada pelo discurso neoliberal⁸ como conjunto de regras atrasado que atrapalha o desenvolvimento do mercado de trabalho. Parte do discurso dominante de defesa do projeto do governo partia da bandeira de que as regras que privilegiavam os trabalhadores engessava as relações de trabalho e impediam os investimentos do capital externo. Para tanto, foram apresentadas propostas de estabelecer a primazia do negociados sobre o legislado, aumento de horas de trabalho, flexibilização das relações do trabalho, dentre outras medidas que na prática precarizavam ainda mais as condições de trabalho. Ao menos seis eixos são claros no projeto apresentado pelo governo e

5 <https://digitalcommons.conncoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=hisphp>

6 <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

7 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076>

8 <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/03/A-Reforma-Trabalhista-de-Temer.pdf>

aprovado pelo Congresso.

O primeiro deles é a possibilidade de contratos intermitentes ou ainda de regimes parciais de tempo. Um segundo ponto é alteração da tabela de multas administrativas. O terceiro é o legislado sobre o negociado. O quarto é a alteração da representatividade local dos trabalhadores, o que entra em conflito com o sistema sindical. O quinto é o que impacta a Justiça do Trabalho. E por fim o sexto é o que estabelece o trabalho temporário. Destaca-se ainda a inclusão no projeto do fim da obrigatoriedade do imposto sindical, o que acentua a fragilização dos trabalhadores frente ao desmantelamento das instituições de defesa dos trabalhadores. Em sete meses o projeto tramitou e foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, sendo sancionado pelo então presidente Michel Temer em julho de 2017, com vigência da lei válida a partir de dezembro do mesmo ano. Largamente criticado pelas entidades sindicais e demais organizações dos trabalhadores, o projeto teve apoio de alguns veículos de imprensa, dentre os quais o jornal paranaense *Gazeta do Povo*⁹.

Conforme já mencionado anteriormente, o corpus de análise do presente trabalho são os editoriais publicados pelo jornal *Gazeta do Povo* em seu site, nas edições digitais do jornal, entre julho de 2016 e dezembro de 2018 em que foi debatida a reforma trabalhista. Reforçando a defesa lançada por Braga (2020) do apoio da classe dominante ao processo de impeachment de Dilma e a consequente elevação de Temer à presidência, a bandeira da reforma trabalhista já vinha sendo ventilada midiaticamente como medida necessária para a modernização do mercado de trabalho na imprensa, mesmo antes de Temer assumir o mais alto posto do executivo nacional. Optou-se por estender a pesquisa para um recorte de tempo um ano maior que o da vigência da lei para perceber o discurso da imprensa na defesa do projeto mesmo após os reflexos da lei. Com isso, chegou-se a um total de 48 textos editoriais do jornal com a junção dos termos “reforma trabalhista” e “Michel Temer”. Ainda sobre o corpus, justifica-se a escolha dos editoriais por ser o formato de texto jornalístico integrante do gênero opinativo em que se reservam as posturas defendidas abertamente pelos veículos. Ou seja, o editorial é o espaço por excelência na imprensa nacional em que os veículos manifestam suas defesas, bandeiras e posturas de forma aberta aos leitores e público em geral. De fato, conforme destaca Alves Filho (2006), ao analisar a postura dos editoriais e a assinatura ou a autoria, os editoriais representam a autoria institucional. O jornal, como empresa ou como um ente jurídico assina a manifestação.

Ao longo das edições analisadas para o presente trabalho, percebeu-se o discurso neoliberal de defesa da reforma como fundamental para o enfrentamento da crise financeira e do aquecimento do mercado de trabalho. Um dos principais editoriais em que o jornal se posiciona claramente pela defesa da reforma há uma tentativa de vinculação da CLT e da legislação trabalhista brasileira à figura negativa do ditador italiano Benito Mussolini, e a um cenário nacional rural oposto à realidade

9 <https://www.gazetadopovo.com.br/>

contemporânea. No editorial “Flexibilização Trabalhista”, após reforçar os “problemas criados pela rigidez da CLT”, o jornal ainda aposta no aumento da jornada de trabalho como uma necessária atualização da legislação trabalhista: “A rigidez da CLT e sua inadequação para a complexidade do mundo moderno é visível, e o governo Temer fala em apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional para fazer uma mudança simples: elevar para 12 horas diárias o limite de jornada de trabalho”¹⁰. Viana (2009, p.28) reforça a estratégia da flexibilização das condições e segurança dos trabalhadores como forma de acentuar a extração de mais-valor absoluto, com o aumento da jornada de trabalho, com medidas que de “até na legislação trabalhista, tem como objetivo remover obstáculos jurídico-legais e deixar um espaço aberto e mais “flexível” para a ação do capital”.

O padrão de manipulação que se consolida em tal discurso, conforme abordado por Abramo (2016) é o da fragmentação e da ocultação, ao não apresentar o quadro do impacto que tais medidas trariam aos trabalhadores. Estabelece-se na defesa uma inversão de valores de que um benefício para a o patronato seria conseqüentemente uma vantagem para os trabalhadores, qual seja, a de aumentar sua jornada diária em até 50%.

A mesma lógica da inversão de valores na defesa da reforma ocorre no editorial “As reformas avançam”, publicada em 23/03/2017, depois do projeto ter sido aprovado na Câmara. Sobre um dos pontos da reforma, o da terceirização, o jornal retoma a defesa do “engessamento” da CLT não permitindo “novos arranjos”. Incurrendo no padrão de manipulação da inversão, o jornal alega que as leis trabalhistas prejudicam o trabalhador, em vez de o proteger. “O empreendedor precisa ser livre para decidir como gostaria de levar adiante o seu negócio; empregados e patrões precisam ser livres para negociar os termos de sua relação, com os sindicatos”¹¹.

A degradação dos direitos e do ambiente do trabalho como mercado está entre a lista de contradições criadas pelo estado neoliberal, sobretudo no que está relacionado à defesa dos direitos individuais. Assim, conforme destaca Harvey, os vícios surgem em caso de conflito, em que “o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de auto-regeneração do ambiente” (HARVEY, 2008, p.81). Como já mencionado, as bandeiras apresentadas pelo jornal como formas de convencimento discursivo da necessidade da reforma ecoa as bandeiras estabelecidas pelo Consenso de Washington, a base da ideologia do estado neoliberal.

A flexibilização e liberalização das relações de trabalho são pontos reforçados de forma recorrente pelo jornal como fundamental para a dita “modernização das leis trabalhistas”, como no editorial “A reforma trabalhista avança”, publicado em 07/06/2017, em que o jornal aponta que o “grande mérito da reforma trabalhista é implantar um sistema baseado na flexibilidade e na livre

10 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/flexibilizacao-trabalhista-65ccwouswaexqr5qdsmdyh9k0/>

11 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/as-reformas-avancam-2sdlnsrvsoc6svr5og419o52f/>

negociação entre patrões e empregados[...] a reforma trabalhista reconhece que o mundo já não funciona apenas no esquema de “horário comercial, das nove às seis” e procura modernizar a legislação trabalhista para que contemple todas essas novas realidades do exercício profissional”¹².

O discurso neoliberal fica mais nítido ainda em alguns editoriais do jornal, em que há uma clara defesa dos ideais de fragilização da legislação para benefício do mercado, como no editorial “A reforma necessária”, publicada em 28/06/2017, em que o jornal defende que a lei é um problema quando interfere interesses da economia. Defende o jornal: “O excesso de obrigações e exigências incompatíveis com a realidade econômica e social fizeram exatamente isto no Brasil: a pretexto de proteger os empregados formais, lançou na economia informal, sem proteção, milhões deles”¹³.

Ao longo dos editoriais reservados para a análise, o que se percebe é o agendamento sendo estabelecido a partir dos padrões de manipulação preconizados por Abramo (2016), a partir da saliência dos elementos e enquadramento, como estabelecidos na Teoria da Agenda (McCOMBS, 2009). As estruturas de repetição e de estratégias de manipulação, conforme apontado nos trechos destacados anteriormente, e recorrentes em todos os editoriais escolhidos para a análise, alguns em maior incidência que em outros, é o da desqualificação do conjunto de leis trabalhistas da CLT; a alegação da necessidade da modernização das leis para atender novos modelos liberais de relações de trabalhos; a indicação que a CLT é um entrave para a retomada da geração de empregos; a caracterização das entidades sindicais como agentes corporativistas do atrasos.

Como destacado por McCombs, o retorno do discurso periódico estabelece uma agenda que vai se tornando predominante para os leitores. Ou seja, os “elementos proeminentes na apresentação que os mass media fazem do vasto mundo dos assuntos públicos tornaram-se proeminentes em nossas imagens daquele mundo. [...] Há um alto grau de correspondência nos detalhes reais destas imagens” (2009, p.133). A reincidência dos eixos de defesa das bandeiras do estado neoliberal, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho, como a partir da reforma trabalhista, estabelece uma agenda discursiva de um quadro negativo dos direitos adquiridos dos trabalhadores, como algo que deve ser extirpado para o bem do mercado. A realidade construída para o público que constrói a realidade apenas a partir da mediação do jornal analisado se aproxima de uma agenda de estado neoliberal que justificam as ações de precarização das relações de trabalho, condicionando a culpa das altas taxas de desemprego e informalidade às leis que buscam estabelecer ao menos o mínimo de direitos e conforto ao trabalhador.

Considerações finais

A realidade construída a partir da visibilidade e discurso da mídia tende a atender os interesses

12 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-reforma-trabalhista-avanca-2bxoh631y8w9s6tiph5msgshj/>

13 <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-reforma-necessaria-cbffu1oey7unxmhq8uflosa1t/>

das classes dominantes quando observamos que os meios são estruturados a partir de empresas do capital privado. Como agentes dotados de um local de fala, os jornais replicam, em sua maioria, as ideias e estruturas simbólicas que reforçam a primazia do mercado e do capital. Em um estado neoliberal, tornam-se os porta-vozes que buscam diariamente legitimar as estratégias de repressão e de redução dos direitos individuais ou de segurança das classes menos abastadas. No mundo do trabalho, as regras do neoliberalismo tendem sempre a atender o interesse do empresariado e do capital, em detrimento aos trabalhadores, força motriz e geradora da real riqueza.

Ao analisar os editoriais do jornal Gazeta do Povo ao longo do trâmite do projeto da reforma no Congresso, e ao longo de um ano após o início da vigência do novo conjunto de regras trabalhistas, o que se percebeu foram estratégias de repetição do discurso do estado neoliberal que reforçam tá postura da mídia. O enquadramento midiático e a saliência de determinados fatos preconizados pela Teoria do Agendamento, somados aos padrões de manipulação destacados por Abramo, são ferramentas dos meios para constituição de uma realidade que atende aos interesses privados. Estas são estratégia construídas midiaticamente na cobertura da Reforma Trabalhista, que encontrou pouca resistência no cenário da imprensa, haja vista a insistente repetição de que a legislação trabalhista é um entrave para a geração de emprego e do investimento externo no país, de que a estrutura sindical é corporativa e sem eficiência, de que para sair da crise o trabalhadores deve sacrificar alguns direitos, e de que tais direitos são benesses negativas.

Referências

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALVES FILHO, Francisco. *A Autoria Institucional nos Editoriais de Jornal*. Alfa, São Paulo, v. 50, n. 1, p.77-89, 2006.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BRAGA, Lisandro. *Neoliberalismo discricionário e discurso do bloco dominante no Brasil (2015-2019)*. Revista E-I@tina. Volume 18, número 71, abr-jun de 2020.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/883/820>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: Teoria e ideologia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

CHOMSKY, N. & HERMAN, E.S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, 2003. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

KREIN, José Dari. Et al. *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, SP : Curt Nimuendajú, 2018.

MCCOMBS, Maxwel. *A Teoria da Agenda: a mídia e a Opinião*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *La espiral del silencio o. Opinión Pública: nuestra piel social*. Ed. Paidós . México : 1995

RAMONET, Ignácio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo: Publisher, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

Resumo: Como instrumento ideológico na luta de classe o jornal desempenha um papel de formador da realidade (SOUSA, 2002) na sociedade da informação. Considerando tais aspectos, o presente trabalho apresenta os resultados prévios de uma pesquisa sobre o discurso neoliberal na imprensa, a partir de análise discursiva de editoriais do jornal Gazeta do Povo, publicados entre dezembro de 2016 e novembro de 2017. A discussão estabelecida como fundo para a análise debate o poder de agendamento dos meios (MCCOMBS, 2009), os padrões de manipulação discursivas da imprensa (ABRAMO, 2016) e os aspectos da esfera de capital comunicacional (BRAGA, 2020) dos jornais. Os editoriais selecionados para a presente análise versam sobre o projeto de reforma trabalhista proposto no governo de Michel Temer (MDB), e que acarretou em uma perda história para os trabalhadores brasileiros.

Palavras-chave: neoliberalismo; discurso midiático; sociologia política; Gazeta do Povo

Abstract: An ideological instrument in the class struggle, the newspaper plays a role in shaping reality (SOUSA, 2002) in the information society. Considering these aspects, this article presents the initial results of a research on neoliberal discourse in the press, based on a discursive analysis of editorials from the newspaper Gazeta do Povo, published between December 2016 and November 2017. The discussion was established as a backdrop Background for the analysis debates the power of Agenda-setting (MCCOMBS, 2009), the patterns of discursive manipulation of the press (ABRAMO, 2016) and aspects of the sphere of communicational capital (BRAGA, 2020) of newspapers. The editorials selected for this analysis deal with the labor reform project proposed by the Michel Temer (MDB) government, which resulted in a historic loss for Brazilian workers.

Keywords: neoliberalism; media discourse; political sociology; Gazeta do Povo

* Recebido em: 06/05/2021.

* Aceito em: 18/06/2021.

